Presidência da República
Controladoria-Geral da União
Secretaria Federal de Controle Interno

37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 37016
08/10/2012

Sumário Executivo
Bacuri/MA

Introdução

Trata o presente Relatório dos resultados dos exames realizados sobre 16 Ações de Governo, integrantes dos Programas fiscalizados, executadas no município de Bacuri - MA em decorrência da 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

A fiscalização teve como objetivo analisar a aplicação dos recursos federais no Município sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, estaduais, municipais ou entidades legalmente habilitadas, relativas ao período fiscalizado indicado individualmente, tendo sido os trabalhos de campo executados no período de 22/10/2012 a 08/11/2012.

Informações sobre indicadores socioeconômicos do município sorteado:

Informações Socioeconômicas	
População:	16604
Índice de Pobreza:	62,29
PIB per Capita:	R$ 2537
Eleitores:	10424
Área:	788 km²

Fonte: Sítio do IBGE.

Os trabalhos foram realizados em estrita observância às normas de fiscalização aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas, dentre outras, as técnicas de inspeções físicas e registros fotográficos, análises documentais, realização de entrevistas e aplicação de questionários.

Cabe esclarecer que as situações evidenciadas nos trabalhos de campo foram segmentadas de acordo com a competência de monitoramento a ser realizado pela Controladoria-Geral da União.

Dessa forma, o capítulo um, destinado especialmente aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, gestores federais dos programas de execução descentralizada, contempla, em

princípio, constatações de campo que apresentam as situações evidenciadas que subsidiarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte desses gestores, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo, ao ressarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

O capítulo dois é composto por situações detectadas durante a execução dos trabalhos de campo, a partir dos levantamentos realizados para avaliação da execução descentralizada dos Programas de Governo Federais, cuja competência primária para adoção de medidas corretivas pertence ao gestor municipal. Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte dessas pastas ministeriais. Portanto, esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas às constatações relatadas nesse capítulo. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de conhecimento e adoção de providências dos Órgãos de defesa do Estado no âmbito de suas respectivas competências.

Informações sobre a Execução da Fiscalização

O quadro a seguir demonstra, no âmbito dos Programas verificados, a quantidade de Ações de Governo fiscalizadas:

Ministério	Programa Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	Gestão de rec. federais pelos municípios e controle social	1	Não se aplica.
Totalização CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO		1	Não se aplica.
MINISTERIO DA EDUCACAO	Brasil Escolarizado	4	R$ 19.701.084,59
	EDUCAÇÃO BÁSICA	1	Não se aplica.
Totalização MINISTERIO DA EDUCACAO		5	R$ 19.701.084,59
MINISTERIO DA SAUDE	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	2	R$ 133.836,08
	Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros	1	R$ 1.405.889,00
	GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL	1	Não se aplica.
	SANEAMENTO BÁSICO	2	R$ 1.648.268,00
Totalização MINISTERIO DA SAUDE		6	R$ 3.187.993,08
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	BOLSA FAMÍLIA	1	R$ 6.054.945,00
	FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	2	R$ 90.000,00
	PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1	R$ 85.000,00
Totalização MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME		4	R$ 6.229.945,00
Totalização da Fiscalização		16	R$ 29.119.022,67

Esclarecemos que os executores dos recursos federais no âmbito municipal foram previamente informados sobre os fatos relatados, tendo se manifestado em 20/12/2012, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das

políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

Análise de Resultados

1. Durante os trabalhos de fiscalização realizados no Município de Bacuri/MA, no âmbito do 037º Sorteio de Municípios, foram constatadas diversas falhas relativas à aplicação dos recursos federais examinados, sendo demonstradas, por Ministério e Programa de Governo, na segunda parte deste Relatório. Dentre estas, destacam-se, a seguir, as de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade dos Programas/Ações executados na esfera local.

a) Prestação irregular de serviços médicos em Equipes da Saúde da Família.

Fato recorrente na Administração Pública do município foi a ausência de médicos em Unidades Básicas de Saúde, a prestação de serviços em jornada inferior à contratada, como também a realização de serviços por profissional formalmente não contratado. As situações foram verificadas na sede do município e nas comunidades de Campinho, Santa Maria, Trajano Marques, Portugal, Madragoa e São Paulo. Em Madragoa, por exemplo, constatou-se que o médico de iniciais W. P. de C. F. não atuava na UBS, tendo sido de fato substituído por R. C. que, por sua vez, trabalhava apenas 8 horas/semana. A situação ilustra, sem prejuízo de outras considerações, pagamentos por serviços não realizados, com grave prejuízo aos cofres públicos e à saúde coletiva.

b) Pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família a pessoas não qualificadas ao recebimento.

Comerciantes, servidores (municipal e estadual), aposentados ou pensionistas; e pessoas com vínculos de emprego, por exemplo, foram apontados por recebimento indevido de recursos do Programa. No levantamento feito, que teve base amostral, foram detectados 93 ocorrências de famílias que teriam em seu núcleo familiar beneficiários aposentados ou pensionistas. A situação é grave pois desnatura o objetivo do Programa e revela incapacidade da gestão municipal do programa no processo de monitoramento, atualização e controle de dados e das condições de acessibilidade.

c) Despesas realizadas sem comprovação e em finalidade não aceita no âmbito do PETI.

Considerando os exercícios de 2011 e 2012, foi apontado o pagamento com desvio de finalidade em seu objeto no montante de **R$ 7.246,90**.No caso, os pagamentos abrangeram desde despesas com tarifas bancárias, serviços de motoboye para cobrir gastos com Polo que não estava em funcionamento. Além disso, o gestor do programa não comprovou a destinação e uso adequado de recursos do programa no valor de **R$ 49.288,00**. As verificações, na espécie, também abrangeram os exercícios de 2011 e 2012 e evidencia má gestão de recursos, com grandes prejuízos aos cofres públicos e impacto significativo na prestação de serviços à comunidade. O gestor não quis apresentar esclarecimentos sobre o assunto.

d) Movimentação sem transparência de recursos do FUNDEB.

O gestor, apesar de não recomendado pelas normas que regem o Programa, cuidou em abrir outra conta bancária para uso e manutenção de recursos. Nela, fez movimentos (ingressos e gastos) que não se mostraram vinculados a despesas determinadas e vinculadas ao Programa. Tal conduta violou seriamente o primado da transparência no uso dos recursos, inviabilizando a adequada e obrigatória correlação entre dispêndios feitos e sua exata comprovação.

e) Desvio de finalidade no uso de recursos do FUNDEB e da Saúde.

No período de janeiro de 2011 a setembro de 2012 o gestor teria autorizado a realizaçãode despesas com pagamento de multas e juros relativos à contribuição da parte patronal aoINSS,

no valor de R$ 46.397,10. Além disso, foram frequentes despesas indevidas com pagamento de tarifas de extrato bancário, por exemplo, que chegaram a R$17.675,06. Também incorreu em irregularidade ao realizar despesas com artigos para festa de São João (R$ 22.500,00), juros e multas por atraso de pagamentos de contas de energia elétrica (R$ 3143,33). Em Programa da Saúde, R$ 32.950,91 foram gastos em objetos não elegíveis às regras do PAB.

f) Aplicação irregular de recursos pela não comprovação efetiva dos gastos em face das ações programáticas.

Nas situações a seguir, o gestor não apresentou a devida comprovação dos gastos:

-Execução de serviços de engenharia. Asituação alcançou os exercícios de 2011 e 2012, envolvendo recursos do FUNDEB. Na espécie, R$ 1.243.410,00 gastos em 2011, e R$ 169.430,00, em 2012, não foram devidamente comprovados, pois os objetos de gastos na foram executados.

-Aquisição de combustível. Faltou, no caso, demonstrar o uso efetivo do combustível comprado em ações e atividades vinculadas ao FUNDEB. Foram impugnados R$ 312.707,65;

-O total de R$ 62.160,00 foi pago a quem não tinha relação contratual com a Prefeitura, no âmbito de ações do Bloco de Atenção Básica;

- Também não foram comprovados R$ 47.350,00, no âmbito do PAB, pela inexistência de documentos comprobatórios da execução de despesas.

g) Quanto à gestão de pessoal que atua na rede municipal de ensino, destaquem-se as seguintes ocorrências:

- Inexistência de Plano de Carreira e remuneração dos profissionais da Educação Básica;

- Irregular recolhimento de contribuições sociais (INSS empregado e empregador);

- Remuneração de professores abaixo do piso salarial;

- Desvalorização da regra do concurso público para ingresso na rede pública de ensino.

h) Irregularidades em licitações e contratos.

A análise de processos de licitação e contratos, por sua vez, revelou graves situações, sintetizadas pela simulação de procedimentos. O fato se fundamentou na análise dos seguintes processos:

- Convite nº 06/2011. Aquisição de livros didáticos da educação infantil. R$ 67.005,20.

- Pregão Presencial nº 05/2011. Locação de veículos para prestar serviços no transporte de alunos. R$ 529.342,00;

- Pregão Presencial nº 06/2011 e Pregão Presencial nº 02/2012. Aquisição de combustível. R$ 487.080,00;

- Pregão Presencial nº 07/2012. Aquisição de materiais de expediente para manutenção da rede de ensino. R$ 299.481,10;

- Pregão Presencial nº 09/2012. Locação de veículos para prestar serviços no transporte de alunos. R$ 623.000,00;

- Pregão Presencial nº 04/29011/CPL e Pregão Presencial nº 08/29012/CPL. Aquisição de gêneros alimentícios. R$ 1.417.966,00.

2. Vale ressaltar que, apesar desta análise estar segmentada por área ministerial, não se deve perder de vista aqueles aspectos que, em razão de sua transversalidade, caracterizam mais fortemente as deficiências da Gestão Municipal, sendo, pois, aqueles que, se corrigidos, tendem a proporcionar melhorias relevantes.

37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 37016
08/10/2012

Capítulo Um
Bacuri/MA

Introdução

Neste capítulo estão apresentadas as situações evidenciadas que subsidiarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo, ao ressarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for o caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

As constatações estão organizadas por Órgãos Gestores e por Programas de Governo.

1. MINISTERIO DA SAUDE

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 30/12/2005 a 30/09/2012:

* PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA
* PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
* IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

1.1. PROGRAMA: 2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Ação Fiscalizada
Ação: 1.1.1. 20AD - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA **Objetivo da Ação:** Realizar acompanhamento sistemático utilizando as fiscalizações feitas por intermédio dos Sorteios Públicos de Municípios, enfatizando-se a atuação da prefeitura e das Equipes de Saúde da Família ? ESF. Analisar o banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde ? CNES para identificar multiplicidade de vínculos, confrontando-o com a base de dados do SIAPE-DW ou da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215852	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Atuação Gestor Municipal Unidades Básicas de Saúde adequadamente estruturadas, materiais e equipamentos disponibilizados aos profissionais, profissionais selecionados e contratados conforme a legislação, dados inseridos corretamente no SIAB e CNES, atendimento prestado adequadamente às famílias, carga horária semanal cumprida pelos profissionais do PSF.	

1.1.1.1. Constatação:

Alimentação inadequada das informações sobre vínculo funcional no CNES, e não comprovação de formalização de vínculos entre membros da ESF e a prefeitura.

Fato:

O Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) foi erroneamente alimentado pela prefeitura de Bacuri, com uma série de inconsistências no que diz respeito à vinculação laboral dos profissinais da ESF.

As tabelas a seguir trazem as inconsistências verificadas no CNES e informações acerca da não comprovação de formalização do vínculo funcional entre membros das equipes e a prefeitura:

ESF São João Batista – Sede			
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**	**VÍNCULO NO CNES**
A. de F. A. C.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
A. B. S.	CIR. DENTISTA	Não comprovado	Contrato prazo determinado
C. de O. V.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
D. A. F. N.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
E. L. M.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
I. B. G. C.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
J. F. C. P.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
J. S. C.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
J. T. N.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
L. C. P. P.	AUX. SAUDE BUCAL	Contrato prazo determinado	Sem Tipo
M. A. L. C.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
M. D. C.	TEC. DE ENFERM.	Estatutário	Sem Tipo
S. C. S. F.	ENFERMEIRO	Não comprovado	Contrato prazo determinado

S. F.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.			

ESF São João Batista – Povoados Campinho e Santa Maria			
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**	**VÍNCULO NO CNES**
A. Y. F. C.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
A. L. C. R.	TEC. DE ENFERM.	Não comprovado	Contrato prazo determinado
A. P. G.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
I. N. M.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
J. R.	AUX. SAUDE BUCAL	Contrato prazo determinado	Sem Tipo
L. N. M.	ACS	Não comprovado	Sem Tipo
M. J. dos S. N.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
R. S. V.	ACS	Estatutário	Sem Tipo
V. P. de S.	ENFERMEIRO	Contrato prazo determinado	Sem Tipo
V. V. de S. Jr.	MEDICO	Contrato prazo determinado	Sem Tipo
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.			

ESF Maria Clara Pereira – Povoado Madragoa			
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**	**VÍNCULO NO CNES**
D. L. de C.	CIR. DENTISTA	Não comprovado	Contrato prazo determinado
M. J. S.	ACS	Estatutário	Contrato prazo determinado
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.			

ESF Nazaré Borges Pereira – Povoado São Paulo			
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**	**VÍNCULO NO CNES**
A. S. R.	ACS	Não comprovado	Estatutário
E. da C. R. M.	TEC. DE ENFERM.	Contrato prazo determinado	Estatutário
I. N. dos S.	AUX. SAUDE BUCAL	Não comprovado	Estatutário
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.			

ESF Irmã Clara – Sede			
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**	**VÍNCULO NO CNES**
Mª. do S. S. P.	AUX. ENFERM.	Não comprovado	Estatutário
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.			

ESF José Lima Portugal – Povoado Portugal

Nome	CBO	VÍNCULO FORMALIZADO	VÍNCULO NO CNES
L. S.	ACS	Estatutário	Contrato prazo determinado
L. F.	AUX. ENFERM.	Estatutário	Contrato prazo determinado
M. do P. S. R. M.	CIR. DENTISTA	Não comprovado	Contrato prazo determinado
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.			

ESF Rosinha Moreira – Povoado Trajano Marques			
Nome	CBO	VÍNCULO FORMALIZADO	VÍNCULO NO CNES
J. R. F. A.	ACS	Não comprovado	Estatutário
K. D. C. F.	CIR. DENTISTA	Não comprovado	Estatutário
M. O. C.	AUX. SAUDE BUCAL	Não comprovado	Contrato prazo determinado
R. R. P.	AUX. ENFERMAGEM	Não comprovado	Estatutário
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.			

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

1.1.1.2. Constatação:

Descumprimento da carga horária mínima de 40 horas semanais pelos membros da ESF.

Fato:

Foram identificados os seguintes casos de descumprimento da carga-horária mínima de 40 horas semanais pelos membros da ESF (Política Nacional de Atenção Básica. Portaria MS nº 2.488/2011, Anexo), levando-se em conta a composição constante do CNES (parâmetro: agosto/2012):

a) ESF São João Batista (Sede): M. B. C. não atua como médica da equipe há meses. Em substituição, A. L. e S. presta serviços à ESF de 20 horas/semana. S. C. S. F. (enfermeira) também não atua na equipe. A função de enfermeira é exercida de fato por J. O. R..

b) ESF São João Batista (Campinho e Santa Maria): o médico V. V. de S. Jr. trabalha na equipe em média 16 horas/semana. V. P. de S. (enfermeira) não atua na equipe; sua função é ocupada por E. de F. N. B., que labora 16 horas/semana.

c) ESF Centro de Saúde Irmã Clara (Sede): o médico R. P. F. não atua na UBS, sendo de fato substituído por R. C. que, por sua vez, trabalha 16 horas/semana. O cirurgião dentista L. C. P. atua apenas 16 horas/semana.

d) ESF Rosinha Moreira (Trajano Marques): o médico A. L. e S. não atende na UBS, e sim, conforme informado acima, no Centro de Saúde São João Batista (Sede). E. de F. N. B. não atua na unidade. A função de enfermeira é ocupada por V. P. de S., que trabalha 24 horas/semana. A cirurgiã dentista K. D. C. F. atua na UBS Nazaré B. Pereira (Povoado São Paulo) a não há atendimento odontológico na ESF Rosinha Moreira.

e) ESF José Lima Portugal (Portugal): a médica W. C. M. não atua na equipe; sua função é desempenhada por J. G., 16 horas/semana. M. do P. S. R. M. não atua como cirurgiã dentista na UBS, função que é ocupada por J. S. da S..

f) ESF Maria Clara Pereira (Madragoa): o médico W. P. de C. F. não atua na UBS, tendo sido de fato substituído por R. C. que, por sua vez, trabalha 8 horas/semana.

g) ESF Nazaré Borges Pereira (São Paulo): o médico J. G. A. S. não atua na UBS, e sim junto à ESF José Lima Portugal; em seu lugar atua W. P. de C. F., 1 dia a cada quinzena. S. A. P. (cirurgiã dentista) não trabalha na UBS. Desde julho de 2012, K. D. C. F. presta serviços nessa função. I. N. dos S. também não trabalha na UBS.

Note-se que a composição das equipes, tal como consta do CNES, está desatualizada, de modo que os profissionais não estão, de fato, atuando nas UBS às quais estão vinculados no cadastro.

Ademais, nenhum dos casos acima se enquadra na previsão de flexibilização da carga horária do médico (possibilidade de cumprimento de menos de 40 horas semanais), com o correspondente ajuste do montante de recursos financeiros transferidos ao município, conforme o disposto na Portaria GM/MS nº 2.488, de 21/10/2011 (Anexo I, Especificidades da Estratégia de Saúde da Família, item V).

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

Ação Fiscalizada
Ação: 1.1.2. 20AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE **Objetivo da Ação:** Apoio à assistência farmacêutica básica mediante transferência de recursos a estados e municípios destinados ao custeio dos medicamentos de uso na atenção básica presentes na RENAME vigente, além do custeio direto pelo MS das insulinas e contraceptivos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215438	**Período de Exame:** 01/06/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 133.836,08
Objeto da Fiscalização: Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS, promovendo o acesso da população aos medicamentos dos componentes básico da assistência farmacêutica.	

1.1.2.1. Constatação:

Não oferecimento de contrapartida municipal na assistência farmacêutica.

Fato:

De 30/09/2011 a 30/09/2012, a Prefeitura Municipal de Bacuri recebeu, da União, os seguintes recursos para aplicação no Bloco de Assistência Farmacêutica/SUS:

Competência	Número da OB	Data OB	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor (R$)
out/2011	830149	21/11/2011	001	1485-0	10711-5	7.048,63
nov/2011	834561	09/12/2011	001	1485-0	10711-5	7.048,63
dez/2011	805408	29/02/2012	001	1485-0	10711-5	7.048,63
TOTAL						**42.291,78**

Competência	Número da OB	Data OB	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor (R$)
jan/2012	805442	29/02/2012	001	1485-0	10711-5	7.048,63
fev/2012	807334	08/03/2012	001	1485-0	10711-5	7.048,63
mar/2012	813180	24/04/2012	001	1485-0	10711-5	7.048,63
abr/2012	814220	09/05/2012	001	1485-0	10711-5	7.048,63
mai/2012	820160	13/07/2012	001	1485-0	10711-5	7.048,63
jun/2012	820188	13/07/2012	001	1485-0	10711-5	7.048,63
jul/2012	825055	21/08/2012	001	1485-0	10711-5	7.048,63
ago/2012	827887	12/09/2012	001	1485-0	10711-5	7.048,63
TOTAL						**56.389,04**

No mesmo período, foram repassados pela Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão os seguintes valores ao município:

Competência	Número da OB	Data OB	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor (R$)
jul/nov/2011 Insumo	17834	29/11/2011	001	1485-0	5411-9	3.463,75
jul/out/2011 Medicamento	18745	06/12/2011	001	1485-0	5411-9	10.308,12
dez/2011 Insumo	19571	13/12/2011	001	1485-0	5411-9	692,75
TOTAL						**14.464,62**

Competência	Número da OB	Data OB	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor (R$)
jan/fev/mar/abr 2012 Medic.	07064	13/06/2012	001	1485-0	11854-0	10.345,32
maio/junho/2012 Medicamento	07329	19/06/2012	001	1485-0	11854-0	5.172,66
julho/agosto/2012 Medicamento	13083	18/09/2012	001	1485-0	11854-0	5.172,66
TOTAL						**20.690,64**

Portanto, o valor total recebido pelo município de Bacuri nesse período foi de R$ 133.836,08, sendo R$ 98.680,82 transferidos pela União, e R$ 35.155,26 transferidos pela SES/MA.

Isto posto, não restou comprovado o oferecimento de contrapartida municipal para a assistência farmacêutica.

O gestor apresentou à CGU declaração, na qual afirma que "embora não tenha sido depositada em conta específica, com exceção do FUS que é retido diretamente de algumas transferências, esclarecemos que o município de Bacuri realiza diversas despesas a título de contrapartida, entretanto são pagas por contas diversas da prefeitura".

Restou pendente, no entanto, a comprovação das "diversas despesas" realizadas pelo ente, bem como daquelas "pagas por contas diversas da prefeitura".

Observe-se que a conta do FUS a que se refere o gestor (Banco do Brasil, Agência nº 1485-0, c/c 58044-9) existe em função das deduções feitas pela União nos repasses do FPM e demais transferências constitucionais federais ao município, visando ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29. Em outras palavras, pela sistemática adotada, a União, ao realizar o repasse do FPM e demais transferências constitucionais federais à prefeitura de Bacuri, deduz desses valores o percentual mínimo a ser aplicado pelo ente na área da saúde (15%), depositando-o na conta específica do FUS/EC29. Assim, o próprio ente complementará o valor recebido com parte dos impostos de competência própria arrecadados (15%) e dos repasses de transferências constitucionais estaduais (15%), visando à aplicação do percentual mínimo na área da saúde como um todo.

Como tal aplicação mínima não estava inserida no escopo dos trabalhos da CGU no município, não houve a análise dos créditos e débitos efetuados na conta do FUS/EC29 indicada (c/c 58044-9). Em verdade, pela mesma razão, o extrato desta conta sequer fora solicitado pela CGU ao gestor.

No entanto, entende-se que, para comprovar a contrapartida da Assistência Farmacêutica com recursos dessa conta, naturalmente o próprio gestor poderia/deveria apresentar o extrato com a indicação dos débitos correspondentes, ou apresentar os demais documentos das despesas efetuadas. Nada disso ocorreu.

Assim, o gestor não comprovou ter havido créditos ou despesas municipais a título de contrapartida, quer na conta do FUS/EC29 (c/c 58044-9), quer nas contas utilizadas para a contrapartida estadual (c/c 5411-9 e 11854-0), quer na conta específica do Componente Básico da Assistência Farmacêutica/SUS (c/c 10711-5).

A esse propósito, é preciso destacar que, de acordo com a Portaria MS nº 4.217/2010, art. 2º, os municípios devem contribuir com pelo menos R$ 1,86 por habitante/ano para o Componente Básico de Assistência Farmacêutica.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

1.2. PROGRAMA: 2068 - SANEAMENTO BÁSICO

Ação Fiscalizada
Ação: 1.2.1. 7652 - IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS **Objetivo da Ação:** Obras e/ou serviços em andamento ou executadas, sustentabilidade e manutenção mínimas dos sistemas equacionados.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215929	**Período de Exame:** 30/12/2005 a 07/12/2012
Instrumento de Transferência: Convênio 558038	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 103.268,00
Objeto da Fiscalização: Execução do convênio/termo de compromisso, visando à implantação, ampliação ou melhoria de serviços de saneamento básico em município de até 50 mil habitantes, contemplando obras para o	

controle de doenças e outros agravos, com a finalidade de contribuir para a redução de morbimortalidades ocasionadas pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico.

1.2.1.1. Constatação:

Não aplicação dos recursos em caderneta de poupança enquanto não utilizados.

Fato:

A Prefeitura Municipal de Bacuri (MA) celebrou com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) o convênio nº EP 2877/05 (nº SIAFI: 558038), para a construção de módulos sanitários, no valor total de R$ 103.268,00 (cento e três mil duzentos e sessenta e oito reais), dos quais R$ 100.000,00 (cem mil reais) provenientes do concedente e R$ 3.268,00 (três mil duzentos e sessenta e oito reis) a título de contrapartida do convenente.

O convênio, publicado no Diário Oficial da União em 13 de janeiro de 2006, iniciou sua vigência em 30 de dezembro de 2005, expirando-se originalmente em 30 de dezembro de 2006. No entanto, sofreu 10 aditamentos, conforme tabela abaixo:

Aditivo	Data	Finalidade
558038-001	13/12/06	Primeiro termo de "ofício" nº 4110/06 que visa prorrogar a vigência original do CV 2877/05 até 13/12/2007, tendo em vista o atraso por 348 dias na liberação dos recursos financeiros. Pub. DOU nº 243, de 20/12/06 pg. 115, sem OB.
558038-002	13/12/07	Segundo termo de "ofício" nº 6246/07 que visa prorrogar a vigência original do CV 2877/05 até 12/12/2008, tendo em vista o tempo de atraso no pagamento em 365 dias sem ordem bancária. Pub. DOU nº 19, de 28/01/08 pg. 76.
558038-003	12/12/08	Terceiro termo de "ofício" nº 4590/08 que visa prorrogar a vigência original do CV 2877/05 até 10/06//2009, tendo em vista o tempo de atraso no pagamento em 180 dias sem ordem bancária. Pub. DOU nº 244, de 16/12/08 pg. 113.
558038-004	08/06/09	Portaria nº 1 de 08/06/09, que visa prorrogar a vigência original do CV 2877/05, por 365 dias, tendo em vista a não liberação total dos recursos financeiros. Pub. DOU nº 109, de 10/06/09 pg. 44/46.
558038-005	15/12/09	Quinto termo aditivo à EP 2877/05, que tem por objeto alterar o convênio original e integrar novo plano de trabalho, o qual é parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, bem como alterar o Quadro II. Pub. DOU nº 244, de 22/12/09 pg. 180.
558038-006	10/06/10	Sexto termo de "ofício" nº 01060/10 que visa prorrogar a vigência original do CV 2877/05 até 27/05/11, tendo em vista o tempo de atraso no pagamento por 351 dias de acordo com a OB nº 804996, de 27/05/10.

		Pub. DOU nº 119, de 24/06/10 pg. 123.
558038-007	13/12/07	Sétimo termo de "ofício", que visa prorrogar a vigência original do CV 2877/05 até 23/11/11, tendo em vista o tempo de atraso no pagamento por 180 dias sem ordem bancária. Pub. DOU nº 104, de 01/06/11 pg. 117.
558038-008	07/11/11	Oitavo termo de "ofício" s/nº, que visa prorrogar a vigência original do CV 2877/05 até 21/05/12, tendo em vista o tempo de atraso no pagamento em 180 dias sem ordem bancária. Pub. DOU nº 218, de 14/11/11 pg. 091.
558038-009	07/05/12	Nono termo de "ofício", que visa prorrogar a vigência original do CV 2877/05 até 17/11/2012, tendo em vista o tempo de atraso na liberação de recursos em 180 dias. Pub. DOU nº 94, de 16/05/12 pg. 106.
558038-010	18/10/12	Décimo termo de "ofício", que visa prorrogar a vigência original do CV 2877/05 até 22/05/13, tendo em vista o tempo de atraso no repasse de recursos em 180 dias.

Do total de recursos previstos para o presente convênio, foram liberados R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por meio de duas ordens bancárias: 2010OB801205, de 22/02/2010, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), e 2010OB804996, de 27 de maio de 2010, no valor de R$ 30.000,00. Juntas representam 50% do valor do convênio.

Os recursos foram creditados na conta-corrente específica do convênio, respectivamente, em 24/02/2010 e em 31/05/2010. No entanto, os recursos permaneceram depositados em conta-corrente, sem utilização, até serem transferidos para a conta de aplicação financeira em 14/09/2010. Portanto, depreende-se que os recursos do convênio permaneceram sem aplicação durante 202 (duzentos e dois) dias, em violação ao disposto no art. 20, §1º da Instrução Normativa 01/1997 do STN, vigente à época da celebração do presente convênio. Com efeito, o mencionado dispositivo prescreve:

Art. 20. [...]

§ 1º - Quando o destinatário da transferência for estado, Distrito Federal ou município, entidade a eles vinculada ou entidade particular, os recursos transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

I - em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e

II- em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

Utilizando-se os índices de rentabilidade da poupança no período, verifica-se que em consequência da não aplicação, os recursos deixaram de gerar um rendimento de R$ 1.203,86 (um mil duzentos e três reais e oitenta e seis centavos), conforme a memória de cálculo abaixo:

Período (2010)	**Rentabilidade da poupança (%)**

Fevereiro	0,5
Março	0,5
Abril	0,54
Maio	0,56
Junho	0,62
Agosto	0,59

Saldo com rendimento da poupança em 31/05/10: R$ 20.000,00 * 1,0155 = R$ 20.310,00

Saldo com rendimento da poupança em 31/08/10: R$ 50.310,00 * 1,017767 = **R$ 51.203,86.**

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

1.2.1.2. Constatação:

Falha da instrução do processo de convênio pelo órgão concedente.

Fato:

Ao analisar a documentação fornecida pelo órgão concedente, referente ao convênio nº EP 2877/05 (nº SIAFI: 558038), verificou-se que, originalmente, o Plano de Trabalho aprovado previa a construção de 45 (quarenta e cinco) módulos sanitários domiciliares, beneficiando residências situadas no povoado Madragoa e no bairro Santa Rosa, conforme croqui e relação de beneficiários constante das fls. 61 a 65 do Processo nº 25170.008.316/2005-31, datados de 20 de dezembro de 2006.

No entanto, tendo em vista que a primeira parcela dos recursos do convênio somente foi liberada em fevereiro e junho de 2010, o município de Bacuri (MA) solicitou ao órgão concedente, por meio do Ofício GAB/Nº 085/2010, de 6 de dezembro de 2010, a alteração da meta física de 45 para 26 módulos, de forma a compensar a defasagem dos custos unitários apresentados no Plano de Trabalho originalmente apresentado.

O pedido recebeu parecer favorável pela Unidade Técnica do concedente, em 4 de janeiro de 2011, conforme Parecer Técnico colacionado a fls. 90 do referido Processo. No entanto, não está claro se o órgão concedente acatou ou não a redução da meta física, pois não consta no processo nenhuma decisão final, positiva ou negativa. Além disso, os quatro aditamentos ao convênio, realizados após o pedido de redução, não fazem referência à modificação do Plano de Trabalho.

Por outro lado, caso a modificação tenha sido acatada pelo órgão, estão faltando no processo de

convênio: (1) novo Plano de Trabalho, com a meta física atualizada; (2) nova Relação de Beneficiários; e (3) planta de localização dos beneficiários atualizada. Na ausência dessa documentação, não há como o órgão concedente realizar visita técnica de acompanhamento, a fim de avaliar o grau de execução do objeto, e dar continuidade à liberação dos recursos.

Convém ressaltar que essas falhas na instrução processual, por parte do órgão concedente, dificultaram os trabalhos de fiscalização, diante da indefinição na meta física do convênio, na localização exata do seu objeto e na identificação dos seus beneficiários. A equipe de fiscalização da CGU pautou-se por informações prestadas pela Prefeitura.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"A Gestão Municipal não pode responder por atos do órgão concedente".

Análise do Controle Interno:

De fato, a presente constatação não se aplica ao gestor municipal, mas ao órgão concedente. Permanece o ponto.

2. MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 31/07/2012:

* TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)
* FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
* PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

2.1. PROGRAMA: 2019 - BOLSA FAMÍLIA

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.1. 8442 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004) **Objetivo da Ação:** Dados cadastrais dos beneficiários atualizados; renda per capita das famílias em conformidade com a estabelecida na legislação do Programa; cumprimento das condicionalidades das áreas da educação e saúde; Programas/Ações municipais complementares ao Bolsa Família; e Instância de Controle Social do Programa atuante.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216029	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 31/07/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 6.054.945,00

Objeto da Fiscalização:
Prefeituras Famílias pobres e extremamente pobres do município cadastradas no Cadúnico; Listas de beneficiários do PBF divulgada; Programas sociais complementares disponibilizados às famílias beneficiárias; Técnicos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades designados e atuantes; Registro do acompanhamento das condicionalidades efetuado nos sistemas informatizados; Existência de um órgão de controle social atendendo ao critério de intersetorialidade e paridade entre governo e sociedade.

2.1.1.1. Constatação:

Divergências entre as frequências informadas no Projeto Presença e as constantes nos Diários de Classe.

Fato:

Durante as visitas às escolas constantes da amostra encaminhada para a Equipe de Fiscalização, constatou-se a existência de divergência entre as frequências informadas no Projeto Presença e as constantes nos Diários de Classe. Ressalte-se que é rotina nas escolas visitadas, o preenchimento do formulário do Projeto Presença com a frequência padrão de 85% (oitenta e cinco por cento), sem levar em consideração a real frequência escolar, registrada no Diário de Classe do professor. Nas escolas visitadas, encontrou-se baixa frequência escolar de seis alunos, em junho e julho de 2012, bem como divergência entre as frequências registradas no Projeto Presença e nos Diários de Classe, para os mesmos alunos, relacionados a seguir:

Unidade Escolar	NIS do Aluno	Frequência Projeto Presença (%)	Frequência Apurada Diários de Classe (%)
C. E. Cristino Pimenta	21054807584	85	68
C. E. Cristino Pimenta	16112489431	85	66
C. E. Cristino Pimenta	20958555227	85	79
U. E. Arciones Vieira	16326397481	80	57
U. E. Arciones Vieira	16147760905	85	64
U. E. Arciones Vieira	21009468512	90 e 85	82

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2.1.1.2. Constatação:

Beneficiários do Programa Bolsa Família com indícios de renda per capita superior à estabelecida na

legislação do Programa.

Fato:

Com o objetivo de avaliar a permanência dos beneficiários no Programa Bolsa Família (PBF) quanto ao critério da renda per capita familiar, em conformidade com o art. 6º da Portaria 617/2010, foi realizado um cruzamento das bases de dados da Folha de Pagamento do PBF (julho/2012) e do Cadastro Único com a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (último trimestre de 2011).
Da análise do resultado do referido cruzamento, foi constatado que 05 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Município de Bacuri-MA possuíam vínculo empregatício com empresas privadas e podem estar recebendo os benefícios do Programa de forma indevida, tendo em vista que a renda per capita estava superior a meio salário mínimo, limite estabelecido para a permanência das famílias no Programa.
Vale ressaltar que os resultados do cruzamento refletem uma situação de renda dos beneficiários encontrada no último trimestre de 2011, o que não garante que o cenário permaneça o mesmo no momento atual. Diante desse fato, deve o gestor local proceder a atualização cadastral dos beneficiários, de forma a refletir a atual renda dos integrantes do grupo familiar.

CÓDIGO FAMILIAR	NIS	CADÚNICO		RAIS		VINCULO CNPJ
		ULTIMA ATUALIZAÇÃO	RENDA PER CAPITA	RENDA PER CAPITA	DATA ADMISSÃO	
1927625327	12687526373	24/04/2012	40,00	430,10	26/09/2011	01.143.277/0001-36
2088378685	12966003091	07/01/2011	30,00	372,75	1/07/2011	05.774.310/0001-87
1869373260	16657664622	13/01/2011	45,00	375,00	1/08/2011	24.54.440/0001-44
1869382412	16308040283	26/08/2009	33,33	590,40	11/04/2008	34028316416121
2425161066	21241065375	14/10/2009	20,00	459,18	1/11/2009	11.055.512/0001-71

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2.1.1.3. Constatação:

Aposentado/pensionista do INSS integrando família beneficiária do Programa Bolsa Família com indícios de renda per capita superior à estabelecida na legislação do Programa.

Fato:

Com o objetivo de avaliar a permanência dos beneficiários no Programa Bolsa Família (PBF) quanto ao critério da renda per capita familiar, em conformidade com o art. 6º da Portaria 617/2010, foi realizado um cruzamento de dados com as seguintes bases de dados: Folha de Pagamento do PBF (julho/2012), Cadastro Único, RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (último trimestre de 2011) e Folha de Beneficiários do INSS.
Da análise do resultado do referido cruzamento, foi constatado que noventa e três famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Município de Bacuri - MA, possuíam em sua composição familiar pelo menos um integrante recebendo benefícios de aposentadoria e/ou pensão junto ao INSS e podem estar recebendo os benefícios do Programa Bolsa Família de forma indevida, tendo em vista que a renda per capita familiar estava superior a meio salário mínimo, limite estabelecido para a permanência das famílias no Programa.
Vale ressaltar que os resultados do cruzamento refletem uma situação de renda do beneficiário encontrada no último trimestre de 2011, considerando as famílias que possuem além do benefício do INSS vínculo com empresas e/ou órgãos públicos, o que não garante que o cenário permaneça o mesmo no momento atual. Diante desse fato, deve o gestor local proceder a atualização cadastral, de forma a refletir a atual renda dos integrantes do grupo familiar.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Não é proibido aposentados ou pensionistas receberem o Programa Bolsa Família isso porque é feito um cálculo da renda familiar que é dividida pelos integrantes da família (cadastrada).

"Existem atualmente no município de Bacuri, 2.699 famílias beneficiadas (folha de Nov/2012). Desse universo, a fiscalização aponta 182 registros de aposentados ou pensionistas com indícios de irregularidade.

"Porém, são apenas indícios, já que, pela sistemática adotada pela fiscalização, ao que parece, se resumiu em verificação de informações cadastrais, sem verificar, caso a caso, a composição familiar do beneficiário".

Análise do Controle Interno:

A justificativa apresentada é parcialmente procedente. Somente para corrigir a informação trazida na manifestação do gestor, são 93 famílias com aposentado ou pensionista compondo-as.

Das 93 famílias, 44 contam com renda per capta superior a R$ 311,00 (trezentos e onze reais), que é o teto máximo para ser beneficiário do programa. Portanto, não se trata de indício de renda superior, nem se fazem necessárias verificações em cada lar. As informações do Cadastro Único sobre a quantidade de pessoas na família e a renda garantida de um salário mínimo de benefício da Previdência Social são suficientes para caracterizar renda per capta além do teto legal.

2.1.1.4. Constatação:

Servidor estadual beneficiário do Programa Bolsa Família com indícios de renda per capita superior à estabelecida na legislação do Programa.

Fato:

A partir do cruzamento do Cadastro Único com a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, constatou-se a existência de um beneficiário detentor de vínculo empregatício com órgão estadual, resultando em renda per capita superior ao permitido pelo Programa Bolsa Família para a manutenção do benefício, que é de meio salário mínimo, nos termos do § 1º, art. 6º da Portaria 617/2010, conforme tabela abaixo.

CÓDIGO FAMILIAR	NIS	CADÚNICO		RAIS	
		DATA DA ULTIMA ATUALIZAÇÃO	PER CAPITA FAMILIAR	PER CAPITA FAMILIAR	DATA ADMISSÃO TRABALHISTA
1984835467	13157731423	01/11/2010	914,20	3.656,82	4/05/2009

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Existem atualmente no município de Bacuri, 2.699 famílias beneficiadas (folha de Nov/2012). Desse universo, a fiscalização aponta 01 registro de servidor estadual (a ultima atualização cadastral da família foi feita em 2010)".

Análise do Controle Interno:

O caso em questão somente reforça a convicção de fragilidade no sistema de atualização das informações cadastrais. Malgrado a informação da renda per capta haver-se atualizado no Cadastro Único para R$ 914,20 (novecentos e quatorze reais e vinte centavos) – que é superior ao teto do programa – o benefício continuou sendo pago. E veja que a renda informada não era a real, que, segundo a RAIS é R$ 3.656,82 (três mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos).

2.1.1.5. Constatação:

Servidor municipal beneficiário do Programa Bolsa Família com indício de renda per capita superior à estabelecida na legislação do Programa.

Fato:

A partir do cruzamento do Cadastro Único com a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, constatou-se a existência de um beneficiário detentor de vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Apicum-Açu, resultando em renda per capita superior ao permitido pelo Programa Bolsa Família para a manutenção do benefício, que é de meio salário mínimo, nos termos do § 1º, art. 6º da Portaria 617/2010, conforme tabela abaixo.

CÓDIGO FAMILIAR	NIS	CADÚNICO		PER CAPITA FAMILIAR RAIS
		DATA DA ULTIMA ATUALIZAÇÃO	PER CAPITA FAMILIAR	
460703897	16110872505	28/12/2009	153,33	473,33

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Existem atualmente no município de Bacuri, 2.699 famílias beneficiadas (folha de Nov/2012). Desse universo, a fiscalização aponta 01 servidor municipal de APICUM-AÇU (a ultima atualização a cadastro da família foi feita em 2009)".

Análise do Controle Interno:

Somando-se a esse caso isolado os outros registros de renda per capta superior ao teto do programa, detecta-se que o município de Bacuri (MA) não dispõe de meios para validar as informações de renda das famílias cadastradas. Dessa forma, não prospera o argumento de infimidade de casos de beneficiários com renda per capta acima do limite legal.

2.1.1.6. Constatação:

Beneficiários com renda superior à exigida pelo Programa Bolsa Família.

Fato:

Durante as entrevistas domiciliares, relativamente à amostra encaminhada, ficou constatada a existência de beneficiários com renda superior à exigida pelo Programa Bolsa Família, conforme abaixo:

a) NIS 16442543782 – a beneficiária declarou que é aposentada e o núcleo familiar é composto por duas pessoas;

b) NIS 123174976352 – família do beneficiário foi entrevistada, e declarou que o mesmo possui imóvel próprio e mora sozinho, residindo atualmente em São Luís/MA onde trabalha na construção civil.

A Equipe de Fiscalização da CGUMA recebeu uma série de informações de que existiam famílias no município fiscalizado que possuíam renda familiar superior à exigida pelo Programa. Conforme verificação "in loco", a equipe constatou que comerciantes da região estavam recebendo o benefício, conforme abaixo:

Comércio pertencente ao beneficiário de NIS 16582020162	Comércio pertencente ao beneficiário de NIS 12745742428

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a

seguinte justificativa:

"Existem atualmente no município de Bacuri, 2.699 famílias beneficiadas (folha de Nov/2012). Desse universo, a fiscalização aponta apenas 02 comerciantes estavam recebendo o Programa Bolsa Família".

Análise do Controle Interno:

Novamente o gestor argumenta a irrelevância do número de famílias com renda incompatível com o programa. Antes fosse uma situação atípica; mas são vários casos isolados que se somam a uma legião de outras cinquenta famílias que recebem indevidamente o benefício. Isso sem falar nos casos não detectados na auditoria. Dessa forma, não prospera mais uma vez o argumento de infimidade de casos de beneficiários com renda per capta acima do limite legal.

2.1.1.7. Constatação:

Baixa capacidade de acesso do sistema informatizado de atualização cadastral do Programa Bolsa Família.

Fato:

Durante o período de permanência da Equipe de Fiscalização no município de Bacuri (MA), ficou evidenciada a precariedade no lançamento das informações cadastrais no sistema informatizado do MDS. Os serviços de cadastramento das famílias são realizados por dois digitadores, que lançam diretamente no sistema os dados dos beneficiários. Como o sistema do MDS torna-se lento a partir de 8:30, o cadastramento só é realizado até, no máximo, as 09:00h, o que faz com que longas filas se formem, às vezes, desde a noite anterior.

2.2. PROGRAMA: 2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Ação Fiscalizada
Ação: 2.2.1. 8249 - FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **Objetivo da Ação:** Os Conselhos têm competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215730	**Período de Exame:** 03/01/2011 a 31/08/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: CMAS Instância de controle social instituída, com infraestrutura adequada para o pleno desempenho de suas atribuições normativas; atuação do CMAS na fiscalização dos serviços, programas/projetos, e nas entidades privadas da assistência social; inscrição das entidades privadas de assistência social.	

2.2.1.1. Constatação:

Ausência de secretaria executiva e de estrutura exclusiva para o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social.

Fato:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Bacuri (MA) é composto por quatro membros titulares integrantes do Governo e quatro representantes de entidades da sociedade civil, além dos respectivos suplentes.

O CMAS não conta com ajuda de uma secretaria executiva, nos moldes do artigo 15 da Resolução do CNAS nº 237/2003. Também não há estrutura de material e financeira e infraestrutura exclusivas para o CMAS. Toda logística utilizada nas reuniões pertence ao CRAS, em cujo salão são realizadas as reuniões.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2.3. PROGRAMA: 2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ação Fiscalizada
Ação: 2.3.1. 2060 - PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL **Objetivo da Ação:** Verificação no âmbito do município da atuação do gestor municipal quanto aos gastos dos recursos da Ação de Governo e a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215879	**Período de Exame:** 03/01/2011 a 31/08/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 85.000,00
Objeto da Fiscalização: SCFV Atuação do gestor municipal no planejamento, execução e acompanhamento das atividades socioeducativas, ofertadas no SCFV, principalmente quanto ao oferecimento de infraestrutura adequada para realização do serviço e quanto à qualidade dos gastos realizados para custeio do serviço, assim como a gestão e o controle das frequências dos beneficiários.	

2.3.1.1. Constatação:

Despesas inelegíveis realizadas com recursos do PETI.

Fato:

Da análise da prestação de contas encaminhada à Equipe de Fiscalização constatou-se que foram realizadas despesas no montante de R$ 67.014,90 (sessenta e sete mil, catorze reais e noventa centavos), das quais R$ 7.246,90 (sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e noventa centavos) referem-se a despesas inelegíveis, conforme tabela abaixo:

Exercício de 2011

DATA	DOCUMENTO	VALOR	OBSERVAÇÕES
26/01/11	TARIFA EXTRATO	1,45	INELEGÍVEL
26/01/11	TARIFA EXTRATO	1,45	INELEGÍVEL
07/11/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
07/11/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
07/11/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
07/11/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
08/12/11	TRANSFERÊNCIA ON LINE	300,00	INELEGÍVEL – pagamento de motoboy
08/12/11	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – pagamento de motoboy
09/12/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
09/12/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
09/12/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
09/12/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
22/12/11	TRANSFERÊNCIA ON LINE	300,00	INELEGÍVEL – pagamento de motoboy
22/12/11	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – pagamento de motoboy
22/12/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL

22/12/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
22/12/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
22/12/11	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
		1.298,90	

Exercício de 2012			
DATA	**DOCUMENTO**	**VALOR**	**OBSERVAÇÕES**
17/01/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
27/01/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
27/01/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
27/01/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
27/01/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
27/01/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
27/01/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
06/03/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011

Exercício de 2012			
DATA	**DOCUMENTO**	**VALOR**	**OBSERVAÇÕES**
06/03/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
06/03/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
06/03/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
06/03/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
06/03/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
30/03/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
30/03/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
30/03/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
30/03/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
30/03/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
30/03/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
30/03/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
04/05/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011

Exercício de 2012			
DATA	**DOCUMENTO**	**VALOR**	**OBSERVAÇÕES**
04/05/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
04/05/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
04/05/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
04/05/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
04/05/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
31/05/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
31/05/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
31/05/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
31/05/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
31/05/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
31/05/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
26/06/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
26/06/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde

Exercício de 2012			
DATA	**DOCUMENTO**	**VALOR**	**OBSERVAÇÕES**
			Dezembro de 2011
26/06/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
26/06/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
26/06/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
26/06/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
02/08/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
02/08/12	EMISSÃO DOC	300,00	INELEGÍVEL – polo madragoa sem funcionamento desde Dezembro de 2011
02/08/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
02/08/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
02/08/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
02/08/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
27/08/12	EMISSÃO DOC	1.500,00	INELEGÍVEL – Assistente social tem vinculo com o CRAS e não com o PETI
27/08/12	TARIFA DOC	8,00	INELEGÍVEL
		5.948,00	

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"No tocante à presente irregularidade, informamos que esta refere-se basicamente à cobrança de taifa bancária no montante de R$ 5.948,00, com recursos do PETI tidas como inelegíveis reconhece-se a existência de equívoco com seus pagamento [sic], outrossim informamos que o pagamento com atraso deve-se ao fato da ausência de recursos financeiro [sic] para o pagamento da obrigação patronal em dia. No entanto na busca de sanarmos a suposta irregularidade ora identificada, providenciaremos com a maior brevidade possível a devolução dos valores de R$ 5.948,00".

Análise do Controle Interno:

Ao contrário do que informou o gestor, o quadro de despesas inelegíveis não aponta despesas decorrentes de atraso no pagamento de obrigações patronais. O quadro informa somente despesas com polo do PETI inativo, serviços de motoboy e tarifas bancárias decorrentes, inclusive, desses pagamentos indevidos.

Em que pese o Gestor Municipal reconhecer o pagamento indevido de tarifas bancárias, alerta-se, por antecipação, que a devolução dos recursos não pode recair sobre outra fonte de recursos públicos, é dizer, deve ser buscada negociação junto à instituição financeira para que ressarça ao Poder Público os valores indevidamente cobrados.

No tocante às despesas com o polo desativado, não houve explicação para o caso.

2.3.1.2. Constatação:

Despesas realizadas com recursos do PETI sem alicerce comprobatório.

Fato:

Da análise da prestação de contas encaminhada à Equipe de Fiscalização constatou-se que R$ 49.288,00 (quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais), dos quais, R$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais) do exercício de 2011 e R$ 12.888,00 (doze mil, oitocentos e oitenta e oito reais) do exercício de 2012, não possuem documentos comprobatórios da respectiva despesa, conforme tabela que se segue:

Exercício de 2011			
data	**documento**	**valor**	**observações**
18/01/11	850091	3.500,00	NÃO COMPROVADA
18/01/11	850092	800,00	NÃO COMPROVADA
03/02/11	850093	3.500,00	NÃO COMPROVADA

Exercício de 2011			
data	**documento**	**valor**	**observações**
03/02/11	850094	800,00	NÃO COMPROVADA
28/02/11	850095	3.500,00	NÃO COMPROVADA
28/02/11	850096	800,00	NÃO COMPROVADA
14/04/11	850098	3.000,00	NÃO COMPROVADA
20/05/11	850101	3.100,00	NÃO COMPROVADA
20/05/11	850102	900,00	NÃO COMPROVADA
14/06/11	850103	3.100,00	NÃO COMPROVADA
14/06/11	850104	900,00	NÃO COMPROVADA
14/06/11	850105	3.100,00	NÃO COMPROVADA
14/06/11	850106	900,00	NÃO COMPROVADA
26/07/11	850107	3.100,00	NÃO COMPROVADA
26/07/11	850108	900,00	NÃO COMPROVADA
07/11/11	EMISSÃO DOC	900,00	NÃO COMPROVADA
07/11/11	EMISSÃO DOC	900,00	NÃO COMPROVADA
07/11/11	EMISSÃO DOC	900,00	NÃO COMPROVADA
		34.600,00	

Exercício de 2012

DATA	DOCUMENTO	VALOR	observações
17/01/12	EMISSÃO DOC	3.220,00	NÃO COMPROVADA
05/03/12	TRANSFERÊNCIA PARA DEPÓSITO JUDICIAL	2.468,00	NÃO COMPROVADA
02/08/12	TRANSFERÊNCIA ON LINE	7.200,00	NÃO COMPROVADA
		12.888,00	

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2.3.1.3. Constatação:

Despesas inelegíveis realizadas com recursos do PETI.

Fato:

Da análise da prestação de contas encaminhada à Equipe de Fiscalização constatou-se que foram realizadas, nos exercícios de 2011 e 2012, despesas na ordem de R$ 67.014,90 (sessenta e sete mil, catorze reais e noventa centavos). No exercício de 2011, foram realizadas despesas mensais de R$ 300,00 (trezentos reais) com cada instrutor social. Entretanto, sem apresentar qualquer respaldo legal, o gestor incorreu em pagamento de instrutor social, no mês de novembro/2011, na importância de R$ 900,00 (novecentos reais) cada um, portanto, R$ 600 (seiscentos reais) superior ao pagamento regular de cada instrutor social, totalizando um gasto excedente de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), conforme abaixo:

DATA	DOCUMENTO	VALOR	OBSERVAÇÃO
07/11/11	TRANSFERÊNCIA ON LINE	900,00	Pagamento de instrutor social, acima do valor regularmente praticado e sem respaldo legal.
07/11/11	EMISSÃO DOC	900,00	Pagamento de instrutor social, acima do valor regularmente praticado e sem respaldo legal.
		1.800,00	

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 37016
08/10/2012

Capítulo Dois
Bacuri/MA

Introdução

Neste capítulo estão as situações detectadas durante a execução dos trabalhos de campo, a partir dos levantamentos realizados para avaliação da execução descentralizadas dos Programas de Governo Federais, cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **gestor municipal**. Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte dessas pastas ministeriais. Portanto, esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas às constatações relatadas nesse capítulo. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de conhecimento e adoção de providências dos Órgãos de defesa do Estado no âmbito de suas respectivas competências.

As constatações estão organizadas por Órgãos Gestores e Programas de Governo.

1. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2012 a 31/12/2012:

* Gestão de rec. federais pelos municípios e controle social

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

1.1. PROGRAMA: 0004 - Gestão de rec. federais pelos municípios e controle social

Ação Fiscalizada
Ação: 1.1.1. 0004 - Gestão de rec. federais pelos municípios e controle social **Objetivo da Ação:** Levantamento de informações referentes aos contadores responsáveis pelo acompanhamento de unidades municipais fiscalizadas no âmbito do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Levantamento de informações acerca da gestão municipal.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215970	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 31/12/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Informações a serem utilizadas em levantamentos gerenciais.	

1.1.1.1. Constatação:

Ausência de notificação do recebimento de recursos federais aos partidos políticos e às entidades de classe.

Fato:

Com exceção dos recursos da Assistência Farmacêutica, a Prefeitura Municipal de Bacuri (MA) não tem efetuada a notificação aos partidos políticos e às entidades de representação de trabalhadores e de empresários com sede no município, sobre liberação dos recursos recebidos de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a qualquer título, conforme previsão da Lei nº 9.452/1997.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"No tocante ao Descumprimento parcial, visto que se refere tão somente aos recursos da Assistência Farmacêutica, das determinações constantes da Lei nº 9.452/97, informo que: Os dados referentes às liberações de recursos de repasses financeiros, por parte da União, para o Município de Bacuri, quando não informados aos Partidos Políticos, Associações e entidades representativa [sic], vêm sendo publicados mensalmente no átrio de publicações oficiais do Município.

"A fim de proporcionar maior transparência estas informações ficam disponíveis não só aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, mas para todos os cidadãos.

"Porém, quando da fiscalização da CGU, os auditores transparecem que esta forma de publicação seria insuficiente. Sendo assim, a partir daquele momento passamos a notificar diretamente todas as entidades o recebimento de todos os recursos financeiros recebido [sic] do Governo Federal".

Análise do Controle Interno:

Ao contrário do que afirmou o gestor, houve comunicação às entidades representativas de classe e aos partidos políticos somente dos recursos recebidos para atender às demandas do Programa de Assistência Farmacêutica. É dizer, não houve a devida comunicação dos recursos recebidos da União, exceto os da Assistência Farmacêutica.

A publicação no átrio da Prefeitura, mesmo que fosse comprovada, não satisfaria a Lei n.º 9.452/1997. Pois a norma exige e expressa comunicação, que se comprovaria por meio de

expediente recebido pela entidade. E o município não apresentou à equipe da CGU os vistos de ciente dos representantes das citadas entidades.

2. MINISTERIO DA EDUCACAO

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 31/12/2011:

* Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
* Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
* Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental
* Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica
* CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

2.1. PROGRAMA: 1061 - Brasil Escolarizado

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.1. 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica **Objetivo da Ação:** Garantir a oferta do transporte escolar aos alunos do ensino básico público, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215451	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 76.466,65
Objeto da Fiscalização: Atuação da Entidade Executora - EEx Prefeituras atendidas através de repasse de recursos do PNATE, com vistas a atender os alunos do Ensino Básico público, residentes em área Rural, constantes do Censo Escolar de 2011.	

2.1.1.1. Constatação:

Pagamento de serviço de transporte escolar sem comprovação das emissões, pela empresa contratada, das notas fiscais de prestação de serviços.

Fato:

No período em exame (janeiro/2011 a setembro/2012), a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA recebeu à conta do Programa Nacional de Transporte Escolar-PNATE a importância de R$ 76.466,74 (setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos), enquanto que as despesas pagas somaram R$ 64.793,90 (sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e noventa centavos).

De acordo com os processos de despesa constantes da prestação de contas do Programa, os gestores municipais efetuaram 05 (cinco) pagamentos, no valor R$ 35.433,00 (trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e três reais), à empresa Napoli Serviços e Construções Ltda., CNJ

08.562.501/0001/73, pela execução de serviço de transporte escolar, conforme pregão 05/2011/CPL, contrato 14/PP/05/2011-CPL/MDE, sem que constem, nos autos, os originais ou cópias das notas fiscais de prestação de serviços.

Despesas pagas sem comprovação da emissão de nota fiscal de prestação de serviços				
OP	**Valor**	**Data**	**Nota Fiscal**	**Fornecedor**
244	10000	16/06/11	S/ informação	Napoli Serviços e Construções Ltda., CNPJ 08.562.501/0001-73
3127	10000	16/09/11	S/ informação	Napoli Serviços e Construções Ltda., CNPJ 08.562.501/0001-73
3186	200	16/09/11	S/ informação	Napoli Serviços e Construções Ltda., CNPJ 08.562.501/0001-73
3187	10170	21/11/11	S/ informação	Napoli Serviços e Construções Ltda., CNPJ 08.562.501/0001-73
1509	5063	06/01/12	S/ informação	Napoli Serviços e Construções Ltda., CNPJ 08.562.501/0001-73

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Os serviços foram regularmente pagos. Juntamos em anexo os comprovantes respectivos (notas fiscais da prestação de serviços)."

Análise do Controle Interno:

Na documentação encaminhada pela Prefeitura Muncipal de Bacuri/MA à Equipe de Fiscalização da CGU/MA, não consta as notas fiscais correspondentes às ordens de pagamento nºs 244, 3127, 3186, 3187 e 1509.

Ponto mantido

2.1.1.2. Constatação:

Não apresentação de documentação relacionada aos veículos e condutores contratados utilizados no transporte escolar.

Fato:

Conforme as tabelas abaixo, extraídas de planilhas do transporte escolar da Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, no período em exame (janeiro/2011 a setembro/2012) a Entidade utilizou 27 (vinte e sete) veículos, por ano, na execução dos serviços de transporte escolar. Desse total, apenas 01 (um) automóvel é próprio, enquanto os demais foram locados mediante contrato com a empresa Napoli Serviços e Construções Ltda., CNJ 08.562.501/0001/73.

Veículos utilizados no transporte escolar em 2011						
Nº Ordem	**Marca**	**Modelo**	**Placa**	**Renavam**	**Propriedade**	**Lotação**
1	Chevrolet	D20	S/registro	S/registro	Terceiro	11
2	Mercedes	Ônibus	AH 1014	150125208	Terceiro	21
3	Chevrolet	D20	HOR 7126	620455553	Terceiro	27
4	Chevrolet	D20	MNV 7735	180264940	Terceiro	25
5	Volkswagen	Saveiro	HOZ 5426	671195930	Terceiro	23
6	Chevrolet	Corsa Classic	HPT	822985209	Terceiro	10
7	Fiat	Fiat Uno	HPG 2394	734590156	Terceiro	21
8	Chevrolet	D20	S/registro	S/registro	Terceiro	26
9	Chevrolet	D20	HOP 0027	602674441	Terceiro	25
10	Fiat	Van Ducato	NWW 8754	306732670	Terceiro	32
11	Volkswagen	Caminhão 3/4 Benz 709	JTF 3443	426172620	Terceiro	47

12	Chevrolet	D20	ITK 5290	618714448	Terceiro	33
13	Fiat	Palio	HQE 3981	89095246	Terceiro	22
14	Chevrolet	D20	NBL	13677248003	Terceiro	25
15	Iveco	Cityclass 70C16	NNH 4130	252594134	Próprio	87
16	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	33
17	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	2
18	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	3
19	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	2
20	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	4
21	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	20
22	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	7
23	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	2
24	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	7
25	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	1
26	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	2
27	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	2
Veículos utilizados no transporte escolar em 2012						
Nº ordem	**Marca**	**Modelo**	**Placa**	**Renavam**	**Propriedade**	**Lotação**
1	Chevrolet	D20	S/registro	S/registro	Terceiro	27
2	Mercedes	Ônibus	AH 1014	150125208	Terceiro	28
3	Chevrolet	D20	HOR 7126	620455553	Terceiro	19
4	S/registro	Mis/Camionete	NXO 1041	46541847	Terceiro	7
5	Chevrolet	D20	MNV 7735	180264940	Terceiro	25
6	Volkswagen	Saveiro	HOZ 5426	671195930	Terceiro	15
7	Chevrolet	Corsa Classic	HPT 0210	822985209	Terceiro	11
8	Fiat	Fiat Uno	HPG 2394	734590156	Terceiro	13
9	Chevrolet	D20	S/registro	S/registro	Terceiro	28
10	Chevrolet	D20	HOP 0027	602674441	Terceiro	16
11	Fiat	Van Ducato	NWW 8754	306732670	Terceiro	32
12	Volkswagen	Caminhão 3/4 Benz 709	JTF 3443	426172620	Terceiro	47
13	Chevrolet	D20	ITK 5290	618714448	Terceiro	33
14	Chevrolet	Classic life	NHK 9628	959373560	Terceiro	19
15	Chevrolet	D20	NBL	13677248003	Terceiro	25
16	Iveco	Cityclass 70C16	NNH 4130	252594134	Próprio	87
17	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	29
18	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	7
19	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	3
20	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	12
21	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	1
22	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	4
23	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	16
24	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	2
25	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	2
26	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	4
27	Honda	CG Titatan	S/registro	S/registro	Terceiro	1

Observe-se que, de acordo com as informações das tabelas acima, todas as motocicletas

contratadas, num total de 12 (doze) em 2011 e 11 (onze) em 2012, além de duas D-20, não possuem informações sobre placa e Renavam.

Ainda, em resposta às indagações da equipe de fiscalização da CGU/MA a respeito das autorizações emitidas pelo órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado (registro como veículo de passageiros e inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança) e às requisições da carteira de habilitação dos motoristas e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) de todos os veículos utilizados, o Prefeito Municipal emitiu duas declarações nas quais restringiu-se a informar:

a) "... a empresa fornecedora de serviços de transporte escolar, para atendimento do PNATE, não forneceu a esta Prefeitura Municipal o documento.."; e

b) "... os serviços de transporte escolar – PNATE – são terceirizados mediante processo licitatório PP Nº 09/2012/CPL para a Empresa Serv Obras Serviços de Obras e Contruções Civis Ltda e que os documentos requeridos pela CGU/MA já foram requeridos à referida empresa".

Noutro passo, dos 04 (quatro) motoristas entrevistados, condutores dos automóveis contratados, registram-se, nas apresentações de documentos pessoais de habilitação e de registro de licenciamento do veículo ou nas informações prestadas, as seguintes irregularidades:

a) Veículo de placa HOS 7729 sem a placa dianteira e com licenciamento atrasado;

b) Carteira Nacional de Habilitação do motorista do veículo de placa MMU 7735 com validade vencida e licenciamento atrasado;

c) Motorista do veículo de placa AH 1014 sem CNH e placa sem validade; e

d) Veículo de placa NHJ 1640 sem a placa dianteira e com licenciamento atrasado.

Portanto, considerando o exposto acima, depreende-se que os gestores municipais do Programa não dispõem de controle sobre a regularidadade da frota de veículos utilizada no transporte escolar.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Em que pese a obrigatoriedade de apresentação de documentação relacionada aos veículos e condutores contratados utilizados no transporte escolar, convém ressaltar que a questão substantiva é a da prestação do serviço de transporte escolar e podemos garantir que nenhum aluno deixou de ir a escolar por falta de transporte escolar.

"E que dentro da realidade do município e seus povoados a qualidade do transporte escolar não é inferior a qualidade do transporte de passageiros existente no município."

Análise do Controle Interno:

Da manifestação dos gestores municipais do Programa, abstraindo-se os comentários a respeito da efetividade na prestação do serviço de transporte escolar, pela Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, temática fora do contexto do ponto, depreende-se que a Administração Municipal confirmou a não apresentação de documentação relacionada aos veículos e condutores contratados utilizados no transporte escolar.

Ponto mantido.

2.1.1.3. Constatação:

Atraso no registro e licenciamento do veículo próprio da Prefeitura Municipal de Bacuri/MA

utilizado no transporte escolar.

Fato:

Segundo informação prestada pela Secretaria Municipal de Educação, a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA dispõe de apenas 01 (um) veículo próprio, de marca IVECO, modelo CITY CLASS70C16, placa NNH 4130, Renavam 252594134, ano de fabricação 2010, utilizado no transporte escolar. Com base na documentação disponibilizada pelo motorista do veículo, constatou-se que o Certificado de Registro e Lincenciamento de Veículo refere-se ao exercício de 2010. No seu relato à Equipe da CGU/MA, informou que até o momento não foi providenciado o licenciamento referente ao exercício de 2012.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Sendo o ônibus escolar fruto de um convênio celebrado ente esta municipalidade e a união, decorre que o referido transporte é isento de pagamento de licenciamento, portanto não se há que falar em atraso no licenciamento. O que estava atrasado na época e não foi questionado (sic) relatório era o seguro obrigatório, cuja regularização está em andamento."

Análise do Controle Interno:

Discorda-se da manifestação dos gestores municipais do Programa ao afirmarem que o "referido transporte é isento de pagamento de licenciamento, portanto não se há que falar em atraso no licenciamento". Inicialmente, por se tratar de imunidade constitucional que veda, entre os entes da Federação, a cobrança de impostos sobre os seus patrimônios, rendas ou serviços e não isenção, objeto de lei específica comum às diferentes esferas governamentais. Portanto, o instituto da imunidade atinge exclusivamente o Imposto de Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, não cobrindo as demais despesas relacionadas ao licenciamento de veículo, ou seja, taxas e seguro obrigatório.

Cabe ainda ressaltar que o atraso no licenciamento do veículo foi confirmado pelos gestores municipais, quando alegaram que "o que estava atrasado na época e não foi questionado (sic) relatório era o seguro obrigatório, cuja regularização está em andamento."

Ponto mantido.

2.1.1.4. Constatação:

Utilização de veículos inadequados para o transporte de alunos.

Fato:

Da inspeção "in loco" de 04 (quatro) automóveis contratados para realizar o transporte escolar no município de Bacuri/MA, constatou-se que os veículos não atendem a algumas das condições legais estabelecidas nos artigos 136, 137 e 138 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), quais sejam:

Desconformidades em relação ao Código de Trânsito Brasileiro	Identificação do Veículo
Ausência de autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida (caput dos artigos 136 e 137)	-PAS/ÔNIBUS, marca IVECO/CITYCLASS 70C16, (Placa NNH 4130); -D-20, marca Chevrolet (Placa HOS 7729); -D-20, marca Chevrolet (Placa MMU 7735); -Ônibus, marca Mercedes Benz (Placa HAH 1014); -Caminhão, marca Mercedes Benz (Placa NHJ 1640.

Ausência de registro de veículos de passageiros (Inc. I, Art. 136)	-PAS/ÔNIBUS, marca IVECO/CITYCLASS 70C16, (Placa NNH 4130); -D-20, marca Chevrolet (Placa HOS 7729); -D-20, marca Chevrolet (Placa MMU 7735); -Ônibus, marca Mercedes Benz (Placa HAH 1014); -Caminhão, marca Mercedes Benz (Placa NHJ 1640.
Não há registros de inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança (inciso II, art. 136)	-PAS/ÔNIBUS, marca IVECO/CITYCLASS 70C16, (Placa NNH 4130); -D-20, marca Chevrolet (Placa HOS 7729); -D-20, marca Chevrolet (Placa MMU 7735); -Ônibus, marca Mercedes Benz (Placa HAH 1014); -Caminhão, marca Mercedes Benz (Placa NHJ 1640).
Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem serinvertidas (Inc. III, Art. 136)	-D-20, marca Chevrolet (Placa HOS 7729); -D-20, marca Chevrolet (Placa MMU 7735); -Ônibus, marca Mercedes Benz (Placa HAH 1014); -Caminhão, marca Mercedes Benz (Placa NHJ 1640.
Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo; (Inc. IV, Art. 136)	-PAS/ÔNIBUS, marca IVECO/CITYCLASS 70C16, (Placa NNH 4130); -D-20, marca Chevrolet (Placa HOS 7729); -D-20, marca Chevrolet (Placa MMU 7735); -Ônibus, marca Mercedes Benz (Placa HAH 1014); -Caminhão, marca Mercedes Benz (Placa NHJ 1640.
Ausência de cintos de segurança em número igual à lotação (inciso VI, art. 136)	-D-20, marca Chevrolet (Placa HOS 7729); -D-20, marca Chevrolet (Placa MMU 7735); -Ônibus, marca Mercedes Benz (Placa HAH 1014); -Caminhão, marca Mercedes Benz (Placa NHJ 1640.
Não foram apresentados registros de que os condutores dos veículos escolares foram aprovados em curso especializado (inciso V, art. 138)	-D-20, marca Chevrolet (Placa HOS 7729); -D-20, marca Chevrolet (Placa MMU 7735); -Ônibus, marca Mercedes Benz (Placa HAH 1014); -Caminhão, marca Mercedes Benz (Placa NHJ 1640.

Os veículos usados no transporte escolar do município de Bacuri/MA encontram-se em condições precárias, insalubres e impróprias para o uso em transporte de alunos. São veículos velhos, depreciados e fabricados para transporte de cargas e não de passageiros. As carrocerias são adaptadas com a colocação de bancos de madeira sem encosto, popularmente conhecidas como “pau de arara”.

Caminhão de carga adaptado precariamente para o transporte escolar	Parte interna do veículo de carga placa NHJ 1640

Ônibus em péssimas condições de uso utilizado no transporte escolar	Parte interna do ônibus de placa HAH 1014

Veículo adaptado com bancos de madeira para o transporte escolar	Frente do veículo de placa HOS 7729

Frente do veículo de placa MMU 7735	Veículo adaptado com bancos de madeira para o transporte escolar

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"No início desta Gestão Municipal muitas das estrada vicinais do município eram praticamente intrafegáveis, sendo que algumas delas ficavam completamente intrafegáveis durante o período chuvoso, sendo um grande desafio para esta municipalidade a realização do transporte escolar. Atualmente, compreendendo o período fiscalizado, o transporte escolar acontece ininterruptamente a todos os alunos que dele necessitam, entretanto é praticamente impossível aplicarmos a esta realidade municipal com suas peculiaridades as mesmas exigências aplicadas aos grandes centros do nosso país. Sendo que o substancial é a prestação do serviço de transporte escolar e este tem sido prestado nos padrões de transporte existentes e praticados no Município".

Análise do Controle Interno:

Abstraindo as alegações dos gestores municipais do Programa a respeito da efetividade na execução, pela Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, dos serviços de transporte escolar, temática fora do contexto do ponto, deduz-se que a Administração Municipal confirmou a situação discorrida na constatação ao afirmar que "é praticamente impossível aplicarmos a esta realidade municipal com suas peculiaridades as mesmas exigências aplicadas aos grandes centros do nosso país."

Por outro lado, na justificativa apresentada, não há comentário específico sobre o cumprimento das condições legais estabelecidas nos artigos 136, 137 e 138 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997).

Ponto mantido.

2.1.1.5. Constatação:

Direcionamento, fraude e contratação de empresas sem capacidade econômico-financeira para prestação de serviços de transporte escolar.

Fato:

No período em exame (janeiro/2011 a setembro/2012), a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA contratou, mediante a instrução de 02 (dois) processos licitatórios, modalidade Pregão Presencial, a locação de veículos para prestar serviços no transporte de alunos das escolas da rede de ensino, no valor total de R$ 1.152.342,00 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e dois reais), cujas dotações orçamentárias foram consignadas no orçamento da Entidade nos Programas FUNDEB e PNATE. O quadro abaixo informa os dados básicos das contratações:

Programa	Licitação	Contrato	Objeto	Valor	Empresa contratada	
					Denominação	CNPJ
Pnate	Pregão Presencial nº 05/2011/CPL	Nº 14/PP/05 /2011/CPL	Transporte escolar	529.342,00	Serv Obras-Serviços de Obras e Construções Civil Ltda	10.640.595/0001-01
	Pregão Presencial nº 09/2012/CPL	Nº 211/PP /09/2012/CPL	Transporte escolar	623.000,00	Napoli Serviços de Construções Ltda.	08.562.501/0001-73
Total				1.152.342,00		

Do total contratado, os desembolsos efetivados à conta do PNATE somaram R$ 64.793,90 (sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e noventa centavos), pagos pela locação de veículos, assim distribuídos por ano e empresa:

a) 2011 – R$ 30.380,90 (trinta mil, trezentos e oitenta reais e noventa centavos), credor empresa Napoli Serviços e Construções Ltda., CNJ nº 08.562.501/0001/73; e

b) 2012 – R$ 34.413,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e treze reais), credor empresa Serv Obras-Serviços de Obras e Construção Civil Ltda., CNPJ nº 10.640.595/0001-01.

Da análise documental e das entrevistas realizadas com 04 (quatro) motoristas que prestam serviços de transporte escolar no Município, constataram-se evidências de contratação, pela Prefeitura, direcionada, sub contratação indevida, fraude e contratação de empresas sem capacidade econômico-financeira para prestação de serviços de transporte escolar, nos termos detalhados a seguir:

c) A partir de consultas aos registros da Rede INFOSEG, verificou-se que as empresas Napoli Serviços e Construções Ltda., CNJ nº 08.562.501/0001/73, e Serv Obras-Serviços de Obras e Construção Civil Ltda., CNPJ nº 10.640.595/0001-0, não possuem nenhum veículo automotor próprio, não obstante terem sido contratadas para prestarem serviços no transporte de alunos das escolas da rede de ensino, num total de 23 (vinte e três) automóveis por contrato, entre ônibus, pick up e motocicletas;

d) Conforme informação prestada pela Secretaria Municipal de Trânsito e Tranporte de São Luis/MA, as empresas Napoli Serviços e Construções Ltda., CNJ nº 08.562.501/0001/73, e Serv Obras-Serviços de Obras e Construção Civil Ltda., CNPJ nº 10.640.595/0001-0, não são cadastradas/autorizadas, no domicílio de ambas Empresas, a prestarem serviços de transporte escolar;

e) O Balanço Patrimonial da empresa Serv Obras-Serviços de Obras e Construção Civil Ltda., CNPJ nº 10.640.595/0001-0, apurado em 31/12/2010, parte integrante do processo de licitação, demonstra que a referida Empresa, contratada para prestar serviço de transporte no valor de R$ 623.000,00 (seiscentos e vinte e três mil reais), possuía, no seu Ativo Permanente, o montante de R$ 266.665,10 (duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta nove reais e dez centavos), distribuído entre Imóveis e Terrenos, sem constar nenhum veículo;

f) Com referência à empresa Napoli Serviços e Construções Ltda., CNJ nº 08.562.501/0001/73, não foi possível aferir a sua situação econômico-financeira mediante análise de seu Balanço Patrimonial. Pois, embora o Edital do Pregão Presencial nº 05/2011/CPL, no item "Da Qualificação Econômico-Financeira", exigisse a apresentação de tal peça contábil, o referido documento não fora juntado aos autos;

g) A empresa Serv Obras-Serviços de Obras e Construções Civil Ltda., CNPJ 10.640.595/0001-01, não foi localizada no endereço constante das notas fiscais de serviços nºs 299, 303 e 308 – Estrada de Ribamar, 11, Lts 6/7/10, Km 06, Vila Kiola, São José de Ribamar/MA;

h) Aliado a isso, segundo informações prestadas pela senhora C.D. da S., os proprietários da empresa Serv Obras-Serviços de Obras e Construções Civil Ltda., CNPJ 10.640.595/0001-01, inseriram, sem a devida autorização, o seu nome na condição de contadora da Empresa, nos cadastros da Receita Federal do Brasil, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Junta Comercial do Maranhão. Informou ainda que não conhece os proprietários da Serv Obras;

i) Segundo os motoristas entrevistados, eles foram contratados, sem registro formal das avenças, pelas empresas supracitadas para prestarem serviços de transporte escolar em veículos próprios. Recebem mensalmente mediante transferência bancária e abastecem os veículos em postos de combustíveis contratados e pagos pela Prefeitura. Porém, nos Editais dos dois certames não existe previsão de subcontratação, nos termos do Artigo 72 da Lei 8.666/93, nem do custeio, pelo Município, do consumo de combustível dos veículos contratados. Ressalte-se que o item 9.3 dos dois editais determina que corre por conta da Contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes dos serviços;

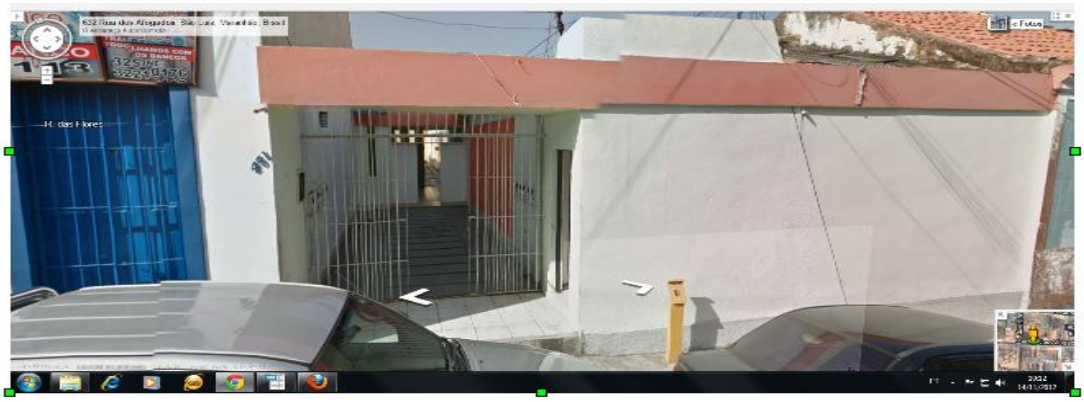
j) Em consulta à base de dados da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS, as empresas Napoli Serviços e Construções Ltda., CNJ nº 08.562.501/0001/73, e Serv Obras-Serviços de Obras e Construção Civil Ltda., CNPJ nº 10.640.595/0001-0, não possuem registros de contratação de empregados, no período de 01/01/2005 a 31/12/2011;

k) Além do exposto, outro fato que sinaliza para o direcionamento das contratações é que em ambos processos, cujos objetos licitados envolveram valores expressivos, ocorreu a participação de uma única empresa; e

l) Noutra vertente, cabe ainda ressaltar que a empresa Napoli Serviços e Construções Ltda., CNJ nº 08.562.501/0001/73, vencedora do Pregão Presencial nº 05/2011/CPL, foi circularizada, pela Equipe da CGU/MA, durante a execução dos trabalhos de fiscalização do 33º Sorteio dos Municípios, realizado em 2010, no Município de Benedito Leite/MA, quando não foi possível entrevistar os seus representantes legais, visto que, nas visitas realizadas, em horário comercial, o imóvel encontrava-se fechado. Observou-se também que, na parte interna e externa do imóvel, não existem letreiro nem placa de identificação da Empresa. Tal situação se repetiu em 2012, conforme o registro fotográfico obtido pela Equipe da CGU/MA.

Por último, registre-se que a falta de competividade é uma prática costumeira, na Prefeitura Municipal de Bacuri/MA. De doze licitações analisadas, dos exercícios de 2011 e 2012, nas modalidades concorrência e pregão, dez atraíram somente uma empresa interessada e nos outros dois certames, somente dois licitantes.

Sala sem identificação. Endereço da empresa Napoli Serviços e Construções Ltda., Rua dos Afogados, Sala 04, Centro-São Luis/MA.	Entrada do imóvel onde está localizado o escritório da empresa Napoli Serviços e Construções Ltda-2010.



Entrada do imóvel onde está localizado o escritório da empresa Napoli Serviços e Construções Ltda.-2012

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Conforme se comprova com os documentos emitidos pela RECEITA FEDERAL, as empresas Napoli Serviços e Construções Ltda., CNPJ/MF 08.562.501.0001-73 e Serv Obras-Serviços e Obras e Construção Civil Ltda., CNPJ/MF 10.640.595/0001-0 (sic) são cadastradas e possuem em seu objeto social expressamente a previsão de que desempenham atividade econômica de TRANSPORTE ESCOLAR, como atividade econômica secundária.

"A assertiva de que referidas empresas não possuem nenhum veículo automotor próprio em seu nome, ou lançados no seu Ativo Permanente não desnatura a possibilidade de que prestem tais serviços. Isto porque, sendo atividade econômica secundária, nada impede que se valham de veículos locados junto a terceiros para que realizem seus serviços.

"Sendo esta, puramente, uma decisão interna corporis do empresariado, relativa à terceirização de frota, relativos à composição de seu Ativo Permanente.

"Por outro lado, é irrelevante a informação prestada pela Secretária Municipal de Trânsito e Transporte de São Luis, acerca do cadastro e/ou autorização destas, para prestarem serviços de transporte escolar.

"Vivemos numa federação. Os atos internos de controle e cadastro de um ente federado não vinculam os demais, que são independentes e autônomos da realização da Gestão Pública.

"Por fim, a assertiva de contestação de eventual contadora acerca de lançamentos indevidos em seu nome, pelas empresas, diz respeito a elas entre si.

"Cabe a cada empresa cuidar da regularidade fiscal de seus procedimentos, valendo-se dos profissionais de contabilidade de sua livre escolha.

"Se há entrevero entre ambos, não compete a Administração Pública interferir e/ou julgar o que ocorre".

Análise do Controle Interno:

Discorda-se da manifestação dos gestores municipais do Programa, nos seguintes aspectos:

A) Sobre o item "a" da constatação, no qual se descreve a não comprovação, pelas empresas licitantes, de condições econômico-financeiras para prestarem os serviços de transporte escolar, alegaram que "...sendo atividade econômica secundária, nada impede que se valham de veículos locados junto a terceiros para que realizem seus serviços". Porém, nos Editais dos dois certames não existe previsão de subcontratação, nos termos do Artigo 72 da Lei 8.666/93.

B) Sobre o item "b" da constatação, no qual se aborda a ausência cadastradas/autorizadas, no domicílio de ambas as Empresas, a prestarem serviços de transporte escolar, consideram "...irrelevante a informação prestada pela Secretária Municipal de Trânsito e Transporte de São Luis, acerca do cadastro e/ou autorização destas, para prestarem serviços de transporte escolar. Convém ressaltar que ambas empresas têm domicílio na Capital do Estado, principal centro urbano do Maranhão, com uma crescente demanda por transporte escolar, público e privado. Portanto, é razoável que as duas empresas buscassem cumprir as formalidades legais junta à Prefeitura Municipal de São Luis/MA, com vista à concorrerem num mercado bem mais amplo, em detrimento do restrito espaço comercial do Município de Bacuri/MA.

C) Sobre o item "f" da constatação, na qual se menciona inserção do nome de contadora da Empresa, sem a devida autorização, justificaram que "cabe a cada empresa cuidar da regularidade fiscal de seus procedimentos, valendo-se dos profissionais de contabilidade de sua livre escolha. Se há entrevero entre ambos, não compete a Administração Pública interferir e/ou julgar o que ocorre."

Porém, na comprovação da regularidade fiscal, a Administração Pública tem o dever de verificar a validade jurídica de documentação apresentada. Caso contrário, corre o risco de instruir processos eivados de fraude e sujeitos a anulação administrativa ou judicial de tais atos administrativos.

Com referência aos itens "c", "d", "e", "g", "h", e "i" da constatação, os gestores municipais do Programa não se manifestaram.

Ponto mantido.

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.2. 0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB **Objetivo da Ação:** Assegurar a participação da União, a título de complementação, na composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação - FUNDEB, de forma a garantir, no âmbito dos Estados onde o valor per capita do Fundo encontrar-se abaixo do valor mínimo nacional por aluno/ano, o alcance desse valor mínimo nacional.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215702	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 18.988.889,94
Objeto da Fiscalização: Âmbito municipal: prefeituras contempladas com recursos financeiros da complementação da União para aplicação no âmbito do ensino infantil e fundamental. Conselho de Acompanhamento e Controle Social instituído para acompanhamento e controle da aplicação dos recursos do FUNDEB no ensino básico público.	

2.1.2.1. Constatação:

Utilização de duas contas bancárias para movimentar os recursos do FUNDEB.

Fato:

Em descompasso com o art. 2º, "caput", do Decreto nº 7.507, de 27/6/2011, e com o art. 3º da Resolução nº 44, de 25/8/2011, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Conselho Deliberativo, verificou-se a utilização de duas contas bancárias para movimentar os recursos do FUNDEB, ou seja, parte dos recursos da conta bancária vinculada ao FUNDEB – Conta Corrente 8950-8, Agência 01485-0 do Banco do Brasil – foram transferidos para a Conta nº 6189-1 da mesma agência bancária (pelo menos R$7.868.267,12, no período de 6/10/2011 a 5/9/2011).

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"No tocante a utilização de duas contas bancária, esclareço que na realidade a conta nº 6189-1 da Agência 1485-0, trata-se de um conta FOLPAG na qual efetuamos os pagamento dos servidores municipais, desta forma os recursos que são transferidos da conta específica do FUNDEB para esta outra conta corrente destina-se exclusivamente para o pagamento dos vencimentos dos servidores, as demais transações financeiras são efetuadas diretamente através da conta do FUNDEB, desta forma entendemos que tal procedimento não gera nenhum dano ao erário, muito menos interfere na aplicação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino básico." (sic)

Análise do Controle Interno:

A justificativa do Gestor Municipal seria aceitável se a Conta Corrente 6189-1 fosse utilizada exclusivamente para movimentar recursos do FUNDEB (*in caso*, pagar os profissionais do Magistério) e observasse os preceitos da transparência, o que não é o caso. Diferentemente do que declarou o Gestor, verificou-se que no extrato da Conta 6189-1 acima referida constam créditos não advindos da conta específica do FUNDEB, assim como constam débitos que não se conciliam com as folhas de pagamento do referido fundo, inclusive descontos de cheques.

Nesse contexto, vale lembar que sobre a possibilidade de se abrir mais de uma conta corrente para movimentar os recursos do FUNDEB, o documento "Perguntas Frequentes", elaborado pela Coordenação de Operacionalização do FUNDEB (COPEF) e disponível no sítio do Ministério da Educação, é suficientemente elucidativo, cite-se:

"... Quanto à criação de outra conta para transferência ou divisão dos recursos do Fundeb, a legislação federal não trata dessa possibilidade, visto que esse desdobramento não se mostra necessário ou mesmo justificável a uma boa e regular gestão dos recursos. Entretanto, caso isso seja julgado necessário pelo Estado ou Município, é oportuno esclarecer que as características da nova conta, quanto à exclusividade de crédito apenas de recursos do Fundo e quanto à publicidade da sua movimentação, junto aos órgãos de acompanhamento e controle (Conselhos do Fundeb, Tribunais de Contas, Ministério Público e Parlamentares locais), devem ser mantidas, de modo a assegurar a transparência necessária na movimentação dos recursos do Fundo."

2.1.2.2. Constatação:

Despesas não comprovadas.

Fato:

Do confronto entre os extratos bancários da conta corrente em que foram depositados os recursos financeiros do FUNDEB (c/c. 8950-8, Agência 01485-0 do Banco do Brasil) com as prestações de contas mensais, de janeiro/2011 a setembro/2012, em que deveriam estar organizados todos os documentos comprobatórios de cada despesa realizada com os aludidos recursos (notas fiscais, faturas, recibos, folhas de pagamento de pessoal, guias de recolhimento de tributos e respectivas GFIP etc.), constataram-se despesas não comprovadas, consoante abaixo demonstrado:

a) Folhas de pagamentos – a tabela abaixo demonstra a diferença existente entre a soma de todas as folhas de pagamento apresentadas à CGU (competência dezembro/2010 a agosto/2012) e a soma de débitos na conta bancária do FUNDEB nas datas informadas como sendo as datas do pagamento de cada folha.

Data do pagam/ débito c/c	Folha Competência	Montante dos Vencimentos[1]	Consignações[2]	Valor Líquido	Líquido + consignações	Soma de linhas (mesma data)	Débito na conta bancária
11-01-05	dezembro/2010	489.845,81	79.969,11	367.231,62	447.200,73		-411.000,00
11-02-02	Janeiro/2011	468.628,41	79.380,28	347.341,36	426.721,64		-572.157,00
11-03-03	Fevereiro/2011	518.830,78	82.478,85	390.268,33	472.747,18		-570.388,00
11-03-04	Fevereiro/2011	13.800,00	483,90	11.922,50	12.406,40		0,00
11-04-05	Março/2011	502.881,76	85.887,06	369.278,54	455.165,60		-634.924,03
11-05-04	Abril/2011	582.564,03	89.092,49	441.220,47	530.312,96	863.340,20	-922.402,68
11-05-04	1/3 férias + Abono	364.583,76	0,00	333.027,24	333.027,24		

Data do pagam/ débito c/c	Folha Competência	Montante dos Vencimentos[1]	Consignações[2]	Valor Líquido	Líquido + consignações	Soma de linhas (mesma data)	Débito na conta bancária
11-05-30	Abono	86.829,75	0,00	86.829,75	86.829,75		-44.479,00
11-05-31	Abono	199.998,72	0,00	199.998,72	199.998,72		-50.078,60
11-06-03	Maio/2011	536.419,62	89.426,37	398.082,33	487.508,70		-675.264,00
11-07-04	Junho/2011	533.893,60	91.986,22	392.760,16	484.746,38		-487.627,33
11-07-29	Adiantamento 13º Salário	26.700,00	0,00	26.700,00	26.700,00		0,00
11-08-01	Julho/2011	540.305,35	93.540,64	397.645,95	491.186,59		-503.748,38
11-09-01	Agosto/2011	535.452,77	90.723,76	397.244,36	487.968,12		-567.470,81
11-10-06	Setembro/2011	539.545,81	91.745,56	400.074,51	491.820,07		-573.671,99
11-11-04	Outubro/2011	543.077,18	92.517,06	402.493,37	495.010,43		-570.243,74
11-12-06	Novembro/2011	548.523,25	90.320,31	409.867,95	500.188,26		-614.730,13
11-12-20	13º Salários	572.658,23	18.000,00	304.232,90	322.232,90		-149.800,00
12-01-03	Dezembro/2011	552.793,52	92.517,61	411.512,53	504.030,14		-508.342,20
12-02-03	Janeiro/2012	562.171,10	91.338,56	418.090,02	509.428,58	921.213,86	-931366,66
12-02-03	Abono	411.785,28	0,00	411.785,28	411.785,28		
12-03-05	Fevereiro/2012	560.408,47	91.911,04	417.590,25	509.501,29		-529.629,53
12-04-04	Março/2012	637.244,78	91.911,03	484.856,14	576.767,17		-586.783,44

Data do pagam/ débito c/c	Folha Competência	Montante dos Vencimentos[1]	Consignações[2]	Valor Líquido	Líquido + consignações	Soma de linhas (mesma data)	Débito na conta bancária
12-05-04	Abril/2012	652.353,05	92.531,78	498.800,08	591.331,86		-606.522,96
12-06-04	Maio/2012	667.926,99	93.822,50	511.463,13	605.285,63	888.047,46	-916.886,91
12-06-04	1/3 férias + Abono	297.643,34	0,00	282.761,83	282.761,83		
12-07-05	Junho/2012	689.595,91	92.258,89	530.772,12	623.031,01		-640.589,92
12-08-06	Julho/2012	647.846,05	92.676,27	495.444,32	588.120,59		-604.882,07
12-09-05	Agosto/2012	691.813,57	97.838,70	529.685,02	627.523,72		-659.750,22
Total		**13.976.120,89**	**1.912.357,99**	**10.668.980,78**	**12.581.338,77**		**-13.332.739,60**

Notas:

1 – Os vencimentos correspondem à soma do salário base (menos as faltas) mais gratificações, horas extras, tempo de serviços, adicionais e outros, antes de descontar INSS, IRPF e outras deduções (corresponde ao valor bruto);

2 - As consignações dizem de: Contribuição Sindical, Empréstimos, Descontos Judiciais, Consórcios e Descontos Autorizados.

a1) Desse modo, na tabela supra, verifica-se que:

a1.1) A diferença entre os débitos em conta corrente menos o total das folhas, somadas pelo líquido, é de R$2.663.758,82;

a1.2) Mesmo somados vencimentos líquidos mais as consignações, a despesa não comprovada ainda é de R$751.400,83;

a.1.3) Nos valores acima calculados estão considerados R$44.479,00, debitados no dia 30/5/2011, data indicada como de pagamento de um abono, mas o histórico do extrato bancário registra que esse débito é o resultado de um cheque pago em outra agência, ou seja, a princípio, não deve ser considerado como referente a pagamento de servidores. Logo, os valores apontado nas alíneas "a1.1" e "1.2" devem ser ainda maiores (R$2.708.237,82 e R$795.879,83, respectivamente);

a1.4) Os valores debitados na conta corrente do FUNDO, mês a mês, são, em regra, superiores às somas das folhas de pagamento apresentadas, com exceção da folha relativa a um abono pago em 3/2/2012, no valor de R$411.785,28, em que há coincidência de cifras;

a2) Anote-se outras fragilidades observadas nas folhas de pagamento apresentadas à CGU, que apontam para um valor ainda maior de despesas não comprovados, relativamente a esse item:

a2.1) Para abril/2011 (competência), constam duas folhas de pagamento para os Professores Contratados EJA, uma no valor líquido de R$7.721,55 e outra no valor de R$16.791,38, assim como existem duas folhas para os Professores também contratados Especial, uma no valor de R$23.353,42 e outra no valor de R$41.768,86;

a2.2) Em 2011, parte das folhas impressas, relativas a servidores contratados, vistas pelo ângulo dos valores totais (vencimento básico, bruto e/ou líquido), não se conciliam com as folhas em meio magnético entregues para a CGU, consoante demonstrado na tabela abaixo:

Mês (Competência)	**Folha**	**Folha Impressa**		**F. Meio Magnético**	
		Bruto	**Líquido**	**Bruto**	**Líquido**
Março	60% Especial	46.197,07	41.768,86	10.194,00	9.385,98
Junho	60% Especial	51.133,29	46.382,19	35.478,07	32.150,97
Julho	60% Especial	49.705,07	45.034,94	42.755,93	38.173,18
Agosto	60% Especial	35.100,00	37.860,27	42.254,89	37.860,27
Setembro	60% Especial	43.942,11	39.425,50	43.342,11	39.002,30
	40%	17.615,53	15.876,82	18.160,33	16.378,22
13º Salário	60% EJA	17.650,00	7.586,00	12.995,00	12.000,60
Dezembro	60% Especial	40.200,00*	45.904,94	40.800,00*	45.904,94
Totais		**301.543,07**	**279.839,52**	**245.980,33**	**230.856,46**

*__Nota__: refere-se à soma dos vencimentos básicos - o valor bruto (R$50.695,07) coincide, assim como o líquido (R$45.904,94)

a2.3) As folhas relacionadas na tabela abaixo não foram apresentadas em meio magnético, apenas em versão impressa:

Mês/Competência	**Vínculo**	**Folha**	**Líquido**
13º Salário	Contratado	60% Especial	21.047,35

Mês/Competência	Vínculo	Folha	Líquido
13º Salário mais Abono	Contratado	60% EJA	8.700,00
		60% Especial	18.000,00
Abono	Contratado	60% EJA	23.450,00
		60% Especial	63.379,75
Fevereiro/2011	Contratado	60% EJA	11.922,50
		60% Especial	41.768,86
Março/2011	Contratado	60% EJA	16.791,38
Abril/2011	Contratado	60% EJA	16.791,38
		60% Especial	41.768,86
1/3 de Férias mais Abono	Efetivo	40%	39.712,56
		60% Especial	78.532,54
		60% Nível I	97.338,19
		60% Nível II	112.643,59
		60% Proestável	4.800,36

a2.4) Não foram apresentadas as ordens de pagamento concernentes às folhas a seguir relacionadas:

Mês (Competência)	Vínculo	Folha	Valor	Outras impropriedades verificadas
Outubro/2011	Contratado	60% Nível I	1.644,00	

Mês (Competência)	Vínculo	Folha	Valor	Outras impropriedades verificadas
13º Salário	Contratado	40%	24.101,64	Existem duas folhas, com valores divergentes, uma impressa e em meio magnético e outra apenas em meio magnético (valores somados nesta tabela)
		60% EJA	12.000,60	
		60% Especial	3.312,00	Existem duas folhas, com valores divergentes, ambas impressas e em meio magnético
		60% Nível I	35.483,87	Existem duas folhas, com valores divergentes, uma impressa e em meio magnético e outra apenas em meio magnético (valores somados nesta tabela)
	Efetivo	40%	57.544,10	
		60% Especial	33.137,68	
		60% Nível I	38.777,88	
		60% Nível II	77.135,24	
		60% Proestável	1.692,54	
Março/2011	Contratado	60% Nível I	10.053,08	
Abril/2011	Contratado	60% Nível I	12.730,28	
Maio/2011	Contratado	60% Especial	12.349,35	
Junho/2011	Contratado	60% Nível I	3.700,88	

a2.5) O Professor G. S. V., código 10 na folha de pagamento, no período de 3/6/2011 a 4/5/2012, recebeu R$1.743,80 acima do valor que deveria receber, consoante as folhas apresentadas à CGU (a diferença mensal variou de R$108,92 a R$109,000, assim como Professor L. M. N. O., código 6007, recebeu R$299,88, no período de 5/7 a 5/9/2012, diferença mês a mês de R$99,96.

b) Outras despesas não comprovadas - além das despesas relativas a pagamento de pessoal, constataram-se os débitos abaixo relacionados para os quais os gestores municipais não apresentaram nenhum documento de despesa:

Dt. movimento	Histórico	Documento	Valor (R$)
2011-01-10	002 Cheque	850.717	-64.500,00
2011-01-10	002 Cheque	850.718	-65.300,00
2011-01-18	002 Cheque	850.720	-32.800,00
2011-01-20	002 Cheque	850.719	-34.929,00
2011-02-17	002 Cheque	850.738	-114.863,33
2011-03-14	002 Cheque	850.752	-22.500,00
2011-03-25	229 Transferência de Saldo	315.500.500	-12.549,35
2011-03-25	229 Transferência de Saldo	315.500.500	-1.348,15
2011-04-07	002 Cheque	850.770	-15.000,00
2011-04-26	002 Cheque	850.818	-44.600,28
2011-04-26	002 Cheque	850.820	-45.864,62
2011-04-26	002 Cheque	850.821	-47.026,20
2011-05-11	002 Cheque	850.802	-21.716,25
2011-05-24	002 Cheque	850.755	-2.750,00
2011-06-17	002 Cheque	850.796	-6.100,00
2011-10-07	166 Emissão de DOC	100.701	-1.052,55

Dt. movimento	Histórico	Documento	Valor (R$)
2011-11-21	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	112.101	-37.952,00
2011-12-13	470 Transferência on line	552.972.000.032.798	-38.700,00
2011-12-15	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	121.501	-48.122,00
12-05-10	470 Transferência on line - 10/05 1485 6185-9 MAX FERRAIS	551485000006185	-3.800,00
		Total	**-661.473,73**

b1) No desconto do Cheque nº 850.748, emitido no valor de R$8.990,00, correspondente ao pagamento de uma Jornada Pedagógica (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 1, emitida pela Prefeitura de São Luís, MA, em 11/3/2011, no mesmo valor do cheque acima referido), houve um débito na conta corrente do FUNDEB no valor de 9.990,00 - diferença de R$1.000,00 (um mil reais).

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"A equipe de fiscalização identificou algumas divergências entre os valores das folhas de pagamento contabilizadas e as apresentadas, no entanto estamos procedendo uma análise mais acurada quanto ao devido item, e com a maior brevidade possível prestaremos maiores esclarecimentos quanto à suposta irregularidade ora identificada." (sic)

Análise do Controle Interno:

A declaração do Gestor Municipal não comporta análise da CGU, uma vez que não justifica nem esclarece as constatações acima expostas.

2.1.2.3. Constatação:

Despesas realizadas incompatíveis com o objetivo do programa.

Fato:

Também do confronto entre os extratos bancárias da conta corrente do FUNDEB com as prestações de contas mensais (janeiro/2011-setembro/2012), constataram-se as despesas inelegíveis abaixo relacionadas:

a) Pagamento de multas e juros relativas a INSS Patronal, no montante de R$46.397,10, consoante tabela abaixo (5ª Coluna):

Data	Valor Bruto	Desconto	Líquido	Multas e Juros	Total	Competência

Data	Valor Bruto	Desconto	Líquido	Multas e Juros	Total	Competência
11-02-10	25.006,23	6.798,68	18.207,55	4.149,50	22.357,05	10/2010
11-02-10	43.795,11	1.577,88	42.217,23	9.621,30	51.838,53	10/2010
11-02-10	43.849,83	1.499,96	42.349,87	8.054,93	50.404,80	11/2010
11-02-10	12.465,65	0,00	12.465,65	2.370,96	14.836,61	11/2010
11-02-10	10.776,99	0,00	10.776,99	791,82	11.568,81	12/2010
11-04-26	43.588,60	1.554,75	42.033,85	5.552,66	47.586,51	2/2011
11-04-26	49.776,86	7.402,03	42.374,83	699,18	43.074,01	3/2011
11-04-26	20.711,29	7.355,26	13.356,03	2.927,63	16.283,66	1/2011
11-04-26	44.238,02	1.658,40	42.579,62	9.333,44	51.913,06	1/2011
11-04-27	12.529,48	0,00	12.529,48	2.895,68	15.425,16	13/2010
Total	**306.738,06**	**27.846,96**	**278.891,10**	**46.397,10**	**325.288,20**	--

a1) Além de multas e juros, com o pagamento das GPS Competência 10/2010 e 11/2010, em 10/2/2011, acima apontadas, ficou configurado, também, o pagamento de despesas de exercícios anteriores. Assim, por essa via, além das multas e juros, se deve glosar das despesas o montante de R$115.240,30, correspondente à soma dos valores líquidos dos recolhimentos em referência.

b) Outras despesas inelegíveis, no montante de R$17.675,06, conforme abaixo demonstrado:

Dt. movimento	Histórico	Documento	Valor (R$)
2011-01-26	263 Tarifa de Extrato	800.261.200.012.430	-1,45
2011-02-16	263 Tarifa de Extrato	850.471.200.071.243	-1,45

Dt. movimento	Histórico	Documento	Valor (R$)
2011-05-23	263 Tarifa de Extrato	801.431.200.220.740	-2,00
2011-05-23	263 Tarifa de Extrato	801.431.200.220.741	-2,00
2011-05-23	263 Tarifa de Extrato	801.431.200.220.742	-2,00
2011-05-23	263 Tarifa de Extrato	801.431.200.220.743	-2,00
2011-10-07	310 Tarifa de DOC ou TED	892.801.000.022.153	-8,00
12-04-25	229 Transf Depósito Judicial	315.500.500	-10.331,99
12-04-25	229 Transf Depósito Judicial	315.500.500	-6.473,96
12-04-25	229 Transf Depósito Judicial	315.500.500	-850,21
Total			**-17.675,06**

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"No tocante ao pagamento de e juros relativos a INSS Patronal no montante de R$ 46.397,10, informamos ao ilustre auditor que os pagamento identificados como incompatíveis com o programa do FUNDEB, foram efetuados não com recursos do programa mas sim do MDE/Prefeitura, embora o somatório do principal com o acessório coincida com o valor descontado pelo banco, ocorre que o valor relativo ao somatório de multas e juros foram transferidos para a tesouraria do FUNDEB (112) sendo assim estes pagos com recursos do MDE/Prefeitura, conforme se demonstra através das Notas de Empenhos e respectivas Ordens de pagamento (Doc. 02), com exceção do pagamento de R$ 791,82 que de fato foi efetuado equivocadamente com recursos do FUNDEB, no entanto afim de sanar afim sanar a presente irregularidade estamos providenciando a devolução do referido recurso para a conta do FUNDEB. (sic)

"Quanto as outras despesas, tais como tarifa bancária e bloqueio judicial no montante de R$ 17.675,06, com recursos do FUNDEB tidas com inelegíveis reconhece-se a existência de equívoco com seus pagamento, outrossim informamos que o pagamento com atraso deve-se ao fato da ausência de recursos financeiro para o pagamento da obrigação patronal em dia. No entanto na busca de sanarmos a suposta irregularidade ora identificada, providenciaremos com a maior brevidade possível a devolução dos valores de R$ 17.675,06." (sic)

Análise do Controle Interno:

Não se acatam as justificativas apresentadas, pelas seguintes razões:

a) Quanto ao pagamento de juros e multas relativas a INSS:

a1) Na conta corrente específica do FUNDEB não consta registro de crédito dos valores consignados nas cópias de notas de empenho e de ordens de pagamento anexadas às justificativas do Gestor Municipal. Ademais, tais documentos, de per si, não comprovam a efetividade da devolução dos recursos;

a2) Não foi apresentado nenhum documento comprobatório da aplicação (na finalidade do Fundo) do montante supostamente devolvido, ou seja, não foi demonstrada a destinação dos recursos alegados como devolvidos à conta do FUNDEB;

a3) Ainda que o Gestor Municipal tivesse comprovado a efetiva transferência de recursos do MDE/Prefeitura para o FUNDEB, a irregularidade não restaria sanada, pois quem deve proceder a devolução dos recursos é o agente público que deu causa ao pagamento da despesa indevida, e não o MDE/Prefeitura, cuja finalidade também não comporta o pagamento de juros e multas decorrentes de culpa do Administrador;

a4) Não foi apresentada justificativa sobre o pagamento de despesas de exercícios anteriores, motivo pelo qual a constatação da CGU, também nesse particular, permanece na sua integridade;

b) Em que pese o Gestor Municipal reconhecer o pagamento indevido de outras despesas inelegíveis e prometer a sua devolução, a alegação de falta de recursos não tem fundamento, uma vez que não houve atraso na liberação dos recursos do FUNDEB. Ademais, alerta-se, por antecipação, que, tal como acima afirmado, a devolução dos recursos não pode recair sobre outra fonte de recursos públicos, é dizer, deve ser processada em desfavor do agente público que deu causa aos pagamentos indevidos.

2.1.2.4. Constatação:

Execução de serviços não comprovada.

Fato:

Não foram apresentados documentos/evidências de que os serviços objeto da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 5, emitida pela Prefeitura de Teresina, PI, em 1/6/2012 (capacitação de professores) e da Nota Fiscal de Prestação de Serviços – Série "F", nº 6320 (doze inscrições no "Congresso Internacional sobre Formação de Professores", realizado de 26 a 28/5/2011, em São Luís, MA), emitida pela Empresa Futuro Congressos Ltda. - EPP, CNPJ 04719898000103, tenham sido prestados.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"Todos os coordenadores de educação, responsáveis pela supervisão pedagógica nas escolas municipais de Bacuri participaram de um congresso internacional de formação de educadores com várias temáticas sendo discutidas. O evento aconteceu em São Luís, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, próximo ao Multicenter Sebrae. O congresso foi realizado pela empresa Futuro de eventos e congressos, sendo que a mesma realiza eventos em todo o país, sendo os eventos de maior repercussão no mundo pedagógico pela qualidade dos seus palestrantes de onde se pode destacar, Pedro Demo, Celso Antunes, dentre tantos outros. Os conhecimentos adquiridos pelos Coordenadores Pedagógicos foram aplicados no fazer pedagógico das escolas inclusive influenciando os projetos políticos pedagógicos de cada escola." (sic)

Análise do Controle Interno:

Não se acata a justificativa, uma vez que:

a) O Prefeito limitou-se a declarar que coordenadores participaram de um congresso internacional (despesa no valor de R$4.440,00, Nota Fiscal nº 6320) e que os conhecimentos adquiridos foram aplicados, isto é, mais uma vez não apresentou evidência material da execução dos serviços.

b) Por outro lado, o Gestor não apresentou justificativa para o fato de não ter comprovado a execução dos serviços de capacitação de professores (despesa no valor de R$70.200,00, Nota Fiscal nº 5).

2.1.2.5. Constatação:

Existência de professores leigos na Educação Básica.

Fato:

Das informações prestadas pelos gestores municipais, verificou-se a existência, no período auditado, de cinco professores leigos em atividade na Educação Básica, em desconformidade com o art. 62, da Lei 9.394/1996, que admite como formação mínima para o exercício do Magistério na Educação Infantil, e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, formação em Nível Médio, na modalidade Normal.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"A existência de professores leigos na Educação Básica em Bacuri não configura qualquer irregularidade, na medida em que se tratam de professores protegidos pela estabilidade provisória, por terem ingressado no Serviço Público dentro do prazo previsto na Constituição Federal.

"Não é possível, portanto, à Gestão exonerá-los por expressa vedação constitucional."

Análise do Controle Interno:

Não se acata a justificativa apresentada, uma vez que a constatação da CGU não sugere a exoneração de professores leigos, e sim aponta para o fato de o Gestor Municipal não ter conferido efeito prático a dispositivos da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, c/c preceitos da Lei nº 9.424, de 24/12/1996, mais especificamente no que concerne não ter providenciado habilitação e capacitação desses profissionais para, em seguida, promover o ingresso no Quadro Permanente, consoante mandamento do art. 9º da última lei acima citada, a saber:

"Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, no prazo de seis meses da vigência desta Lei, dispor de novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de modo a assegurar:

"I - a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério;

"II - o estímulo ao trabalho em sala de aula;

"III - a melhoria da qualidade do ensino.

"§ 1º Os novos planos de carreira e remuneração do magistério deverão contemplar investimentos na capacitação dos professores leigos, os quais passarão a integrar quadro em extinção, de duração de cinco anos.

"§ 2º Aos professores leigos é assegurado prazo de cinco anos para obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes.

"§ 3º A habilitação a que se refere o parágrafo anterior é condição para ingresso no quadro permanente da carreira conforme os novos planos de carreira e remuneração."

2.1.2.6. Constatação:

Contratação irregular de profissionais da educação.

Fato:

Constatou-se que a relação entre profissionais da educação, efetivos e contratados, no período de dezembro/2010 a setembro de 2012, flutuou em torno de 22,20% (em 2010), 19,80% (em 2011) e 22,29 (em 2012). E mais, o índice de recontratação dos mesmos servidores, de 2010 a 2012, foi este: 59,33% dos servidores contratados em 2012 tinham sido contratados também em 2011; 52,67% tinham sido contratados em 2010; e, por fim, 45,33% dos servidores contratados em 2012 tinham sido contratados em 2010 e em 2011. Em entrevistas, constatou-se que um professor contratado trabalha na escola desde o ano de 2007 e outro, desde 2009, ou seja, as reiteradas contratações temporárias se transformaram em permanentes, na medida em que, para cada exercício financeiro, novos contratos foram firmados, inclusive com os mesmos profissionais.

Por outro lado, indagado pela CGU sobre os procedimentos adotados quando da contratação dos servidores temporários, sobre os critérios de seleção e os meios utilizados para divulgação e realização do processo seletivo, os gestores limitaram-se a declarar, sem apresentar nenhuma prova documental, nem mesmo a lei municipal citada, que:

"... os servidores (…) foram contratados pelo REGIME ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com base no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, inciso VI da Lei Municipal N. 315, de 04.06.2009.

"DECLARO ainda que o recrutamento e contratação dos aludidos servidores se deu com base no artigo 3º, § 2º da Lei Municipal N. 315/2009, que permite que a seleção seja feita de modo simplificado, prescindindo de concurso público de caráter objetivo (provas e títulos) e que seja realizado à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do *curriculum vitae*.

DECLARO, por fim, que o recrutamento foi feito por Órgão interno da Prefeitura Municipal de Bacuri, com publicação do Edital de abertura e de resultado do certame no Mural do Átrio do Paço Municipal."

Não obstante, pelo acima exposto, fica claro o descumprimento do que preceitua o art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que prevê: "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos..."

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"Não há contratação irregular de profissionais da educação em Bacuri.

"Todos os professores contratados o foram sob a égide da Lei Municipal n. 315/2009, que prevê o regime especial de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma permitida pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

"Vale dizer que foram realizados dois concursos públicos amplos pela atual Gestão, com admissão de todos os aprovados, inclusive todos os excedentes, em ambos os concursos e mesmo assim, não foi suficiente para atender à demanda de professores, o que configurou a necessidade temporária de excepcional interesse público.

"Logo, a ilação esposada pela fiscalização não tem qualquer procedência."

Análise do Controle Interno:

Quanto às justificativas apresentadas, o Prefeito, além de não elidir os fatos expostos pela CGU, tal como durante os trabalhos de campo, novamente limitou-se a firmar declarações destituídas de base material, ou seja, nenhum fato novo foi apresentado. Portanto, mantém-se o inteiro teor da constatação.

2.1.2.7. Constatação:

Remuneração de professores abaixo do piso salarial.

Fato:

Verificou-se que aos professores contratados (cerca de 26,26% do total de professores do município no exercício de 2012) foi pago remuneração abaixo do piso salário definido na Lei n° 11.738, de 16/7/2008.

Ademais, verificou-se ainda que a esses profissionais, em regra, não foi pago 1/3 de férias, nem 13º Salário, em que pese as reiteradas contratações, ano após ano, consoante relatado em ponto específico deste relatório.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"O regime de contratação de professores à luz da Lei Municipal n. 315/2009 é diferenciado e possui previsão legal de sistema próprio de remuneração, razão pela qual não se aplicam as disposições acerca do piso salarial, que se refere exclusivamente aos professores de carreira."

Análise do Controle Interno:

A declaração do Gestor confirma os achados da CGU (pagamento de remuneração abaixo do piso e não pagamento de férias, nem 13º Salário), ao tempo que não elide a constatação, pelo exposto no subitem anterior ("Contratação irregular de profissionais da educação"), inclusive. Ademais, esse fato afronta o disposto no art. 40, inciso I, da Lei nº 11.494/2007, na medida em que não garante remuneração condigna aos profissionais da Rede Pública de Ensino do Município de Bacuri e, por consequência, desfavorece a melhoria da qualidade da edução básica municipal.

2.1.2.8. Constatação:

Recolhimento a menor de INSS.

Fato:

Sobre o recolhimento de INSS, constatou-se as seguintes ocorrências:

a) Embora constem retenções em folha para todos os servidores, verificou-se que, em regra, os servidores contratados não são incluídos na GFIP e, por conseguinte, não há recolhimento do INSS (Patronal e Segurados).

a1) Em setembro/2011, p. ex., de 117 servidores contratados incluídos na folha de pagamento, foram relacionados na GFIP apenas quatro. Assim, de R$6.006,93 retidos na folha (contratados), foram recolhidos por meio da GFIP Competência 9/2011 apenas R$194,02. Em junho/2012, de 140 contratados, apenas três constavam na GFIP. Desse modo, de R$8.722,87 retidos em folha, foram recolhidos apenas R$166,68

a2) No diapasão do relatado na alínea "a1" supra, verificou-se que no período de dezembro/2010 a agosto de 2012, o valor dos vencimentos dos servidores contratados (descontados os abonos

concedidos), consoante folhas apresentadas à CGU, foi de R$1.181.866,41, o que enseja contribuição patronal de, no mínimo, R$236.373,28 (calculado com base na alíquota de 20%, art. 22, da Lei nº 8.212, de 24/71991), que somados às retenções em folha (R$129.599,02) totaliza R$365.972,30 de INSS não recolhido (não descontado eventual recolhimento como os referidos na alínea "a1" supra).

b) Entre os efetivos também se verificou quatorze servidores, de um total de 479 com retenções descontadas nas folhas de pagamento de setembro/2011, que não foram relacionados na GFIP (total não recolhido: R$1.358,95), igualmente, na folha de junho/2012, de um total também de 479 com retenção nas folhas, para quinze não houve recolhimento na GFIP (total não recolhido: R$2.298,67). Ademais, observou-se que, dentre os servidores ora citados, seis não estavam em nenhuma das duas GFIP acima indicadas;

b1) Por outra parte, em setembro/2011, observou-se que dois servidores, entre os efetivos, foram relacionados na GFIP, mas não havia salário nem retenção na folha de pagamento (recolhimento na GFIP: R$118,55); para um outro, que estava na GFIP (R$82,75), havia salário, mas não havia retenção em folha. Em junho/2012, também ocorreu o fato de dois servidores não contarem com salário nem com retenção em folha, mas aparecerem na GFIP (recolhimento na GFIP: R$114,88).

c) Em decorrência de diferenças verificadas na base de cálculo (salário básico na GFIP e vencimentos na folha de pagamento), ou em virtude de arredondamentos, tanto em setembro/2011 quanto em junho/2012, para muitos dos servidores relacionados nas GFIP (226 em setembro/2011 e 397 em junho/2012), houve recolhimentos divergentes, para uns, a maior; para outros, a menor. No total (soma das diferenças para mais e para menos), ocorreu recolhimento a menor de: R$4.349,53, em setembro/2011, e de R$1.600,76, em junho/2012. Consideradas as diferenças compreendidas entre -0,68 e 0,04 como arredondamento (111 servidores nessa situação em setembro/2011 e 123 em junho/2012), os valores não recolhidos em razão de diferenças na base de cálculos seriam estes: R$4.348,45 (setembro/2011) e R$1.601,80 (junho/2012).

d) No período de fevereiro a agosto/2011, foram pagos a pessoas físicas serviços de reforma de carteiras escolares, zeladoria e vigilância, no toral de R$4.400,00, sem recolhimento de INSS.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"Não procede a alegação. O município de Bacuri encetou negociação frente ao INSS, pelo qual está regularizando todas as pendências previdenciárias do ente federado. Juntamente em anexo, os comprovantes da renegociação."

Análise do Controle Interno:

Os comprovantes de renegociação anunciados não foram entregues à CGU. Não obstante, uma eventual renegociação, aliada a uma simples e genérica declaração do Gestor Municipal, na medida em que não contempla os fatos apurados pela Equipe de Fiscalização, não tem o condão de elidir a constatação acima exposta.

2.1.2.9. Constatação:

Falta de implantação do Plano de Carreira e remuneração dos profissionais da Educação Básica.

Fato:

Constatou-se que por meio da Lei Municipal nº 06, de 17/11/2010, foi implantado apenas o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Bacuri, MA, ou seja, não houve implantação do Plano de Carreira e remuneração dos demais profissionais da Educação Básica: auxiliares de serviços gerais, secretárias de escolas, bibliotecários, serventes, merendeiras,

nutricionista etc., lotados e em exercício nas escolas ou órgão/unidade administrativa da educação básica.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"Em que pese a Administração Pública entender não haver obrigatoriedade legal de implantação de Plano de Carreira e remuneração diferenciado para auxiliares de serviços gerais, secretárias de escolas, serventes, merendeiras, etc, sendo esta uma faculdade da Gestão, ressalta-se que foi encaminhado plano equivalente à Câmara Municipal de Bacuri, que encontra tramitando enquanto processo legislativo." (sic)

Análise do Controle Interno:

A necessidade de implementar Plano de Carreira e Remuneração dos demais profissionais da educação decorre de um dos objetivos do FUNDEB, qual seja: "Valorização dos Profissionais da Educação", que, em última análise, busca promover a melhoria da qualidade do ensino por meio de remuneração condigna.

Por outro lado, em que pese a declaração do Gestor Municipal, o projeto que teria sido encaminhado para a Câmera de Vereadores não foi apresentado à CGU, assim como não foi exibido documento comprobatório de sua tramitação. Sendo assim, mantém-se a constatação supra.

2.1.2.10. Constatação:

Compra direta sem licitação ou ausência de processo licitatório na utilização dos recursos em casos não previstos na Lei 8.666/1993.

Fato:

De acordo com as ordens de pagamento contidas na prestação de contas do município de Bacuri/MA relativas ao FUNDEB, a despesa com obras de reforma e ampliação das escolas do município, no ano de 2011, alcançou o montante de R$ 1.243.410,00 (um milhão, duzentos e quarenta e três mil e quatrocentos e dez reais).

Esse valor ensejaria a necessidade de instrução de procedimento licitatório, pelo menos na modalidade tomada de preços, o que não foi demonstrado pelo gestor municipal, pois não foi disponibilizado processo de licitação relativo a essas obras tampouco constava das contas apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) referentes ao ano de 2011. Não obstante esse fato, a Prefeitura Municipal efetuou a contratação da empresa G Sodré & Cia Ltda. (CNPJ 09.478.614/0001-58) para execução desse objeto. Os pagamentos à citada empresa estão discriminados no quadro a seguir:

Pagamentos relativos ao exercício 2011 - G Sodré & Cia Ltda.			
Nº da Ordem de Pagamento	**Nota Fiscal nº**	**Data**	**Valor em R$**
168	52	16/02/2011	20.000,00

169	53	04/03/2011	15.650,00
171	55	13/04/2011	43.300,00
163	*	16/05/2011	125.000,00
173	59	25/05/2011	41.230,00
164	60	14/06/2011	126.000,00
165	60	14/06/2011	41.200,00
172	61	22/06/2011	6.430,00
166	62	13/07/2011	135.000,00
167	62	13/07/2011	18.600,00
1058	63	18/08/2011	150.800,00
1059	64	18/08/2011	161.400,00
1268	65	14/09/2011	165.000,00
1660	69	24/10/2011	104.922,86
1661	69	24/10/2011	23.877,14
1665	*	30/11/2011	65.000,00
Total			1.243.410,00
(*)Nota fiscal não consta na prestação de contas			

Além disso, não foram apresentados à equipe de fiscalização os processos licitatórios referentes à

aquisição dos produtos listados adiante. Todavia, o gasto com a aquisição desses produtos ultrapassou o limite para dispensa de licitação, previsto no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, assim como as aquisições não se enquadram nas situações de inexigibilidade elencadas no art. 25 do referido diploma legal. Existiram casos também em que foram efetivadas sucessivas aquisições de mercadorias, em determinado período, em flagrante fracionamento de despesas.

As despesas apuradas no período de 2011 e 2012 em que haveria a obrigatoriedade da realização de licitação, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/1993, estão demonstradas nas tabelas a seguir:

Em 2011

Nota Fiscal nº	**Data**	**Valor em R$**	**Fornecedor**	**Objeto**
01	11/03/2011	8.990,00	J E de M Araújo	serviço de apoio em jornada pedagógica
1921	14/06/2011	22.500,00	Carnival – Com. de Art. de Carnaval Ltda	artigos para festa junina
200	09/08/2011	31.012,50	São Luís Brindes Gráfica e Editora	impressos p/utilização nas escolas
238	15/08/2011	12.800,35	R José Mendes Com. e Repres.	material de expediente
Total		75.302,85		

Em 2012

Nota Fiscal nº	**Data**	**Valor em R$**	**Fornecedor**	**Objeto**
18	03/05/2012	140.000,00	Construtora Construir Ltda	obras/serviços de reforma e ampliação de escolas
29	12/06/2012	29.430,00	Construtora Construir Ltda	obras/serviços de reforma e ampliação de escolas
2001	28/02/2012	74.707,30	São Luís Distr. De Livros Ltda - FTD	Aquisição de livros didáticos para educação infantil

10	19/04/2012	3.600,00	J de R C Moura & Cia Ltda	serviços de recarga de cartuchos de toner
97	11/07/2012	6.320,00	J de R C Moura & Cia Ltda	serviços de recarga de cartuchos de toner
185	06/09/2012	11.570,00	J de R C Moura & Cia Ltda	serviços de recarga de cartuchos de toner
*	27/08/2012	30.000,00	São Luís Brindes Gráfica e Editora	serviços não especificados
Total		295.627,30		
(*)Nota fiscal não consta na prestação de contas				

Ademais, cumpre listar ainda os casos enquadrados na hipótese de contratação direta (licitação dispensada, licitação dispensável e inexigibilidade de licitação) em que não foi constatada a formalização dos devidos processos administrativos:

Em 2011

Nota Fiscal/Recibo nº	**Data**	**Valor em R$**	**Fornecedor**	**Objeto**
*	13/04/2011	1.500,00	João Pedro Reis	conserto de cadeiras
13	25/01/2011	4.600,00	Astercopi	aquisição de máq. copiadora
17	28/01/2011	2.760,00	Astercopi	aquisição de material de informática
Total		8.860,00		
(*)Nota fiscal não consta na prestação de contas				

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"Juntamos em anexo o respectivo processo licitatório".

Análise do Controle Interno:

O Gestor municipal afirma em sua manifestação que remeteu à CGU/MA os processos licitatórios que respaldaram as despesas elencadas nos fatos. Entretanto, verificou-se que foram enviadas somente cópias de 02 processos licitatórios: o referente a serviços de confecção de impressos gráficos, que teria ocorrido em 24/01/2012 e cuja empresa declarada vencedora foi a São Luís Brindes Gráfica e Editora Ltda (CNPJ 01.777.725/0001-53) e o relativo a serviços de reforma e ampliação de escolas da rede de ensino básico do Município de Bacuri/MA, que teria ocorrido em 23/01/2012 e cuja empresa vencedora foi a Construtora Construir Ltda (CNPJ 12.883.685/0001-40).

Preliminarmente, é importante observar que o Gestor municipal, sem apresentar nenhuma justificativa, não disponibilizou os processos licitatórios suprareferenciados à época dos trabalhos de fiscalização empreendidos no município pela equipe da CGU/MA. Esse fato contrariou frontalmente o art. 25 da Lei 11.494/2007 (lei de regulamentação do FUNDEB) que determina que os documentos relativos às despesas realizadas à conta dos Fundos deverão ficar permanentemente à disposição dos conselhos responsáveis, bem como dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo.

Isto posto, as cópias dos procedimentos licitatórios enviados pela Prefeitura à CGU/MA não suprem as irregularidades apontadas nos fatos quanto à ausência de licitação referentes às despesas pagas aos fornecedores São Luís Brindes Gráfica e Editora Ltda e Construtora Construir Ltda, na medida em que não se pode reputar como fidedignas cópias não autenticadas, quer por cartório quer por servidor da administração municipal, de documentos que instruíram os respectivos processos administrativos.

Vale enfatizar que a Administração não deve aceitar documentos apresentados em cópia simples. Entretanto, no presente caso, não haveria nenhum óbice para que a Prefeitura assim o apresentasse desde que tais cópias estivessem acompanhadas da respectiva versão original. Nesse caso, a Administração conferiria a reprodução, a fim de verificar se continha o mesmo teor do documento original.

Por fim, cabe informar que o gestor municipal não apresentou nenhum processo administrativo que amparasse os casos especificados nos fatos que se enquadrariam como de contratação direta, seja por dispensa de licitação, seja por inexigibilidade de licitação.

Assim, mantém-se a constatação.

2.1.2.11. Constatação:

Execução física irregular das obras de reforma e ampliação de escolas públicas em 2011.

Fato:

Os documentos contábeis do FUNDEB do município de Bacuri/MA, sustentados por ordens de pagamento em favor da empresa G Sodré & Cia Ltda. (CNPJ 09.478.614/0001-58) indicam pagamentos, por obras de reforma e ampliação de unidades educacionais do município, que

totalizam R$ 1.243.410,00 (hum milhão, duzentos e quarenta e três mil e quatrocentos e dez reais).

É de relevo mencionar que os pagamentos efetuados à empresa G Sodré em 2011 foram desassistidos de planilhas de medição dos serviços executados e que os empenhos, ordens de pagamento e as notas fiscais atinentes a essas despesas não discriminam as escolas beneficiadas pelos serviços faturados. Por falta de projeto básico, planilhas orçamentárias ou qualquer outro documento que defina os serviços contratados, restou prejudicada a inspeção física dos serviços realizados.

A Prefeitura Municipal informou, em resposta à solicitação de fiscalização, que as seguintes escolas teriam sido beneficiadas com obras de reforma e/ou ampliação no ano de 2011, discriminando os valores pagos pelo trabalho executado em cada escola, em um total de R$ 1.157.334,87 (hum milhão, cento e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos), a saber: JI Nossa Senhora de Fátima (R$ 132.757,76), CE Arlindo Cunha (R$ 28.277,88), UI Professora Santinha (R$ 44.204,36), UE Lívio Nogueira de Azevedo (R$ 325.504,02) UE Marechal Castelo Branco (R$ 52.841,16), UE Arciones Vieira (R$ 88.408,84), UE João Goulart (R$ 66.211,10), UE Severiano Ferreira Diniz (R$ 10.708,28), UE Tancredo Neves (R$ 36.585,34), UI José Estevão Santos (R$ 1.552,15), UE Jorge Caldas (R$ 9.608,59), UE Olavo Bilac (R$ 1.105,35), UE Nossa Senhora das Graças (R$ 11.123,95), UE Antonio Bitencourt (R$ 8.945,65), UE Benedito José Mendes (R$ 89.136,53), UE Virgilio Vieira (R$ 58.934,82), UI Profª Iracema C Carvalhal (R$ 39.274,02), UE Edith Nery (R$ 9.393,42), UE Miguel Nery (17.144,38), UE Silvestre Fernandes (R$ 20.043,41), UI Profª Nazaré Cavalcante (R$ 67.638,80), UE 21 de Abril (R$ 17.567,42) e UI Juvencio Vieira (20.367,64).

No entanto, de acordo com as entrevistas e com as inspeções físicas realizadas em 26 das 28 escolas (93%) em atividade no município de Bacuri/MA, verificou-se que:

a) não houve nenhum tipo de reforma no ano de 2011 nas escolas UE 21 de Abril, UE Nossa Senhora das Graças, UI Juvencio Vieira, UE Jorge Caldas, UI José Estevão Santos e UE Antonio Bitencourt.

Vista frontal da UE 21 de abril

Vista frontal da UE Juvêncio Vieira

Vist frontal da UE Jorge Caldas	Vista frontal da UI José Estevão dos Santos

b) a reforma efetuada em 2011 na UE Tancredo Neves não foi com recursos do Fundeb;

Vista geral da UE Tancredo Neves	Vista lateral da UE Tancredo Neves

c) os serviços de reforma constatados pela equipe de fiscalização nas escolas CE Arlindo Cunha, UE João Goulart, UE Profª Iracema C Carvalhal e UE Edith Nery foram em menor quantidade que aqueles informados em relação fornecida pela Prefeitura.

Visão frontal da UE Arlindo Cunha

Vista da calçada da UE Arlindo Cunha

Vista frontal da UI Profª Iracema C C Carvalhal

Vista frontal da UE João Goulart

d) as pinturas nas escolas do município foram executadas com tinta à base de cal;

e) a UE Marechal Castelo Branco encontra-se com telhado em péssimo estado e rachaduras nas paredes, trazendo situação de risco às pessoas que frequentam a escola.

Vista geral da UE Mal. Castelo Branco	Vista do estado precário do telhado da UE Mal C. Branco

Paredes com rachaduras acentuadas na UE Mal. C.Branco	Parede e piso danificados na UE Mal. Castelo Branco

A título de ilustração faz-se um comparativo entre os serviços que, segundo informação da Prefeitura, teriam sido executados nas unidades de ensino a seguir descritas e os serviços efetivamente constatados pela equipe de fiscalização da CGU/MA nessas escolas:

Escolas	**Serviços informados pela Prefeitura**	**Serviços constatados pela equipe de fiscalização**
CE Arlindo Cunha	Construção de 01 depósito; recuperação da calçada e cerca, troca de esquadrias, retelhamento, retoque, pintura geral	Recuperação da calçada e cerca, troca de 01 janela, pintura externa e retelhamento.
UE João Goulart	Construção do muro, substituição de esquadrias, retelhamento, retoque do reboco e pintura do prédio, revisão da rede elétrica, hidráulica e sanitária	Construção do muro da escola

Escolas	Serviços informados pela Prefeitura	Serviços constatados pela equipe de fiscalização
UE Tancredo Neves	Substituição do teto de 02 salas de aula e retelhamento das demais salas, retoque do reboco e pintura do prédio	Reparos no telhado de duas salas efetuados com recursos do PDDE em 2011
UI José Estevão dos Santos	Retelhamento, conserto nas instalações do banheiro, retoque no reboco e pintura do prédio	Não houve reforma de 2011 a set/2012
UE Jorge Caldas	Retelhamento, reparo em 01 depósito, retoque do reboco e pintura do prédio	Não houve reforma de 2011 a set/2012
UE Nossa Sra. das Graças	Retelhamento, reparo nas instalações dos banheiros	Não houve reforma de 2011 a set/2012
UE Antonio Bitencourt	Retelhamento, reparo nas instalações dos banheiros	Não houve reforma de 2011 a set/2012
UI Profª Iracema C C Carvalhal	Retelhamento, consertos nas instalações dos banheiros, retoque de reboco e pintura	Pintura da escola
UE Edith Nery	Retelhamento, substituição de esquadrias, retoque do reboco e pintura, instalação das louças sanitárias dos banheiros, revisão da rede elétrica	Pintura geral e reparação da calçada da escola.
UE Miguel Nery	Retelhamento, construção de 01 rampa e reforma da calçada, substituição de esquadrias, revisão da rede elétrica, retoque do reboco e pintura do prédio	Construção de 01 rampa, reforma da calçada, pintura geral, abertura de 01 janela no ambiente onde funciona a secretaria
UE Silvestre Fernandes	Construção de 02 banheiros, 02 depósitos e base com caixa d'água, retelhamento, revisão da rede elétrica e hidráulica, retoque do reboco e pintura do prédio	Construção de 02 banheiros e 01 depósito

Escolas	Serviços informados pela Prefeitura	Serviços constatados pela equipe de fiscalização
UE 21 de abril	Retelhamento, restauração de portas e esquadrias, restauração das instalações dos banheiros, das instalações elétricas, hidráulicas e piso, troca do portão de ferro, retoque do reboco e pintura do prédio	Não houve reforma de 2011 a set/2012
UI Juvencio Vieira	Reforma do teto, revisão hidráulica e sanitária, manutenção da rede elétrica, construção de cisterna	Não houve reforma em 2011

No tocante às obras de reforma e ampliação das escolas da rede de ensino municipal que deveriam ter sido regularmente executadas pela empresa contratada G Sodré & Cia Ltda., cabe relatar o que segue.

A Súmula 260 do Tribunal de Contas da União disciplina que é dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.

No entanto, conforme informações fornecidas pelo CREA/MA, não constam em seus registros a obrigatória Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) das obras relativas à reforma e ampliação das escolas públicas do município de Bacuri/MA. Convém enfatizar que a Anotação de Responsabilidade Técnica não é apenas uma obrigação legal, é um instrumento público que confere legitimidade documental e assegura fé pública à autoria e os limites da responsabilidade e participação técnica do profissional em cada obra ou serviço. Destarte, a falta de ART em qualquer empreendimento de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia demonstra o exercício ilegal da profissão.

É importante esclarecer que os valores pagos à empresa contratada G Sodré não podem ser considerados como compatíveis com os serviços executados, na medida em que não houve a disponibilização do devido processo licitatório contendo a ART de orçamento, onde o profissional que executou o serviço de estimar a obra para licitação declara expressamente no corpo da ART que os custos da obra orçada são compatíveis com os quantitativos e custos constantes na planilha pelo qual está assumindo a responsabilidade e de acordo com os custos unitários de insumo e serviços correspondentes com o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).

Digno de registro ainda é o fato de que não foram disponibilizados à equipe de auditoria, nem na Prefeitura nem nas escolas que teriam sido reformadas e/ou ampliadas, os documentos pertinentes às obras e serviços de engenharia, tais como conjunto de plantas, memoriais, especificações, detalhes de construção, diário de obra e ART's.

No tocante à firma contratada G Sodré & Cia Ltda. (CNPJ 09.478.614/0001-58), pode-se dizer que é uma empresa que foi aberta em 25/02/2008 e que possui apenas 02 registros no CREA como empresa contratada por obras/serviços realizados em 2008, ambos de pequena monta (ART 404986A, no valor de R$ 54.000,00 e ART 404996, no valor de R$ 64.100,00).

As visitas em campo demonstraram que as execuções das obras/serviços foram realizados diretamente pelo responsável pela empresa G Sodré Ltda, Sr. U dos S R, em completo informalismo, pois os membros da equipe do Sr. U dos S R não se apresentaram com vínculo empregatício ou contratual com a indigitada empresa. A corroborar esse fato, no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) há a informação de que a empresa contratada não recolhe FGTS, apesar de estar regular perante o INSS, donde se conclui que não há empregados contratados para execução das obras/serviços. Cabe mencionar ainda que o Sr. U dos S R, conhecido pela alcunha de Badi, não é profissional devidamente habilitado pela entidade competente (CREA) detentor de atestado de responsabilidade técnica para executar obras e serviços de engenharia.

Ressalte-se que não foi evidenciada a designação por parte da Prefeitura de profissional habilitado para fiscalizar a obra, muito menos o contrato. Tal omissão ganha relevo, tendo em vista a materialidade da contratação feita e é incompatível com os comandos dos arts. 58, III e 67 da Lei 8.666/1993 c/c Resolução CONFEA 345, de 27 de julho de 1990.

Por fim, considerando-se todo o exposto e ainda o fato de que a Prefeitura informou à equipe de auditoria a execução das obras de ampliação e reforma das escolas do município de Bacuri/MA por meio de documento (relação de escolas) que não se pode reputar como fidedigno, uma vez que são as "planilhas de medição" ou "boletins de medição" de uma obra ou empreendimento os documentos que habilitam ao pagamento parcial de obras com execução parcelada ou global, tem-se como dano ao erário o valor integral pago à referida empresa em 2011: R$ 1.243.410,00 (hum milhão, duzentos e quarenta e três mil e quatrocentos e dez reais).

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"Juntamos em anexo o respectivo processo licitatório"

Análise do Controle Interno:

O Gestor municipal, em sua manifestação, informa tão somente que enviou à CGU/MA os respectivos processos licitatórios, ou seja, o gestor não enfrenta nenhuma das graves irregularidades relatadas nos fatos. Mantém-se, portanto, a constatação.

2.1.2.12. Constatação:

Execução física irregular das obras de reforma e ampliação de escolas públicas em 2012.

Fato:

Os documentos contábeis do FUNDEB do município de Bacuri/MA, sustentados por ordens de pagamento em favor da empresa Construtora Construir Ltda. (CNPJ 12.883.685/0001-40) indicam pagamentos, no período de janeiro a setembro de 2012, por obras de reforma e ampliação de unidades municipais de ensino, que totalizam R$ 169.430,00 (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta reais).

Os pagamentos efetuados à empresa Construtora Construir Ltda em 2012 foram desassistidos de planilhas de medição dos serviços executados e os empenhos, ordens de pagamento e as notas fiscais atinentes a essas despesas não discriminam a(s) escola(s) beneficiada(s) pelos serviços faturados. Cumpre assinalar que consta na prestação de contas disponibilizada pela Prefeitura apenas cópia não autenticada das notas fiscais emitidas pela Construtora Construir relativos aos serviços que teriam sido prestados na(s) escola(s), o que não serve como documento comprobatório da despesa.

Em resposta à solicitação de fiscalização, a Prefeitura Municipal informou, por meio de um documento informativo ("Relação das obras e reformas escolares 2012") que os prédios a seguir

discriminados teriam passado por processo de reforma e ampliação nos seguintes valores: U E José Domingues – R$ 98.153,92 e Anexo (educação infantil) – R$ 71.576,08, totalizando R$ 169.730,00 (cento e sessenta e nove mil, setecentos e trinta reais).

Nesse sentido, fez-se um comparativo entre os serviços que, segundo informação da Prefeitura, teriam sido executados nas unidades de ensino supracitadas e os serviços efetivamente constatados pela equipe de fiscalização da CGU/MA nessas escolas:

Escolas	**Serviços informados pela Prefeitura**	**Serviços constatados pela equipe de fiscalização**
UE José Domingues	Construção de 01 sala de aula e de 01 muro, troca das esquadrias, retelhamento, colocação de 02 portões, retoque do reboco e pintura	Construção de 01 sala de aula e de 01 muro, colocação de 02 portões e pintura de 08 portas e janelas.
UE José Domingues – Anexo (Educação Infantil)	Construção de 02 banheiros, levantamento das paredes de sustentação do teto com a substituição do mesmo, construção da base com caixa d'água, colocação de 01 portão, retoque do reboco e pintura do prédio	Confere com o informado pela Prefeitura.

Vista geral da UE José Domingues

Vista lateral da UE José Domingues

Impende esclarecer, entretanto, que não se pode reputar como válidas as informações da Prefeitura, uma vez que são as "planilhas de medição" ou "boletins de medição" de uma obra ou empreendimento os documentos que habilitam ao pagamento parcial de obras com execução parcelada ou global. Os boletins de medição, ausentes no presente caso, cumprem a importante função de liquidar a despesa, de conferir a adequação do objeto ao preceituado. A falta desses boletins caracteriza inobservância das fases regulares da despesa pública pela Prefeitura Municipal.

No tocante às obras de reforma e ampliação da unidade escolar supracitada que deveriam ter sido regularmente executadas pela empresa contratada Construtora Construir Ltda., cabe relatar o que segue:

A Súmula 260 do Tribunal de Contas da União disciplina que é dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.

No entanto, conforme informações fornecidas pelo CREA/MA, não constam em seus registros a obrigatória Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) das obras relativas à reforma e ampliação da escola do caso vertente. Convém enfatizar que a Anotação de Responsabilidade Técnica não é apenas uma obrigação legal, é um instrumento público que confere legitimidade documental e assegura fé pública à autoria e delimita a responsabilidade e participação técnica do profissional em cada obra ou serviço. Destarte, a falta de ART em qualquer empreendimento de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia demonstra o exercício ilegal da profissão.

É importante esclarecer que os valores pagos à empresa contratada Construtora Construir não podem ser considerados como compatíveis com os serviços executados, na medida em que não houve a disponibilização do devido processo licitatório contendo a ART de orçamento, onde o profissional que executou o serviço de estimar a obra para licitação declara expressamente no corpo da ART que os custos da obra orçada são compatíveis com os quantitativos e custos constantes na planilha pelo que assume a responsabilidade de que os custos da obra são compatíveis com os preços de mercado.

Digno de registro ainda é o fato de que não foram disponibilizados à equipe de auditoria, nem pela Prefeitura nem pela UE José Domingues, os documentos pertinentes às obras e serviços de engenharia, tais como projeto básico, planilhas orçamentárias, memoriais, especificações, detalhes de construção, diário de obra e ART's.

No tocante à firma contratada Construtora Construir Ltda. (CNPJ 12.883.685/0001-40), trata-se de uma empresa que foi aberta em 18/11/2010 e que possui apenas 01 registro no CREA em 2011 na condição de empresa contratada por obra/serviço (ART 11017911365051510).

A visita em campo à escola em apreço mostrou que as execuções das obras/serviços na UE José Domingues foram realizadas por uma equipe de trabalhadores comandados por uma pessoa conhecida pela alcunha de "Buxica", em completo informalismo, visto que os operários não demonstraram possuir vínculo empregatício ou contratual com a Construtora do caso em tela. A corroborar esse fato, não há registro na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de que a Construtora Construir Ltda tenha declarado a existência de empregados no período de 2005 a 2011, donde se conclui que não houve empregados contratados para execução das obras/serviços. Cabe mencionar ainda que a pessoa conhecida por "Buxica" não se apresentou perante as escolas como profissional devidamente habilitado pela entidade competente (CREA), detentor de atestado de responsabilidade técnica para executar obras e serviços de engenharia.

Vale registrar que a Construtora Construir Ltda, inscrição estadual nº 12347703-4, foi suspensa do cadastro do ICMS. A Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão toma essa medida quando a empresa não tenha formalizado a solicitação da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais – AIDF ou não tenha protocolado pedido de uso de Emissor de Cupom Fiscal, nem se credenciado para emitir a Nota Fiscal Eletrônica.

Ressalte-se que não foi evidenciada a designação por parte da Prefeitura de profissional habilitado para fiscalizar a obra, muito menos o cumprimento do contrato. Tal omissão afronta os comandos contidos nos arts. 58, III e 67 da Lei 8.666/1993 c/c Resolução CONFEA 345, de 27 de julho de 1990.

Considerando-se todas as irregularidades acima apontadas, tais como falta de projeto básico e boletins de medição, falta de condições operacionais da Construtora Construir Ltda. (CNPJ 12.883.685/0001-40) e de registro da obra/serviço no CREA/MA e ainda a impossibilidade de se estabelecer o nexo de causalidade entre a contratação e os serviços realizados, pois não há relação

direta entre o executor da obra e aquele que fora contratado, tem-se como dano ao erário o valor integral pago à empresa contratada até setembro/2012: R$ 169.430,00 (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta reais).

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"As constatações da equipe de fiscalização se baseiam em ausência de apresentação do procedimento de licitação.

"Entretanto, apresentamos, em anexo, o procedimento completo. A alegação não procede".

Análise do Controle Interno:

Equivoca-se o Gestor quando, em sua manifestação, afirma que a constatação se baseia na ausência da apresentação do certame licitatório.

Não obstante os documentos ausentes no procedimento licitatório serem fundamentais para que se pudesse atestar a legalidade e regularidade de todo o processo de contratação e execução das obras e serviços de engenharia, as visitas efetuadas às escolas públicas municipais bem como as entrevistas realizadas com os seus diretores serviram também para corroborar as graves irregularidades relatadas na presente constatação.

2.1.2.13. Constatação:

Execução irregular de serviços de transporte escolar no município.

Fato:

De acordo com a Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Diz ainda o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em seu Art. 96, II, que os veículos se classificam, quanto à espécie, em veículos de passageiros, de carga e misto. Na relação constante dos veículos adequados ao transporte de passageiros não há a previsão de uso de caminhonetes, conforme se verifica do texto contido no item II, Art. 26, alínea "a", do CTB. Ademais, a mesma classificação, na alínea "d", põe os veículos do tipo caminhonete como de transporte de cargas.

No município de Bacuri/MA, não obstante o regramento normativo supramencionado, verificou-se que, entre os veículos contratados pela Prefeitura para fazer o transporte de alunos, encontram-se caminhonetes e motocicletas, ou seja, veículos completamente inapropriados para esse tipo de serviço.

O Gestor Municipal optou pela execução indireta e realizou contratação irregular para o transporte de escolares no município nos anos de 2011 e 2012. Para tanto, contratou as empresas Napoli Serviços de Construções Ltda, CNPJ 08.562.501/0001-73, em 2011 e Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Civil Ltda, CNPJ 10.640.595/0001-01, em 2012, que não possuíam frota própria de veículos adequados para transportar escolares nem pessoal devidamente qualificado em seus quadros, pois não eram empresas do ramo de transporte de escolares.

Os veículos e seus quantitativos, objeto dos contratos de locação de veículos firmados pela Prefeitura em 2011 e 2012, por um prazo de 11 e 10 meses, respectivamente, encontram-se discriminados a seguir:

Item	**Descrição**	**Quant.**	**Preço Unitário** **Em R$**	**Valor total - R$** **(em 11 meses)**
01	Veículo com capacidade de carga para transportar 17 passageiros sentados	01	3.105,00	34.155,00
02	Ônibus com capacidade de carga para transportar 32 passageiros sentados	01	5.125,00	56.375,00
03	Veículo tipo pick up coberta com capacidade de carga para transportar 22 passageiros sentados	01	3.105,00	34.155,00
04	Veículo tipo pick up coberta com capacidade de carga para transportar 11 passageiros sentados	01	3.105,00	34.155,00
05	Veículos tipo automóvel com capacidade de carga para 04 passageiros	04	1.735,00	76.340,00
06	Veículos tipo pick up coberta com capacidade de carga para transportar 20 passageiros sentados	04	3.105,00	136.620,00
07	Veículos com capacidade de carga para transportar 40 passageiros sentados	02	4.380,00	96.360,00

Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário Em R$	Valor total - R$ (em 10 meses)
01	Veículo com capacidade de carga para transportar 17 passageiros sentados	01	4.100,00	41.000,00
02	Ônibus com capacidade de carga para transportar 32 passageiros sentados	01	6.600,00	66.000,00
03	Veículo tipo pick up coberta com capacidade de carga para transportar 22 passageiros sentados	01	4.100,00	41.000,00
04	Veículo tipo pick up coberta com capacidade de carga para transportar 11 passageiros sentados	01	4.100,00	41.000,00
05	Veículos tipo automóvel com capacidade de carga para 04 passageiros	04	2.300,00	92.000,00
06	Veículos tipo pick up coberta com capacidade de carga para transportar 20 passageiros sentados	04	4.100,00	164.000,00
07	Veículos com capacidade de carga para transportar 40 passageiros sentados	02	5.700,00	114.000,00
08	Veículos tipo motocicleta, com potência de motor de 125 cc	08	800,00	64.000,00
Total				623.000,00
Fonte: Pregão Presencial nº 09/2012 – Contratada: Serv Obras Ltda				

A empresa Napoli Serviços de Construções Ltda, sediada em São Luís/MA, possui em seu contrato social a indicação do ramo da construção civil como atividade econômica principal e diversas outras

atividades econômicas secundárias, inclusive transporte escolar. Entretanto, conforme informações da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís, órgão regulador e fiscalizador do ramo de transporte escolar, referida empresa não está cadastrada e, portanto, não está autorizada a executar esse tipo de atividade.

Ademais, após levantamento de sua situação fiscal junto ao Fisco do Estado do Maranhão, a Napoli Serviços de Construções Ltda encontrou-se reiteradas vezes em situação de inadimplência (suspensa de ofício), inclusive à época (fevereiro/2011) em que o contrato foi firmado com a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA.

No que concerne à empresa contratada em 2012, a Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Civil, trata-se de firma sediada no município de São José de Ribamar/MA, que tem como ramo de atividade a construção de edifícios e atividade secundária, a construção de rodovias e ferrovias. Embora citada empresa tenha em seu contrato social como um de seus objetivos o transporte escolar, na verdade desempenha atividade que nada tem a ver com essa prestação de serviço (transporte escolar), conforme se comprova à vista das informações contidas no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no Jornal Oficial dos Municípios do Maranhão, em que a Serv Obras firmou contrato com a Prefeitura de Gonçalves Dias/MA para serviços de recuperação de estradas vicinais na zona rural do município e com a Prefeitura de Peri-Mirim/MA para execução de obra de calçamento de vias urbanas e urbanização de logradouros (meio fio e sarjetas).

É de relevo destacar que a Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Civil não é cadastrada na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís, órgão regulador e fiscalizador do serviço de transporte escolar, o que reforça o fato de que essa empresa não opera efetivamente nesse ramo de atividade.

Vale ressaltar também que, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), não há registro de que, entre 2005 e 2011, as empresas Napoli Serviços de Construções e Serv Obras tenham possuído empregados.

Em suma, as empresas contratadas atuaram como meras intermediárias entre a Prefeitura Municipal e aqueles que efetivamente executaram os serviços, e o gestor municipal, que deveria ter conhecimento de que as contratadas não dispunham de condições operacionais para execução do objeto dos contratos, permitiu a sublocação total dos serviços, mesmo ciente de que possivelmente não seriam prestados a contento.

Não obstante a ausência de capacidade operacional das empresas Napoli Serviços de Construções Ltda e Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Civil para executar o serviço de transporte escolar, a Prefeitura de Bacuri/Ma celebrou contrato com a primeira em 2011, no valor de R$ 529.342,00, com vigência de 15/02/2011 a 15/12/2011 e com a segunda, no ano de 2012, no valor de R$ 623.000,00, com vigência de 03/03/2012 a 31/12/2012.

A vistoria de campo demonstrou a absoluta impropriedade dos objetos contratados em 2011 e 2012, uma vez que foram constatados veículos inadequados, em condições precárias e sem a devida segurança aos passageiros. Além disso, verificou-se a ausência de habilitação compatível para os motoristas e de documentação atualizada dos veículos. Em que pese constar nos contratos de locação de veículos para transporte escolar o uso de motocicletas, não se teve notícias nem se encontrou esse tipo de veículo fazendo qualquer serviço relacionado às ações de ensino básico.

As imagens a seguir mostram os veículos que transportam os alunos na execução de serviço público de transporte escolar no município.

Veículo placa CAZ 0472 - Marca: D20 Ano/mod. 1991 Espécie:carga	Vista do compartimento de transporte de alunos

Veículo placa HOP 0027 - Marca: D20 Ano/mod.:1991 Espécie: carga	Vista do compartimento de transporte de alunos

Considerando os aspectos da legalidade dos procedimentos licitatórios e da licitude e legitimidade do objeto contratado, tem-se que os pagamentos ocorridos em 2011 e 2012, à conta das referidas contratações, não se revestem de características suficientes a ensejar que os gastos tenham sido legítimos, elegíveis no âmbito das ações de educação básica.

Nesse sentido, vale transcrever trecho do Acórdão TCU 585/2010 – Primeira Câmara, que diz: "Consoante é cediço, a prestação de contas constitui o instrumento por excelência para atestar a lisura na gestão dos recursos públicos. Assim, para que ela seja considerada regular, não basta certificar a execução - integral ou parcial - do objeto pactuado, mas é necessário comprovar que o executado tenha sido custeado com aqueles recursos determinados, como se marcados fossem, provenientes do ajuste específico, de modo a deixar claro o nexo de causalidade entre os recursos repassados e o fim a que ele se destina."

Por tais considerações, impugnam-se as despesas concernentes ao ano de 2011, no valor total de R$ 418.491,00 e as despesas relativas ao ano de 2012, no valor de R$ 282.150,00, conforme somatório dos valores discriminados nos quadros a seguir:

Pagamentos relativos ao exercício 2011 - Napoli Serviços de Construções Ltda			
Nº da Ordem de Pagamento	**Nota Fiscal nº**	**Data**	**Valor em R$**
243	07	13/04/2011	48.122,00
174	09	11/05/2011	48.122,00
182	13	31/05/2011	38.122,00
218	21	05/07/2011	48.122,00
1219	*	12/08/2011	48.000,00
1657	42	02/09/2011	48.122,00
1659	50	18/10/2011	48.700,00
*	*	15/12/2011	48.122,00
1037	*	06/01/2012	43.059,00
Total			418.491,00
(*)Nota fiscal e/ou ordem de pagamento não consta na prestação de contas			

Pagamentos rel. ao exercício 2012 - Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Civil			
Nº da Ordem de Pagamento	**Nota Fiscal nº**	**Data**	**Valor em R$**

1037	*	13/04/2012	62.300,00
1045	*	10/05/2012	62.300,00
1047	*	12/06/2012	44.800,00
1049	*	11/07/2012	56.300,00
1053	*	16/08/2012	56.450,00
Total			282.150,00
(*)Nota fiscal não consta na prestação de contas			

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"A assertiva de que as empresas Napoli Serviços de Construções Ltda e Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Ltda não se prestam aos serviços de transporte escolar se baseia na suposta ausência de cadastro na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís que seria, no entender da fiscalização, o órgão regulador e fiscalizador do ramo de transporte escolar.

"Entretanto, a idéia subjacente não tem qualquer fundamento.

"Salta aos olhos que, diante do fato incontestável de que o Estado Brasileiro é uma federação e os municípios são entes federados, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís exerce seu mister regulador e fiscalizador do ramo de transporte escolar exclusivamente no âmbito do Município de São Luís.

"Não existe, pois, nem pode existir, qualquer ingerência administrativa sua ante os procedimentos administrativos internos do Município de Bacuri.

"Havendo ou não cadastro de qualquer empresa junto à Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís, isto não tem qualquer relevância para o Município de Bacuri, que é ente federado autônomo.

"No mais, as empresas questionadas lograram comprovar junto ao Município de Bacuri a sua regularidade fiscal e a sua capacidade operacional, desempenhando o contrato firmado com a Administração".

Análise do Controle Interno:

O Gestor sustenta a sua justificativa unicamente no fato de asseverar que a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) de São Luís não seria o órgão responsável pela autorização dos serviços de transporte escolar no âmbito do Município de Bacuri/MA.

Ocorre que as evidências de que as empresas Napoli Serviços de Construções Ltda e Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Ltda não atuam no ramo de transporte escolar são consistentes, na medida em que restou demonstrada a absoluta falta de capacidade operacional das referidas empresas, quer pela ausência de documentação comprobatória relativa à atividade de transporte escolar, quer pelas entrevistas realizadas com os condutores dos veículos que faziam o transporte dos alunos, que declararam não possuir qualquer vínculo empregatício com as indigitadas empresas.

De fato, sabe-se que não haveria obrigatoriedade legal de que as empresas Napoli Serviços de Construções Ltda e Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Ltda estivessem cadastradas na SMTT de São Luís para executarem serviço de transporte escolar no município de Bacuri/MA. No entanto, esse fato serviu apenas como mais um indicativo de que tais empresas funcionaram como meras intermediárias entre a Prefeitura Municipal e aqueles que efetivamente executaram os serviços.

Não é demais repisar que as contratações das empresas em referência somente foi possível em virtude da realização de processos licitatórios que não passaram de atos simulados, eivados de vícios, fartamente demonstrados no presente relatório à vista das constatações "Simulação de processo licitatório. Pregão Presencial nº 05/2011" e "Simulação de processo licitatório. Pregão Presencial nº 09/2012".

Por fim, não restou comprovada pela documentação compulsada pela equipe de fiscalização da CGU/MA a afirmativa do Gestor em sua manifestação de que as empresas questionadas comprovaram a sua regularidade fiscal e capacidade operacional junto à Prefeitura de Bacuri/MA.

2.1.2.14. Constatação:

Despesas incompatíveis com a finalidade do FUNDEB.

Fato:

Da análise dos comprovantes de despesas realizadas no âmbito do FUNDEB, no município de Bacuri/MA, constatou-se o que segue:

I – Aquisição de artigos para festa de São João.

A Prefeitura de Bacuri adquiriu da empresa Carnival – Com. de Art. de Carnaval Ltda, no valor de 22.500,00 em 2011 (NF nº 1921 de 14/06/2011), artigos para festa de São João a fim de atender as escolas da rede municipal de ensino. Entretanto, as festas juninas caracterizam-se como manifestações culturais, não consideradas típicas ou necessárias à consecução dos objetivos das instituições educacionais que oferecem a educação básica, na forma preconizada no caput do art. 70 da Lei 9.394/96 - LDB. Assim, seu custeio não deve ser realizado com recursos do FUNDEB.

II – Juros e multas moratórias de contas de energia elétrica.

Nos exercícios financeiros de 2011 e 2012, a Prefeitura Municipal pagou atualização monetária, juros e multas moratórias no valor de R$ 1.465,74 (um mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) e R$ 1.677,59 (um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), respectivamente, relacionadas ao pagamento em atraso das faturas de energia elétrica das unidades escolares de Bacuri (Unidade Consumidora 3743209), conforme discriminado a seguir. Tais gastos são estranhos à finalidade do FUNDEB, devendo o gestor público faltoso ressarcir o erário.

Faturas pagas em 2011:

Competência	Vencimento	Juros	Multa	Atual.	Total - Em

				Monetária	R$
12/2010	25/01/2011	4,03	73,94	-	77,97
01/2011	23/02/2011	4,27	82,55	-	86,82
02/2011	25/03/2011	8,30	79,30	-	87,60
03/2011	25/04/2011	21,22	78,43	8,37	108,02
04/2011	25/05/2011	15,86	85,98	3,49	105,33
05/2011	27/06/2011	7,02	106,16	4,29	117,47
06/2011	27/07/2011	17,71	132,80	6,61	157,12
07/2011	24/08/2011	9,78	146,69	4,08	160,55
08/2011	29/09/2011	16,11	160,30	-	176,41
09/2011	31/10/2011	34,67	144,59	15,07	194,33
10/2011	28/11/2011	24,18	159,53	10,41	194,12
Total					1.465,74

Faturas pagas em 2012:

Competência	Vencimento	Juros	Multa	Atual. Monetária	Total - Em R$
11/2011	26/12/2011	28,25	168,45	14,82	211,52
12/2011	26/01/2011	43,49	172,21	21,08	236,78

01/2012	24/02/2012	45,50	187,55	-	233,05
02/2012	22/03/2012	31,85	172,55	7,84	212,24
03/2012	24/04/2011	23,37	138,29	-	161,66
05/2012	19/06/2012	18,05	119,29	15,24	152,58
06/2012	26/07/2012	34,51	153,23	16,76	204,50
07/2012	24/08/2012	57,66	165,90	41,70	265,26
Total					1.677,59

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"A fiscalização reputa como despesas incompatíveis com a finalidade do FUNDEB a aquisição de artigos para a festa de São João. Cumpre esclarecer, contudo, que a aquisição se deu para desenvolvimento de uma atividade pedagógica, que consta do calendário e do planejamento escolar da Secretaria de Educação – a promoção do bumba meu boi GUARÁ, que é promovido anualmente pela Secretaria de Educação, para desenvolvimento da cultura pelos alunos.

"Todos os integrantes do bumba meu boi são alunos em atividades pedagógicas.

"Portanto, a despesa integra o conceito de formação pedagógica do alunado e é permitida pelo programa FUNDEB".

Análise do Controle Interno:

O Gestor municipal contesta a impugnação da despesa com recursos do FUNDEB referente à aquisição de artigos para festa de São João. Entretanto, despesas com festas juninas ou festejos similares, organizados e realizados com a participação dos alunos da educação básica não podem ser custeados com recursos do FUNDEB pela razão já exposta nos fatos, conforme informação extraída do manual elaborado pelo FNDE/MEC "Perguntas Frequentes sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)". Ademais, o gestor não demonstrou tratar-se de uma atividade pedagógica, inserida no planejamento escolar.

Mantém-se, portanto, a constatação.

2.1.2.15. Constatação:

Realização de despesas sem a devida comprovação de utilização em ações da educação básica.

Fato:

Da análise dos comprovantes de despesas realizadas no âmbito do FUNDEB, no município de Bacuri/MA, constatou-se a emissão de empenhos e ordens de pagamento referentes à aquisição de combustível junto ao Posto São Sebastião - M de Sousa Pavão (CNPJ 09.399.095/0001-32), sem que fosse especificado se se tratava de veículos utilizados no ensino fundamental.

A descrição contida nos documentos examinados, a saber, empenhos, ordens de pagamento e notas fiscais, não é bastante para que fique comprovado o consumo dos combustíveis por veículos da prefeitura, sobretudo por veículos utilizados em ações do ensino básico, em afronta ao art. 63 da Lei 4.320/64.

É mister ressaltar que nos processos licitatórios realizados pela Prefeitura nos anos de 2011 e 2012 para locação de veículos destinados ao transporte escolar havia a exigência de que os preços ofertados pelas licitantes deveriam englobar todos os custos inerentes à execução dos serviços. Em consequência, o combustível dos veículos utilizados para transporte escolar seria por conta da contratada e não da Prefeitura.

De fato, como condição para pagamento, as notas fiscais deveriam estar acompanhadas das requisições de abastecimento efetivamente atendidas no período, que identificariam, por consequência, os veículos abastecidos, as datas de abastecimento, bem como a autoridade demandante do material. Entretanto, nada disso consta nos processos de pagamento à empresa contratada M de Sousa Pavão.

Nesse diapasão, cabe informar que a Prefeitura não dispõe de controles de utilização de veículos, o que inviabiliza a identificação do veículo abastecido e sua vinculação. Portanto, diante dessa absoluta ausência de informações, não é possível dizer se efetivamente houve abastecimento e, se houve, que veículo foi abastecido e em que atividade pública foi utilizado.

É importante mencionar que os processos licitatórios que respaldaram a contratação da empresa M de Sousa Pavão (única participante de ambos os certames) para fornecimento de combustíveis nos anos de 2011 e 2012 estão eivados de irregularidades, tanto no que diz respeito à publicidade quanto em relação à elaboração do edital, e apresentaram robustos indícios de simulação.

Desse modo, considerando que não restou demonstrado o vínculo entre o pagamento efetuado à empresa M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião) e o abastecimento de veículos destinados à execução das ações em educação básica (FUNDEB), impugnam-se as despesas concernentes ao ano de 2011, no valor total de R$ 143.273,30 e as despesas relativas ao ano de 2012, no valor de R$ 169.434,35, conforme somatório dos valores discriminados nos quadros a seguir:

Em 2011

Ordem de Pagamento nº	Data da Ordem de Pagamento	Valor Em R$	Fornecedor
1057	31/05/2011	20.966,35	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
2432	29/07/2011	20.890,90	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
2465	26/08/2011	20.530,15	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)

Ordem de Pagamento nº	Data da Ordem de Pagamento	Valor Em R$	Fornecedor
1269	14/09/2011	20.530,15	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
1270	29/09/2011	20.362,00	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
1662	24/10/2011	20.362,00	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
1664	16/11/2011	19.631,75	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
	Total	143.273,30	

Em 2012

Ordem de Pagamento nº	Data da Ordem de Pagamento	Valor Em R$	Fornecedor
1036	02/01/2012	19.936,35	
957	10/02/2012	7.892,00	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
958	01/03/2012	8.475,00	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
959	13/03/2012	9.770,00	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
960	13/03/2012	5.350,00	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
961	13/04/2012	19.973,00	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
962	10/05/2012	24.963,40	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
964	12/06/2012	23.989,60	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)

Ordem de Pagamento nº	Data da Ordem de Pagamento	Valor Em R$	Fornecedor
1051	18/07/2012	25.808,00	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
1054	21/08/2012	23.277,00	M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião)
	Total	169.434,35	

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"As despesas impugnadas relativas à compra de combustível para o transporte escolar são efetivamente válidas.

"A fiscalização suporta sua impugnação na alegação de que a locação de veículos destinados ao transporte escolar deveria englobar todos os custos inerentes à execução desses serviços.

"Entretanto, a licitação relativa ao transporte escolar engloba a prestação de serviços, o que alcança os custos de manutenção dos veículos. Já a aquisição de combustível se refere à aquisição de produtos e, por conseguinte, é feita em separado.

"Por outro lado, o controle de fornecimento de combustível é efetuado de modo centralizado e pela Secretaria de Orçamento, Planejamento e Gestão".

Análise do Controle Interno:

Diante do que foi respondido pelo Gestor, tem-se a informar que os Editais dos processos licitatórios em que foi declarada vencedora a empresa M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião) são bem claros quando determinam que "nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos com tributos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas (quando for o caso)". Portanto, as despesas com combustível deveriam compor os preços ofertados pelos licitantes para execução do objeto contratual.

Ademais, a Prefeitura não logrou comprovar se efetivamente houve abastecimento e, se houve, que veículo foi abastecido e em que atividade pública foi utilizado.

Por fim, vale destacar que os editais das licitações para contratação de veículos de transporte escolar previram que a empresa contratada arcaria com todos os custos inerentes à execução dos serviços. O combustível é um elemento de custo desse serviço. Logo, a empresa contratada suportaria as despesas com combustível.

2.1.2.16. Constatação:

Despesas realizadas à conta do FUNDEB sem suporte documental.

Fato:

O exame da documentação relativa à aplicação dos recursos do FUNDEB nos anos de 2011 e 2012 pela Prefeitura Municipal de Bacuri/MA demonstrou, em diversas situações, a ausência de notas fiscais e de comprovação de pagamento ao fornecedor.

Vale destacar que o gestor público deixa de comprovar a legalidade da execução financeira do FUNDEB na medida em que não apresenta os documentos comprobatórios da aplicação da despesa, conforme discriminação a seguir:

Em 2011

Data da Ordem de Pagamento	**Valor Em R$**	**Fornecedor**	**Objeto**	**Observação**
29/03/2011	14.640,00	G Sodré & Cia Ltda	obra/serviço de engenharia	Ausência de nota fiscal e de comprovação de pagto. ao fornecedor
16/05/2011	125.000,00	G Sodré & Cia Ltda	obra/serviço de engenharia	Ausência de nota fiscal
30/11/2011	65.000,00	G Sodré & Cia Ltda	obra/serviço de engenharia	Ausência de nota fiscal e de comprovação de pagto. ao fornecedor
31/05/2011	20.966,35	M de Sousa Pavão	Combustível	Ausência de comprovação de pagto. ao fornecedor
29/07/2011	20.890,90	M de Sousa Pavão	Combustível	Ausência de comprovação de pagto. ao fornecedor
26/08/2011	20.530,15	M de Sousa Pavão	Combustível	Ausência de nota fiscal e de comprovação de pagto. ao fornecedor
14/09/2011	20.530,15	M de Sousa Pavão	Combustível	Ausência de nota fiscal e de comprovação de pagto. ao fornecedor
24/10/2011	20.362,00	M de Sousa	Combustível	Ausência de nota fiscal

Data da Ordem de Pagamento	Valor Em R$	Fornecedor	Objeto	Observação
		Pavão		
16/11/2011	19.631,75	M de Sousa Pavão	Combustível	Ausência de nota fiscal e de comprovação de pagto. ao fornecedor
29/09/2011	20.362,00	M de Sousa Pavão	Combustível	Ausência de nota fiscal
Total	347.913,30			

Em 2012

Data da Ordem de Pagamento	Valor Em R$	Fornecedor	Objeto	Observação
06/01/2012	43.059,00	Napoli Serviços de Construções	Locação de veículos	Ausência de nota fiscal
27/04/2012	7.600,00	S J S Mesquita	Materiais não especificados	Ausência de nota fiscal
04/06/2012	8.440,55	Cemar	Energia elétrica	Ausência de nota fiscal (fatura de energia)
02/08/2012	35.000,00	D W Costa Mendes	Materiais não especificados	Ausência de nota fiscal
27/08/2012	30.000,00	São Luís Brindes e Gráfica Edit.	Serviços não especificados	Ausência de nota fiscal
13/04/2012	62.300,00	Serv Obras	Locação de veículos	Ausência de nota fiscal

10/05/2012	62.300,00	Serv Obras	Locação de veículos	Ausência de nota fiscal
12/06/2012	44.800,00	Serv Obras	Locação de veículos	Ausência de nota fiscal
11/07/2012	56.300,00	Serv Obras	Locação de veículos	Ausência de nota fiscal
16/08/2012	56.450,00	Serv Obras	Locação de veículos	Ausência de nota fiscal
Total	406.249,55			

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"Juntamos em anexo o respectivo processo licitatório".

Análise do Controle Interno:

O Gestor municipal, em sua manifestação, informa tão somente que enviou os respectivos processos licitatórios. Ocorre que a constatação refere-se a pagamentos efetuados a fornecedores sem que houvesse, na prestação de contas do FUNDEB, as respectivas notas fiscais e/ou comprovações de pagamento (cheques, depósitos em conta ou recibos). Portanto, nos casos em apreço, processos licitatórios não servem para suprir as irregularidades apontadas nos fatos.

Mantém, assim, a constatação.

2.1.2.17. Constatação:

Simulação de processo licitatório. Convite nº 06/2011.

Fato:

O Convite nº 06/2011 promovido pela Prefeitura Municipal de Bacuri/MA ora examinado teria ocorrido às 09:00 h do dia 13/05/2011 e tinha como objeto a aquisição de livros didáticos da educação infantil para o município de Bacuri/MA. O certame contou com a participação de 03 empresas: a Evolutiva – Livraria e Papelaria Ltda (CNPJ 04143362/0001-92), a J R M Mendes Papelaria (CNPJ 10517452/0001-07) e a São Luís Distribuidora de Livros Ltda (CNPJ 41490756/0001-43), tendo sido declarada vencedora esta última com a proposta de R$ 67.005,20 (valor estimado de R$ 70.767,55).

A análise do Convite nº 06/2011 demonstra que o certame licitatório foi formalizado apenas com o intuito de respaldar a contratação de empresa previamente estabelecida, no caso, a São Luís Distribuidora de Livros Ltda, senão vejamos:

a)na ata de reunião de abertura da Carta-Convite nº 06/2011/FUNDEB consta a informação de que a licitante Evolutiva – Livraria e Papelaria Ltda estaria representada na sessão pelo sócio

administrador Sr. L V C, o que é inverídico, pois quem assina a ata na qualidade de representante da licitante é uma funcionária dessa empresa, Sra. C F S. Isso só reforça que a ata foi confeccionada para consubstanciar a ocorrência de uma sessão, que de fato, não se sucedeu. Impende mencionar que as três empresas convidadas estão sediadas em São Luís/MA, que dista 485 km do município de Bacuri/MA

b)não restou demonstrado no processo justificativa fundamentada em razões de ordem técnica para que a Prefeitura tivesse escolhido os livros da coleção "Lápis na mão – Educação Infantil – Integrado" - volumes 1, 2 e 3 da Editora FTD, para atender aos alunos da educação infantil do município de Bacuri/MA, haja vista existirem outras editoras no mercado capazes de oferecer obras análogas. Nesse sentido, vale transcrever a Decisão TCU 664/2001 Plenário, que diz: "Nos processos licitatórios, é vedado adotar preferência de marca, a menos que seja demonstrado, tecnicamente e de forma circunstanciada, que somente uma atende às necessidades específicas da Administração, conforme disposto nos artigos 7º, § 5º e 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666 de 1993".

Considerando que a empresa São Luís Distribuidora de Livros Ltda é representante exclusivo FTD no Estado do Maranhão e os livros didáticos solicitados pela Prefeitura são da Editora FTD, não seria outro o resultado senão referida empresa oferecer o menor preço do mercado e, portanto, sagrar-se vencedora do presente certame.

Os aspectos acima relatados demonstram que o convite em apreço restou prejudicado em sua competitividade, considerando-se que não havia condições isonômicas entre os licitantes, favorecendo, assim, a adjudicação do objeto licitado à empresa São Luís Distribuidora de Livros Ltda.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"Não houve simulação de processo licitatório.

"A escolha dos livros da coleção "Lápis na mão – Educação Infantil – Integrado", volumes 1, 2 e 3 da editora FTD se deu porque a Equipe Pedagógica formada por professores, coordenadores e diretores da Secretaria de Educação, após a análise de várias amostras de material, deliberou que referida coleção possuía melhor linguagem, mais adequada e contextualizada com a cultura local, sendo a melhor indicada para ser utilizada na educação infantil do município.

Por outro lado, a assertiva de que a empresa São Luís Distribuidora de Livros Ltda é a representante exclusiva de livros da FTD no estado e portanto, seria necessariamente a vencedora do certame não é verdadeira.

Em verdade, existem no mercado várias empresas que fornecem e vendem produtos FTD, como, aliás, comprovam aquelas que acudiram ao certame".

Análise do Controle Interno:

O Gestor alegou em sua manifestação que o processo de escolha dos livros da coleção "Lápis na mão – Educação Infantil – Integrado", volumes 1, 2 e 3 da editora FTD foi efetivado por uma equipe pedagógica formada por professores, coordenadores e diretores da Secretaria de Educação. Entretanto, esse fato não ficou comprovado nos autos do processo. O mercado editorial de livros didáticos possui diversos representantes, destacando-se nesse contexto as editoras Ática, Scipione, FTD, Brasil, IBEP, Saraiva, Nacional e Moderna. Portanto, seria necessário que restasse devidamente demonstrado no processo as razões que levaram a Prefeitura a adquirir os livros da editora FTD.

No que concerne à concorrência entre livrarias e distribuidoras de livros, importa tecer as seguintes considerações.

De uma maneira geral a receita das vendas dos livros em livrarias distribui-se ao longo da cadeia produtiva segundo o seguinte esquema: direitos autorais→custos editorais e manufatureiros→lucro da editora→distribuidor→livreiro. Observe-se que na última etapa da cadeia encontra-se a livraria.

No Brasil, a distribuição dos livros é feita de duas formas: vendas diretas das editoras ao governo e vendas diretas às livrarias em geral com a intermediação de empresas distribuidoras. Todavia, uma terceira forma de acesso ao consumidor tem sido adotada - a eliminação das livrarias e a realização de vendas diretamente nas escolas, com a prática de descontos sobre a margem usualmente apropriada pelos livreiros (de 40% a 50% do preço de capa).

Convém atentar que se a editora/distribuidor passa a vender seus produtos diretamente aos alunos, professores e escola (público-alvo das livrarias), com preços abaixo do custo dos livreiros, fica evidenciado o abuso do poder econômico e concorrência desleal.

Verifica-se, portanto, que pelas condições praticadas no mercado, não pode haver uma competição isonômica entre licitantes quando estão na disputa pelo objeto contratual distribuidora de livros e livrarias. No caso vertente, quem fornece os livros didáticos da editora FTD aos livreiros do Maranhão é justamente a empresa São Luís Distribuidora de Livros Ltda, condição esta que inviabiliza a livre concorrência dessa empresa com as livrarias maranhenses.

2.1.2.18. Constatação:

Simulação de processos licitatórios. Pregão Presencial nº 05/2011.

Fato:

A Prefeitura Municipal de Bacuri/MA instaurou, no ano de 2011, o Pregão Presencial nº 05/2011, com valor estimado de R$ 547.250,00, no intuito de contratar empresa de locação de veículos para prestar serviços no transporte de alunos da rede de ensino básico do Município de Bacuri/MA. Foi declarada vencedora do processo a empresa Napoli Serviços de Construções Ltda, CNPJ 08.562.501/0001-73, a qual apresentou proposta de R$ 529.342,00.

Os fatos a seguir expendidos mostram indícios consistentes de que houve simulação no Pregão Presencial nº 05/2011 e direcionamento da contratação da empresa Napoli Serviços de Construções Ltda, na medida em que os autos do processo foram instruídos com documentos apenas para legitimar o gasto, com o único intento de aparentar o cumprimento do dever de licitar.

a)o pregoeiro realizou a publicação do aviso de licitação no DOU de 21/01/2011 fixando a realização do certame para 07/02/2011, ao passo que outro aviso, publicado no DOE-MA também em 21/01/2011, fixou a sessão para o dia 04/02/2011. Diante da divergência entre as datas marcadas, não restaria outra alternativa à administração senão a republicação dos avisos, marcando a licitação para data única, por força do art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/1993. Entretanto, o pregoeiro efetuou a republicação com alteração da data (do dia 04/02/2011 para o dia 07/02/2011) no Diário Oficial do Estado do Maranhão somente um dia útil antes (04/02/2011) da data em que teria ocorrido a sessão da licitação em apreço (07/02/2011);

b)estimativa de preços sem a devida fundamentação. Não restou demonstrado no processo a pesquisa ou levantamento de preços junto às empresas do ramo para justificar a estimativa de preços apresentada. Com efeito, a verificação da conformidade das propostas deve ser realizada com base em efetiva pesquisa de preços no mercado, conforme prescreve o art.43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, com vistas a possibilitar estimativa correta dos valores a serem contratados e a compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado;

c)não houve previsão no Edital de vistoria dos trajetos do transporte escolar no município. A vistoria das rotas seria requisito fundamental para o adequado cumprimento dos serviços objeto da licitação em apreço, visto que somente com o conhecimento da rota "in loco" haveria a perfeita identificação do percurso realizado e da quilometragem percorrida;

d)não houve inclusão no Edital da exigência de comprovação da capacidade operacional das empresas licitantes, a fim de atender ao disposto no art. 30, II, da Lei 8.666/93, o qual estabelece como requisito de qualificação técnica a "comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos";

e)em decorrência da falta de exigência de comprovação da capacidade operacional da empresa licitante, o Gestor Municipal permitiu que fosse contratada a empresa Napoli Serviços de Construções Ltda, sediada em São Luís/MA, que não atua no ramo de transporte escolar, uma vez que não é uma empresa cadastrada e, portanto, autorizada para exercer tal atividade pelo órgão regulador competente, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes de São Luís/MA;

f)o Edital do pregão em comento bem como o contrato dele decorrente não possui cláusula exigindo que os veículos destinados ao transporte escolar devam preencher todas as exigências legais contidas no Código de Trânsito Brasileiro, em especial os arts. 105, 107, 108 e 136 ao 139 que versam sobre a segurança dos veículos e da condução de escolares.

g)de acordo com as vistorias de campo e considerando-se a completa inaptidão da empresa Napoli Ltda para o exercício da atividade de transporte escolar, identificou-se a subcontratação total dos serviços a diversos proprietários de veículos, em que pese não haver previsão legal e contratual para tal fato. Assim, a aludida subcontratação infringiu os artigos 72, caput, e 78, inciso VI, da Lei 8.666/1993.

h)somente acudiu ao certame 01 empresa, a Napoli Serviços de Construções Ltda, que foi declarada vencedora do processo licitatório. Embora a presença de um único licitante em princípio não desabone o certame realizado, essa ocorrência, associada aos outros fatos irregulares ora relatados, pode ser compreendida como consequência de atos ilegais praticados pelo administrador público;

Em face dos fatos efetivamente apurados, verificou-se que a licitação ora analisada não passou de ato simulado, com infringência, entre outros, ao art. 37, XXI, da Constituição Federal e aos princípios insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/1993.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

“A fiscalização insiste na tese de que a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís seria o órgão regulador e fiscalizador do transporte escolar e que, pelo fato da empresa Nápoli Serviços de Construções Ltda nela não ser cadastrada, a contratação teria sido irregular.

“Todavia, mais uma vez, repetimos que isso não é verdade, senão rematado absurdo jurídico.

“É evidente que a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís não tem competência para atuar como o órgão regulador e fiscalizador do transporte escolar no Estado do Maranhão. E que atua apenas em São Luís. Tampouco, sua atuação não vincula os demais municípios, que são autônomos e independentes na realização e controle de seus próprios serviços”.

Análise do Controle Interno:

O Gestor, em sua justificativa, limita-se a rebater o fato de que a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís não teria competência para regular e fiscalizar o transporte escolar no município de Bacuri/MA.

Ocorre, porém, que essa matéria, de natureza constitucional, não é desconhecida pela equipe de auditoria da CGU/MA. A menção à Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís

serviu unicamente para demonstrar mais um indício de que a empresa Napoli Serviços de Construções Ltda não exercia a atividade de transporte de alunos. Se referida empresa, sediada em São Luís/MA, de fato, atuasse no ramo de transporte escolar, certamente estaria cadastrada e devidamente autorizada pelo órgão regulador e fiscalizador competente desse município (Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís). Ademais, em nenhum momento os condutores dos veículos utilizados no transporte escolar de Bacuri/MA afirmaram, à equipe de fiscalização da CGU/MA, que percebiam a remuneração pelos serviços prestados da empresa Napoli Serviços de Construções Ltda.

Por derradeiro, cumpre enfatizar que, além da falta de condições operacionais da empresa Napoli Serviços de Construções Ltda para atuar no ramo de transporte escolar, detectou-se no Pregão Presencial nº 05/2011 outros vícios graves que denotam o seu caráter simulatório, frustrando, assim, o caráter competitivo que dever permear toda licitação.

2.1.2.19. Constatação:

Simulação de processos licitatórios. Pregão Presencial nº 06/2011 e Pregão Presencial nº 02/2012.

Fato:

De acordo com a documentação apresentada pela Administração Municipal de Bacuri/MA, foram realizados, no período sob exame, dois procedimentos licitatórios para aquisição de combustível com recursos do FUNDEB, à conta da parcela dos 40%, quais sejam: Pregão Presencial nº 06/2011, em 07/02/2011, valor do recurso do FUNDEB de R$ 209.400,00 e o Pregão Presencial nº 02/2012, em 19/01/2012, com recursos do FUNDEB de R$ 277.680,00. Em ambos os pregões foi declarada vencedora a única participante dos certames, a empresa M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião).

Os fatos a seguir relatados mostram indícios consistentes de que houve simulação nos Pregões Presenciais nº 06/2011 e nº 02/2012 e direcionamento da contratação da empresa M de Sousa Pavão (Posto São Sebastião), CNPJ 09.399.095/0001-32, na medida em que os autos do processo foram instruídos com documentos apenas para legitimar o gasto, com o único intuito de aparentar o cumprimento do dever de licitar.

a)o pregoeiro realizou a publicação do aviso de licitação do Pregão Presencial nº 06/2011 no DOU de 21/01/2011 fixando a realização do certame para 07/02/2011, ao passo que outro aviso, publicado no DOE-MA também em 21/01/2011, fixou a sessão para o dia 04/02/2011. Diante da divergência entre as datas marcadas, não restaria outra alternativa à administração senão a republicação dos avisos, marcando a licitação para data única, por força do art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/1993. Entretanto, o pregoeiro efetuou a republicação com alteração da data (do dia 04/02/2011 para o dia 07/02/2011) no Diário Oficial do Estado do Maranhão somente um dia útil antes (04/02/2011) da data em que teria ocorrido a sessão da licitação em apreço (07/02/2011). Frise-se que esse artifício também foi empregado na divulgação do Pregão Presencial nº 05/2011, cujo objeto era prestação de serviços de transporte escolar, também analisado no presente relatório;

b)as publicações do aviso do Edital do Pregão Presencial nº 02/2012 no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Maranhão, ambas efetuadas em 05/01/2012, continham a informação de que esclarecimentos adicionais sobre o indigitado pregão presencial seriam fornecidos no endereço da Prefeitura e por meio de um telefone celular. Considerando-se os problemas recorrentes com telefonia móvel em nosso país e ainda o caráter de impessoalidade que obriga a Administração a afastar a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos licitatórios, não é correto que a empresa interessada somente pudesse se comunicar a distância com o órgão licitante por meio de um telefone celular. No caso vertente, causa espécie a Prefeitura não ter disponibilizado nenhum telefone fixo ou e-mail para efetuar os eventuais esclarecimentos aos interessados;

c)não houve publicação do Pregão Presencial nº 06/2011 em jornal de grande circulação. Considerando-se o vulto da licitação (estimada em R$ 431.787,00) e que o município de Bacuri/MA não dispõe de diário oficial e de jornal de circulação local, deveria a Prefeitura Municipal, em

atendimento ao que preconiza o art. 4º, inciso I, da Lei nº 10.520/2002, ter realizado a publicação do pregão em jornal de grande circulação;

d)não restou demonstrado no processo a pesquisa ou levantamento de preços no mercado para justificar a estimativa de preços apresentada. Com efeito, a verificação da conformidade das propostas deve ser realizada com base em efetiva pesquisa de preços no mercado, conforme prescreve o art.43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, com vistas a possibilitar estimativa correta dos valores a serem contratados e a compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado.

No tocante aos Editais dos Pregões Presenciais ora examinados, é de relevo mencionar as seguintes irregularidades:

a)não houve especificação dos veículos em que seriam utilizados os combustíveis;

b)não foi informada a quantidade de veículos que seriam abastecidos;

c)não foi informada a média de consumo mensal de cada veículo;

d)não foi empregada nenhuma técnica de estimativa de consumo;

Considerando-se que a Prefeitura não fixou a quantidade e especificação dos veículos tampouco a média de consumo mensal desses veículos a serem abastecidos no curso da execução contratual, não havia elementos para que o gestor municipal estabelecesse como real necessidade a aquisição pelo Município de 36.000 litros de gasolina comum e 48.000 litros de óleo diesel à conta dos recursos do FUNDEB.

Deste modo, não se vislumbrou qualquer técnica de estimativa de consumo em que haja se embasado a municipalidade para definir o quantitativo de combustível a ser adquirido, o que configurou ofensa à norma do art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/93, in verbis:

Art. 15. Omissis.

(...).

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

(...).

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

(...).

Nesse sentido, impende observar que, do ano de 2011 para 2012, houve um incremento significativo (30%), sem nenhuma razão fundamentada, do volume de combustível adquirido pela Prefeitura para fazer face às despesas do FUNDEB, conforme se verifica no quadro a seguir:

	Pregão Presencial nº 06/2011	**Pregão Presencial nº 02/2012**
Gasolina	36.000 litros	46.800 litros
Óleo Diesel	48.000 litros	62.400 litros

Total	84.000 litros	109.200 litros

Por derradeiro, cumpre assinalar que, além dos vícios graves apontados em relação à elaboração dos editais, as deficiências verificadas quanto à publicidade dos certames licitatórios em apreço resultaram na participação de apenas 01 empresa, a M de Sousa Pavão, quando, para consecução do objeto licitado (fornecimento de combustíveis), outras 04 empresas do ramo de combustíveis sediadas em Bacuri/MA teriam condições potenciais de ter concorrido, o que demonstra que não houve ampla divulgação e, em consequência, competitividade dos procedimentos licitatórios em comento.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"Não houve simulação nem conluio na realização deste certame. Tampouco, negativa de publicidade adequada.

"Em primeiro lugar, porque o Edital foi publicado nos Diários Oficiais da União e do Estado do Maranhão.

"Em segundo lugar, porque a verba em questão é de origem federal, sendo bastante a publicação do Órgão oficial da imprensa nacional e despicienda a publicação no jornal de circulação local, de muito menor abrangência.

"Por outro lado, a alegação de que houve conluio entre as empresas porque ambas não participaram de ofertas em todos os lances do pregão não tem sentido.

"É consabido que as empresas são livres para ofertar lances e que é natural e normal que, a seu próprio entender, tenham interesse em participar de determinados lotes e outros, não.

"E isto não representa irregularidade formal ou material".

Análise do Controle Interno:

O Gestor contesta em sua justificativa a irregularidade relatada nos fatos de que não houve a publicidade adequada dos procedimentos licitatórios, sob a alegação de ter ocorrido a publicação dos Editais nos Diários Oficiais da União e do Estado do Maranhão. Em vista disso, sustentou também que seria desnecessária a publicação em jornal de circulação local, de muito menor abrangência.

Sobre as considerações do Gestor, é importante abordar que, em primeiro lugar, a mera publicação dos resumos dos editais de licitação nos órgãos oficias de imprensa de per si não significa que houve uma publicidade adequada dos certames licitatórios. Nos casos dos procedimentos licitatórios em apreço verificou-se que a deficiência na publicidade restou evidenciada em diversas situações amplamente relatadas nos fatos.

Em segundo lugar, o Gestor prende-se, em sua justificativa, à questão da publicidade. No entanto, os pregões presenciais ora comentados apresentaram outros vícios graves, além desse aspecto, relacionados à elaboração dos respectivos editais.

2.1.2.20. Constatação:

Simulação de processos licitatórios. Pregão Presencial nº 07/2012.

Fato:

A Prefeitura Municipal de Bacuri/MA instaurou, no ano de 2012, o Pregão Presencial nº 07/2012, com valor estimado de R$ 422.828,30, no intuito de contratar empresa para fornecer materiais de expediente para manutenção da rede de ensino básico do Município de Bacuri/MA. Foram licitados 58 itens, tendo sido declarada vencedora dos itens 14, 25, 37, 45, 54 e 55, a empresa J de J G Pereira (CNPJ 14.090.919/0001-28), que apresentou proposta de R$ 3.333,70 e dos demais itens foi declarada vencedora a empresa D W Costa Mendes (CNPJ 07.897.605/0001-76), com proposta no valor de R$ 296.147,40.

Os fatos a seguir expendidos mostram indícios consistentes de que houve simulação no Pregão Presencial nº 07/2011 e conluio entre os licitantes, com direcionamento da contratação às empresas D W Costa Mendes e J de J G Pereira, na medida em que os autos do processo foram instruídos tão somente para dar aparência de cumprimento de uma obrigação legal (dever de licitar).

a)as publicações do aviso do Edital no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Maranhão, ambas efetuadas em 06/01/2012, continham a informação de que esclarecimentos adicionais sobre o pregão presencial em apreço seriam fornecidos no endereço da Prefeitura e por meio de um telefone celular. Considerando-se o caráter de impessoalidade que obriga a Administração a afastar a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos licitatórios, não é correto que a empresa interessada somente pudesse se comunicar a distância com o órgão licitante por meio de um telefone celular. No caso vertente, a Prefeitura poderia ter disponibilizado telefone fixo próprio ou e-mail para efetuar os eventuais esclarecimentos aos interessados;

b)não houve publicação do certame em jornal de grande circulação. Considerando-se o vulto da licitação (estimada em R$ 422.828,30) e que o município de Bacuri/MA não dispõe de diário oficial e de jornal de circulação local, deveria a Prefeitura Municipal, em atendimento ao que preconiza o art. 4º, inciso I, da Lei nº 10.520/2002, ter realizado a publicação do pregão em jornal de grande circulação;

c)não restou demonstrado no processo a pesquisa ou levantamento de preços no mercado para justificar a estimativa de preços apresentada. Com efeito, a verificação da conformidade das propostas deve ser realizada com base em efetiva pesquisa de preços no mercado, conforme prescreve o art.43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, com vistas a possibilitar estimativa correta dos valores a serem contratados e a compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado.

As deficiências apontadas em relação à publicidade do certame licitatório resultaram na participação de apenas 02 empresas, a D W Costa Mendes e J de J G Pereira, quando é de conhecimento geral que, para consecução do objeto licitado (fornecimento de materiais de expediente), diversas empresas poderiam ter concorrido, o que demonstra que não houve a ampla divulgação do procedimento licitatório.

Além dos vícios supra relatados, verificou-se também indícios robustos de conluio entre os 02 únicos participantes do processo licitatório, senão vejamos:

a)a proposta escrita inicial da empresa D W Costa Mendes não contém oferta de preços para os itens 14, 25, 37, 45, 54 e 55, os quais foram justamente os itens em que a J de J G Pereira foi declarada vencedora. Não é plausível se aceitar como mera coincidência a D W Costa Mendes não oferecer proposta de preços exatamente naqueles itens que foram adjudicados ao outro licitante. É importante ressaltar que a proposta de preços da D W Costa em que existe a omissão dos itens ora retratada é a que foi entregue ao pregoeiro na fase inicial da sessão, no valor de R$ 324.974,60 e não aquela em que os preços dos itens foram ajustados à fase de lances, no valor de R$ 296.147,40;

b)além dos 06 itens a ela adjudicados, o licitante J de J G Pereira apresentou, em sua proposta de preços inicial (por escrito) para os 16 itens a seguir listados, valores menores que a outra empresa, porém em nenhum deles, ao final da pretensa fase de lances verbais, conseguiu ofertar preço inferior à D W Costa Mendes. Dito de outro modo, a empresa J de J G Pereira somente obteve preço

inferior naqueles itens que não faziam parte da proposta de preços inicial (escrita) do licitante D W Costa Mendes.

Item	**Proposta de preços** **J de J G Pereira** **Valor Unitário – Em R$**	**Proposta de preços** **D W Costa Mendes** **Valor Unitário - Em R$**
1	3,80	4,00
2	4,00	4,15
3	5,10	5,50
6	6,10	6,80
15	8,05	8,15
18	0,40	0,50
20	0,50	0,55
27	3,55	4,00
28	2,90	7,00
30	9,55	11,25
34	15,25	16,00
35	8,11	8,50
39	151,50	8,50
40	157,80	162,55

Item	Proposta de preços J de J G Pereira Valor Unitário – Em R$	Proposta de preços D W Costa Mendes Valor Unitário - Em R$
42	4,00	4,11
58	4,25	4,50

Esse aspecto só reforça o fato de que já estava previamente estabelecido pelo pregoeiro da Prefeitura Municipal quais seriam os itens que seriam adjudicados à empresa D W Costa Mendes e quais seriam os destinados à empresa J de J G Pereira.

c)a empresa J de J G Pereira encontra-se em situação fiscal irregular, na condição cadastral "suspenso de ofício" pelo Fisco Estadual do Maranhão, ou seja, existem restrições impeditivas para exercer as suas atividades comerciais. Com efeito, a J de J G Pereira teve participação meramente pro forma na licitação, pois desde o mês de março/2012, época da ordem de fornecimento, até o mês de setembro/2012, não houve a entrega à Prefeitura de nenhum dos 06 itens vencidos por essa empresa, no valor de R$ 3.333,70.

Os aspectos acima evidenciados indicam que o presente pregão presencial apresentou indícios consistentes de conluio entre os licitantes e a Prefeitura, frustrando, assim, o caráter competitivo do certame licitatório.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa, editada apenas no nome de pessoas citadas, a fim de preservá-las:

"Não houve simulação do processo licitatório.

"A assertiva de ausência de pesquisa preliminar de preços não corresponde à realidade. Segundo a legislação aplicável, é permitido ao órgão licitante dispor e se valer de um banco de dados evolutivo dos preços praticados no mercado, sobremodo quando se tratar de procedimentos licitatórios rotineiros, como é o caso da aquisição da merenda escolar, que se repete anualmente.

"Por tais razões, pode o ente federado, ao acompanhar rotineiramente a evolução dos preços de mercado, valer-se desse banco de dados como parâmetro para suas avaliações e procedimentos.

"Não houve condução do certame pelo pregoeiro L R R, mas simples assessoramento técnico deste à Comissão Permanente de Licitação, que é composta por servidores integrantes do Quadro de Funcionários do Município de Bacuri.

"O assessoramento externo à CPL se deu pela necessidade de que os procedimentos licitatórios – sabidamente de alta complexidade – fossem assessorados por pessoa especializada junto à Comissão Permanente de Licitação.

"Assim, a atuação do Sr. L R R, enquanto assessor, não revela nenhuma ilegalidade.

"A inferência de que os pareceres jurídicos não cumprem sua finalidade são também uma

interpretação unilateral da equipe de fiscalização que não tem a atribuição de substituir o gestor e/ou o servidor no desempenho de suas funções.

"O servidor tem direito de agir legitimamente dentro da esfera de suas atribuições.

"A assertiva de que o edital não pode se socorrer supletivamente da incidência do Decreto nº 3.555/2000, por se tratar de ato regulamentar de âmbito federal é uma ilação sem conteúdo jurídico.

"O ente federado possui, enquanto tal, autonomia para regulamentar livremente seus procedimentos internos, inclusive em caráter suplementar, quando entender necessário.

Neste contexto, pode, se entender oportuno, evocar a incidência de normativos de caráter federal para que sirvam como suporte jurídico supletivo aos procedimentos da Administração Municipal.

"Nisto não há nenhuma irregularidade.

"A ilação de que a exigência de presença física do licitante (sic) no certame é uma cláusula de barreira não tem procedência.

"A uma porque o licitante é o ente federado que patrocina a licitação.

"A duas, porque por definição, a modalidade optada pela Administração foi "PREGÃO PRESENCIAL".

"A três, porque é ônus das empresas que pretendem participar de certames públicos dispor de pessoal para participar dos certames.

"A quatro, porque a exigência foi genérica, abstrata e uniforme, ou seja, atingiu a todos os interessados de modo igual.

"A cinco, porque a Administração Pública pode sim, impor, como condição de validade, para garantia da fiscalização correta dos procedimentos, que os candidatos à licitação se façam presentes nos atos do certame, sendo esta uma condição de lisura e transparência.

"Tudo isto se repete às exigências de comprovação de qualificação técnica presentes no Edital, que simplesmente expressam o desiderato da Administração Pública de garantir a consecução da finalidade do ato.

"Por fim, a Administração Pública não possui nenhum controle e/ou ingerência na participação de interessados em licitações públicas, sendo irrelevante, para si, que tenham se apresentado um, dois ou mais interessados.

"Por todas estas razões, não há que se falar em direcionamento ou irregularidades nos processos licitatórios em epígrafe".

Análise do Controle Interno:

O Gestor, em sua resposta, rebate informações que não foram relatadas na presente constatação, ou seja, não há conformidade entre as irregularidades apontadas na constatação relativa ao Pregão Presencial nº 07/2012 e as alegações manifestadas pelo Gestor.

Nesse sentido, os vícios graves encontrados na análise do pregão presencial em apreço não foram efetivamente enfrentados pelo Gestor em sua manifestação. Desta forma, mantém-se a constatação em sua integralidade.

2.1.2.21. Constatação:

Simulação de processo licitatório. Pregão Presencial nº 09/2012.

Fato:

A Prefeitura Municipal de Bacuri/MA instaurou, no ano de 2012, o Pregão Presencial nº 09/2012, com valor estimado de R$ 657.350,00, no intuito de contratar empresa de locação de veículos para prestar serviços no transporte de alunos da rede de ensino básico do Município de Bacuri/MA. Foi declarada vencedora do processo a empresa Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Civil Ltda, CNPJ 10.640.595/0001-01, a qual apresentou proposta de R$ 623.000,00.

Os fatos a seguir explanados mostram indícios consistentes de que houve simulação no Pregão Presencial nº 09/2012 e direcionamento da contratação da empresa Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Civil Ltda, na medida em que os autos do processo foram instruídos com documentos apenas para legitimar o gasto, com o único intento de aparentar o cumprimento do dever de licitar.

a)as publicações do aviso do Edital no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Maranhão, ambas efetuadas em 06/01/2012, continham a informação de que esclarecimentos adicionais sobre o pregão presencial em apreço seriam fornecidos no endereço da Prefeitura e por meio de um telefone celular. Considerando-se os problemas recorrentes com telefonia móvel em nosso país e ainda o caráter de impessoalidade que obriga a Administração a afastar a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos licitatórios, não é correto que a empresa interessada somente possa se comunicar a distância com o órgão licitante por meio de um telefone celular. No caso vertente, causa espécie a Prefeitura não ter disponibilizado nenhum telefone fixo para os eventuais interessados;

b)estimativa de preços sem a devida fundamentação. Não restou demonstrado no processo a pesquisa ou levantamento de preços no mercado para justificar a estimativa de preços apresentada. Com efeito, a verificação da conformidade das propostas deve ser realizada com base em efetiva pesquisa de preços no mercado, conforme prescreve o art.43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, com vistas a possibilitar estimativa correta dos valores a serem contratados e a compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado;

c)não houve previsão no Edital de vistoria dos trajetos do transporte escolar no município. A vistoria das rotas seria requisito fundamental para o adequado cumprimento dos serviços objeto da licitação em apreço, visto que somente com o conhecimento da rota "in loco" haveria a perfeita identificação do percurso realizado e da quilometragem percorrida;

d)não houve inclusão no Edital de exigência de comprovação da capacidade operacional das empresas licitantes, a fim de atender ao disposto no art. 30, II, da Lei 8.666/93, o qual estabelece como requisito de qualificação técnica a "comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos";

e)em decorrência da falta de exigência de comprovação da capacidade operacional da empresa licitante, o Gestor Municipal permitiu que a empresa Serv Obras fosse contratada, empresa esta que não atua no ramo de transporte escolar, uma vez que não é uma empresa cadastrada e, portanto, autorizada para exercer tal atividade, conforme informação do órgão regulador competente, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes de São Luís/MA;

f)o Edital do pregão em comento bem como o contrato dele decorrente não possui cláusula exigindo que os veículos destinados ao transporte escolar devam preencher todas as exigências legais contidas no Código de Trânsito Brasileiro, em especial os arts. 105, 107, 108 e 136 ao 139 que versam sobre a segurança dos veículos e da condução de escolares;

g)somente participou da licitação uma única empresa, a Serv Obras – Serviços de Obras e Construções Civil Ltda, que foi declarada vencedora do processo licitatório. Conquanto a presença de um único licitante em princípio não desabone o certame realizado, esse fato, associado aos outros vícios encontrados no processo em comento, evidencia que a competitividade da licitação restou

prejudicada, malferindo, desta forma, princípio basilar da licitação pública que é a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração;

h)verificou-se que as assinaturas do Sr. M R S, sócio administrador da empresa Serv Obras, presentes na ata de sessão do Pregão em comento (fls. 93 e 94), nas Planilhas Discriminativas dos Serviços (fls. 90 a 92 e 129 a 132) e no Contrato de locação de veículos nº 211/PP/09/2012 (fls. 146 a 149) não correspondem ao padrão grafotécnico das assinaturas constantes no contrato social e alterações. Dito de outro modo, existem fortes indícios de falsidade das assinaturas apostas nos citados documentos (ata de sessão do Pregão, Planilhas Discriminativas dos Serviços e Contrato) entregues à Prefeitura e que integram o processo administrativo relativo ao Pregão Presencial nº 09/2012;

i)outro ponto que compromete a idoneidade da firma Serv Obras Ltda é o fato de que a contadora C D da S, em entrevista prestada à CGU Regional Maranhão, declarou que: i)não conhece os sócios dessa empresa, os Srs. M R S e D S S; ii)não exerce a função de contadora da indigitada empresa; iii)o nome dela foi incluído por referida empresa sem sua autorização nos cadastros da Receita Federal do Brasil, Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão e da Junta Comercial do Maranhão;

j)de acordo com as vistorias de campo e considerando-se a completa inaptidão da empresa Serv Obras Ltda para o exercício da atividade de transporte escolar, identificou-se a subcontratação total dos serviços a diversos proprietários de veículos, em que pese não haver previsão legal e contratual para tal fato. Assim, a aludida subcontratação infringiu os artigos 72, caput, e 78, inciso VI, da Lei 8.666/1993.

Em face dos fatos efetivamente apurados, verificou-se que a licitação ora analisada, nos mesmos moldes do que ocorreu em relação ao Pregão Presencial nº 05/2011, não passou de ato simulado, com infringência, entre outros, ao art. 37, XXI, da Constituição Federal e aos princípios insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/1993.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa, editada apenas no nome de pessoas citadas, a fim de preservá-las:

"Não houve simulação do processo licitatório.

"A assertiva de ausência de pesquisa preliminar de preços não corresponde à realidade. Segundo a legislação aplicável, é permitido ao órgão licitante dispor e se valer de um banco de dados evolutivo dos preços praticados no mercado, sobremodo quando se tratar de procedimentos licitatórios rotineiros, como é o caso da aquisição da merenda escolar, que se repete anualmente.

"Por tais razões, pode o ente federado, ao acompanhar rotineiramente a evolução dos preços de mercado, valer-se desse banco de dados como parâmetro para suas avaliações e procedimentos.

"Não houve condução do certame pelo pregoeiro L R R, mas simples assessoramento técnico deste à Comissão Permanente de Licitação, que é composta por servidores integrantes do Quadro de Funcionários do Município de Bacuri.

"O assessoramento externo à CPL se deu pela necessidade de que os procedimentos licitatórios – sabidamente de alta complexidade – fossem assessorados por pessoa especializada junto à Comissão Permanente de Licitação.

"Assim, a atuação do Sr. L R R, enquanto assessor, não revela nenhuma ilegalidade.

"A inferência de que os pareceres jurídicos não cumprem sua finalidade são também uma interpretação unilateral da equipe de fiscalização que não tem a atribuição de substituir o gestor e/ou

o servidor no desempenho de suas funções.

“O servidor tem direito de agir legitimamente dentro da esfera de suas atribuições.

“A assertiva de que o edital não pode se socorrer supletivamente da incidência do Decreto nº 3.555/2000, por se tratar de ato regulamentar de âmbito federal é uma ilação sem conteúdo jurídico.

“O ente federado possui, enquanto tal, autonomia para regulamentar livremente seus procedimentos internos, inclusive em caráter suplementar, quando entender necessário.

Neste contexto, pode, se entender oportuno, evocar a incidência de normativos de caráter federal para que sirvam como suporte jurídico supletivo aos procedimentos da Administração Municipal.

“Nisto não há nenhuma irregularidade.

“A ilação de que a exigência de presença física do licitante (sic) no certame é uma cláusula de barreira não tem procedência.

“A uma porque o licitante é o ente federado que patrocina a licitação.

“A duas, porque por definição, a modalidade optada pela Administração foi “PREGÃO PRESENCIAL”.

“A três, porque é ônus das empresas que pretendem participar de certames públicos dispor de pessoal para participar dos certames.

“A quatro, porque a exigência foi genérica, abstrata e uniforme, ou seja, atingiu a todos os interessados de modo igual.

“A cinco, porque a Administração Pública pode sim, impor, como condição de validade, para garantia da fiscalização correta dos procedimentos, que os candidatos à licitação se façam presentes nos atos do certame, sendo esta uma condição de lisura e transparência.

“Tudo isto se repete às exigências de comprovação de qualificação técnica presentes no Edital, que simplesmente expressam o desiderato da Administração Pública de garantir a consecução da finalidade do ato.

“Por fim, a Administração Pública não possui nenhum controle e/ou ingerência na participação de interessados em licitações públicas, sendo irrelevante, para si, que tenham se apresentado um, dois ou mais interessados.

“Por todas estas razões, não há que se falar em direcionamento ou irregularidades nos processos licitatórios em epígrafe”.

Análise do Controle Interno:

O Gestor simplesmente repete a resposta, ipsis litteris, que foi dada para contestar os fatos irregulares atinentes ao Pregão Presencial nº 07/2012.

Do mesmo modo, verifica-se que as alegações manifestadas pelo Gestor para rebater a presente constatação não guarda consonância com os pontos irregulares levantados pela equipe de auditoria da CGU/MA na análise do Pregão Presencial nº 09/2012.

Desta forma, mantém-se a constatação em sua integralidade.

2.1.2.22. Constatação:

Falhas na formalização da composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

Fato:

Após exame dos documentos fornecidos pela Prefeitura do Município quanto à nomeação dos membros do Conselho, verificou-se que não foram disponibilizadas portarias de designação dos membros indicados pelo Poder Executivo. Ademais, não foram viabilizados também os documentos de designação dos membros, titulares e suplentes, pertencentes ao respectivo segmento social ou categoria.

A Prefeitura forneceu à equipe de fiscalização documentos intitulados "Carta de Indicação", em que são informados os membros (titular e suplente) escolhidos dos segmentos dos professores, diretores, servidores técnico-administrativos, pais de alunos e Conselho Tutelar. Ocorre que as referidas cartas de designação foram emitidas pela Secretaria Municipal de Educação e não pelos representantes dos respectivos segmentos ou presidente do sindicato da categoria.

Nesse rumo, cumpre informar que os 02 representantes dos professores (titular e suplente) existentes no Conselho foram indevidamente indicados pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Municipais de Bacuri- SINTESPUMB, quando deveriam ter sido indicados, após eleição para esse fim, pelo presidente do Sindicato dos Professores e Servidores da Educação do Município de Bacuri/MA

Cabe relatar ainda que, com exceção dos representantes dos estudantes da educação básica pública, não restou demonstrada a existência de processos eletivos relativos aos representantes dos professores da educação básica, dos diretores das escolas, dos servidores técnico-administrativos, dos pais de alunos e do Conselho Tutelar.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"No Município de Bacuri havia o Conselho Pleno Municipal de Educação, com duas Câmaras, quais sejam a Câmara de Educação Básica e a Câmara de Controle Social do FUNDEB, daí o porque da falha apontada. O referido conselho está sendo substituído por dois conselhos distintos, cada um com as atribuições de cada câmara, sendo que a lei que individualiza o CACS-FUNDEB já contempla a correção de todas as falhas na formalização da composição do referido conselho".

Análise do Controle Interno:

O Gestor municipal, em sua justificativa, não refuta as falhas apontadas. Mantém-se, portanto, a constatação.

2.1.2.23. Constatação:

Vigência vencida dos mandatos dos membros que compõem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

Fato:

A consulta ao Sistema CACS-FUNDEB, mantido pelo FNDE, que trata do cadastramento dos Conselhos do Fundeb pelos Poderes Executivos Federal, Estadual, Distrital e Municipal, demonstrou que não houve renovação da vigência dos mandatos dos conselheiros do FUNDEB do município de Bacuri/MA.

Com efeito, os membros do Conselho estão cadastrados naquele Sistema com início do mandato em 05/06/2009, ou seja, o término do mandato deveria ter ocorrido em 05/06/2011, haja vista que os conselheiros deverão ser nomeados para mandato de, no máximo, 2 (dois) anos, permitida apenas uma recondução, por igual período, nos termos do art. 24, § 11, da Lei 11.494/2007.

Nesse sentido, cabe mencionar que não poderão ser reconduzidos, devido à participação em dois mandatos consecutivos, os seguintes membros: E R P, representante titular dos professores da educação básica e atual presidente do Conselho; R S C, representante suplente dos professores da educação básica pública; V M de M A S, representante titular do Poder Executivo Municipal; T D C M, representante suplente do Poder Executivo Municipal; M A C, representante titular dos Diretores das Escolas Básicas Públicas e atual vice presidente do Conselho.

Em face da situação ora encontrada, urge que sejam tomadas providências para eleição e consequentemente, indicação e nomeação de novos conselheiros, titulares e suplentes ou a recondução, conforme o caso, pelos respectivos segmentos.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"No Município de Bacuri havia o Conselho Pleno Municipal de Educação, com duas Câmaras, quais sejam a Câmara de Educação Básica e a Câmara de Controle Social do FUNDEB, daí o porque da falha apontada. O referido conselho está sendo substituído por dois conselhos distintos, cada um com as atribuições de cada câmara, sendo que a lei que individualiza o CACS-FUNDEB já contempla a correção de todas as falhas na formalização da composição do referido conselho".

Análise do Controle Interno:

O Gestor, em sua resposta, não refuta a constatação de que os mandatos dos membros do CACS-FUNDEB de Bacuri/MA encontram-se com a vigência vencida.

Mantém-se, assim, o ponto.

2.1.2.24. Constatação:

Falta de capacitação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

Fato:

Verificou-se que os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do município de Bacuri/MA não receberam treinamento para o exercício das atribuições a eles previstas nos normativos relacionados ao FUNDEB. Em resposta à solicitação de fiscalização que versava sobre o assunto, a Prefeitura enviou cópia de uma ata datada de 12/11/2010, em que uma pessoa convidada pelo Conselho ministrou palestra com orientações gerais sobre os conselhos e o papel dos conselheiros. Em que pese louvável a iniciativa do Conselho, tais orientações não são suficientes para capacitar um membro do Conselho a examinar os documentos que integram a prestação de contas do FUNDEB.

Nesse sentido, não é demais esclarecer que os membros do Conselho precisam estar aptos a executar as seguintes atividades, dentre outras:

a)examinar os relatórios e demonstrativos elaborados pelo Poder Executivo sobre a aplicação dos recursos do FUNDEB, solicitando, se necessário, cópias de avisos de créditos ou extratos da conta do Fundo junto ao Banco do Brasil, para fins de confrontações e checagens;

b)examinar documentos relacionados à execução dos recursos do FUNDEB relativos a licitações, empenhos, liquidações e pagamentos de despesas realizadas, folhas de pagamento, etc;

c)informar-se sobre todas as operações e transações financeiras realizadas com recursos do Fundo, especialmente em relação à destinação desses recursos, quando executados.

Desta forma, constatou-se que os conselheiros do CACS-FUNDEB não dispõem de qualificação suficiente para a devida análise dos documentos referentes à prestação de contas não só do FUNDEB, como também do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nesse passo, a deficiência no processo de capacitação reflete-se na falta de engajamento dos conselheiros com as questões a eles atinentes e de conhecimento acerca de suas prerrogativas e responsabilidades.

Diante das irregularidades relatadas no presente relatório e da inação do CACS- FUNDEB, pode-se concluir que o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB é totalmente ineficaz no município de Bacuri/MA.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"Houve a capacitação efetuada quando da nomeação de cada um dos membros do Conselho.

"Na oportunidade, foram repassadas informações gerais sobre as atribuições dos cargos e sua responsabilidade social".

Análise do Controle Interno:

O Gestor municipal informa, em sua manifestação, que foram repassadas informações gerais sobre as atribuições do cargo de conselheiro quando da nomeação dos membros do Conselho de Bacuri/MA.

No entanto, o mero repasse de informações quanto às atribuições de um membro de Conselho do FUNDEB não é suficiente para que os conselheiros tenham condições de efetivamente fazer análise da documentação que compõe a prestação de contas do FUNDEB e PNATE.

Cumpre enfatizar que referida análise contempla exames de processos licitatórios, realização da conciliação bancária com o cotejamento entre as notas fiscais/recibos e os valores transferidos para as contas bancárias dos fornecedores, exame das folhas de pagamento a fim de verificar se os valores estão corretos e se quem recebe está de fato trabalhando na educação básica, entre outras verificações.

2.1.2.25. Constatação:

Atuação deficiente do Conselho de Acompanhamento Social na execução dos recursos do FUNDEB.

Fato:

De acordo com o resultado das visitas às escolas da rede municipal de ensino, da reunião com os membros do Conselho do FUNDEB do município e da leitura das atas de registro das reuniões, constatou-se as seguintes deficiências no que concerne à atuação do CACS-FUNDEB de Bacuri/MA:

a)não realiza visitas a obras, escolas e outras localidades onde estejam sendo realizados ou oferecidos serviços com a utilização de recursos do Fundo, com o objetivo de verificar a efetiva e regular aplicação dos recursos;

b)não supervisiona a elaboração da proposta orçamentária anual;

c)não supervisiona a realização do Censo Escolar;

d)não acompanha a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos.

Não obstante haver no livro de atas registro de reuniões para exame da prestação de contas do FUNDEB enviada pelo gestor municipal, constatou-se que essa análise, de fato, não ocorre, pelas razões a seguir expostas:

a)não é crível que, considerando-se o volume de recursos repassados à conta do FUNDEB, o exame de toda a documentação relativa à execução de receita e despesa e conciliação bancária do fundo seja realizada em uma única reunião;

b)foge do razoável que tenha sido analisada, em apenas um único dia (19 de outubro de 2012), a prestação de contas sobre a utilização dos recursos do FUNDEB pelo município referente aos doze meses de 2011 e nove meses de 2012 (jan.a set.), ou seja, teriam sido examinados pelos conselheiros 21 meses em apenas uma única reunião;

c)as atas referentes às prestações de contas do FUNDEB estão digitadas e apresentam rigorosamente o mesmo conteúdo, com pequenas alterações apenas para se ajustar ao mês pretensamente analisado;

d)falta de capacitação dos conselheiros para a devida análise da documentação pertinente à prestação de contas do FUNDEB.

Importante asseverar que todas as prestações de contas do FUNDEB remetidas pelo Gestor Municipal ao Conselho para emissão de parecer foram consideradas conformes e, portanto, aprovadas pelos conselheiros. Diante das irregularidades verificadas na aplicação dos recursos do FUNDEB pela equipe de fiscalização da CGU no período examinado (janeiro/2011 a setembro/2012), confirma-se o fato de que os membros do Conselho não atuam efetivamente no cumprimento de suas atribuições de realizar o acompanhamento do Fundeb.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"A consideração de atuação deficiente do Conselho é uma ilação subjetiva da fiscalização. O Conselho é independente na sua atuação e não pode ser avaliado de modo superficial, com todo respeito".

Análise do Controle Interno:

Ao contrário do que diz o gestor em sua manifestação, foram bem objetivos os indicativos de que o Conselho do FUNDEB de Bacuri/MA não tem uma atuação efetiva, na medida em que se verificou, por meio de entrevistas e da análise de documentos, que referido Conselho não realiza visitas às escolas, não supervisiona a realização do Censo Escolar, não verifica as ações executadas com recursos do Fundo (reformas, construções de escolas, aquisição de equipamentos, etc) e não faz a devida análise da prestação de contas relativa à utilização dos recursos do FUNDEB.

Ainda em relação às falhas nos procedimentos e verificações que não foram efetuados pelos membros do Conselho, vale ressaltar a ocorrência de irregularidades graves em processos licitatórios além de realização de despesas sem comprovação e incompatíveis com a finalidade do FUNDEB.

Frise-se que, dentre outras atribuições, fica a cargo do Conselho informar-se sobre todas as transações de natureza financeira que são realizadas envolvendo recursos do FUNDEB, mormente em relação à utilização da parcela de recursos (mínimo de 60%) destinada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério. A esse respeito, cabe assinalar que a Prefeitura realizou pagamentos a professores contratados abaixo do piso salarial. No entanto, não restou

comprovado nenhum registro de que o Conselho tenha solicitado providências ao governante responsável para que essa irregularidade fosse sanada.

Por oportuno, cumpre salientar a falta de segurança encontrada no serviço de transporte escolar do município de Bacuri/MA, tendo em vista que os veículos contratados para realizar os serviços de transporte de alunos são veículos tipo caminhonete, próprios para o transporte de cargas e, portanto, inadequados ao transporte de passageiros. Além disso, identificou-se a existência de condutores que não atendem aos requisitos legais para a condução de escolares. Impende destacar que a inspeção física desses veículos bem como o contato com seus respectivos condutores poderia e deveria ter sido executada pelos conselheiros municipais do FUNDEB e, uma vez constatadas as flagrantes irregularidades, o Conselho abordaria, formalmente, os gestores responsáveis, a fim de que as medidas corretivas fossem providenciadas.

Diante das inúmeras irregularidades suprarelatadas, pode-se verificar que não é superficial, muito menos subjetiva, a constatação de que a atuação do Conselho do FUNDEB do município de Bacuri/MA é ineficaz e, portanto, não consegue cumprir sua atribuição legal de acompanhar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDEB e PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar).

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.3. 4046 - Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental **Objetivo da Ação:** A escolha de livros feita de forma democrática pelos professores e profissionais de educação; devolução dos livros reutilizáveis ao final do ano letivo; efetividade do sistema de controle mantido pelo FNDE no remanejamento e distribuição dos livros; entrega dos livros aos alunos antes do início do ano letivo; utilização dos livros pelos alunos e professores.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215645	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Execução do Programa Escolha dos livros realizada pelos professores; Livros entregues conforme escolha; Ausência de interferência de editoras na escolha dos livros; Desenvolvimento de ações de incentivo à conservação e devolução do livro didático; atualização do sistema de controle mantido pelo FNDE; remanejamento de livros didáticos; livros entregues antes do início do ano letivo; Utilização dos livros didáticos pelo professores e alunos.	

2.1.3.1. Constatação:

Inexistência de sistema de controle do estoque de livros do PNLD e do seu remanejamento.

Fato:

Durante as visitas realizadas nas escolas Miguel Nery, Lívio Nogueira de Azevedo, Nossa Senhora das Graças e Olavo Bilac, assim como no depósito dos livros do PNLD na Secretaria de Educação, constatou-se que não há um sistema de controle do estoque de livros e do seu remanejamento. Para atender demanda da CGU, acerca da quantidade de livros em estoque, houve necessidade de contagem das sobras de livros durante a inspeção física realizada nas escolas citadas e na Secretaria de Educação. A única exceção foi a apresentação pela escola Lívio Nogueira de Azevedo de relação com a quantidade de livros não utilizados encaminhada ao Coordenador do PNLD.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2.1.3.2. Constatação:

Existência de sobra de livros válidos em escolas e no depósito da prefeitura.

Fato:

Constatou-se a existência de sobra significativa de livros didáticos vigentes do PNLD nas escolas Miguel Nery, Lívio Nogueira de Azevedo, Nossa Senhora das Graças e no depósito da Secretaria Municipal de Educação. Os títulos encontrados e as respectivas quantidades estão relacionados abaixo.

a) U. E. Miguel Nery:

Título do Livro	Qtde. de Exemplares
PORTA ABERTA - ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA - 1º ANO	39
PORTA ABERTA - ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA - 2º ANO	31
PORTA ABERTA - MATEMÁTICA - EDIÇÃO RENOVADA - 3º ANO	12
PORTA ABERTA - MATEMÁTICA - EDIÇÃO RENOVADA - 4º ANO	4
PORTA ABERTA - MATEMÁTICA - EDIÇÃO RENOVADA - 5º ANO	11
A Grande Aventura - 3º ano - Com Atualizações	9
Porta Aberta - Letramento e Alfabetização Linguística - 2º ano	1
Porta Aberta - Ciências - Edição Renovada - 2º ano	26
Porta Aberta - Ciências - Edição Renovada - 3º ano	11
Porta Aberta - Ciências - Edição Renovada - 4º ano	2
Porta Aberta - Ciências - Edição Renovada - 5º ano	1
De Olho no Futuro - História - Edição Renovada - 2º ano	8
De Olho no Futuro - História - Edição Renovada - 3º ano	2
De Olho no Futuro - História - Edição Renovada - 4º ano	1
De Olho no Futuro - História - Edição Renovada - 5º ano	8
Porta Aberta - Geografia - Edição Renovada - 2º ano	22
Porta Aberta - Geografia - Edição Renovada - 3º ano	11
Porta Aberta - Geografia - Edição Renovada - 4º ano	1
Porta Aberta - Geografia - Edição Renovada - 5º ano	5
TOTAL	**205**

b) U. E. Lívio Nogueira de Azevedo:

Título do Livro	Qtde. de Exemplares
História do Maranhão	12
A Grande Aventura - 4º ano - Com Atualizações	38
Porta Aberta - Geografia - Edição Renovada - 4º ano	38
De Olho no Futuro - História - Edição Renovada - 4º ano	38
Porta Aberta - Matemática - Edição Renovada - 4º ano	33
Porta Aberta - Ciências - Edição Renovada - 4º ano	40
Maranhão - Geografia	46
Porta Aberta - Geografia - Edição Renovada - 3º ano	16

De Olho no Futuro - História - Edição Renovada - 3º ano	16
Porta Aberta - Matemática - Edição Renovada - 3º ano	14
Porta Aberta - Ciências - Edição Renovada - 3º ano	12
A Grande Aventura - 3º ano - Com Atualizações	1
Porta Aberta - Letramento e Alfabetização Linguística - 2º ano	74
Porta Aberta - Matemática - Edição Renovada - 2º ano	28
Porta Aberta - Letramento e Alfabetização Linguística - 1º ano	12
TOTAL	**418**

c) U. E. Nossa Senhora das Graças:

Título do Livro	Qtde. de Exemplares
Porta Aberta - Ciências - Edição Renovada - 2º ano	17
Porta Aberta - Geografia - Edição Renovada - 2º ano	21
De Olho no Futuro - História - Edição Renovada - 2º ano	19
PORTUGUÊS LINGUAGENS	19
CIÊNCIAS NATURAIS - APRENDENDO COM O COTIDIANO	23
PROJETO ARARIBÁ - GEOGRAFIA	36
A CONQUISTA DA MATEMÁTICA - EDIÇÃO RENOVADA	10
História do Maranhão	6
PROJETO ARARIBÁ - HISTÓRIA	31
LINKS - ENGLISH FOR TEENS - 6º ANO	4
LINKS - ENGLISH FOR TEENS - 7º ANO	4
LINKS - ENGLISH FOR TEENS - 8º ANO	2
LINKS - ENGLISH FOR TEENS - 9º ANO	21
TOTAL	**213**

d) Depósito da Secretaria Municipal de Educação:

Título do Livro	Qtde. de Exemplares
Porta Aberta L. Portuguesa – 2º ano	6
A Grande Aventura L. Portuguesa – 3º ano	2
Porta Aberta Matemática – 3º ano	3
Porta Aberta L. Portuguesa – 3º ano	5
Porta Aberta Geografia – 3º ano	5
De Olho no Futuro História - 3º ano	11
De Olho no Futuro História - 4º ano	1
Projeto Buriti Geografia – 4º ano	5
Geografia do Maranhão – 4º ano	16
Porta Aberta Ciências – 5º ano	1
Diálogo L. Portuguesa – 6º ano	2
Pensar e Viver Ciências – 6º ano	7
Ciências Naturais – 6º ano	7
Saber e Fazer História – 6º ano	10
Links Língua Inglesa – 6º ano	33
Perspectivas Geografia – 6º ano	5
Vontade de Saber Matemática – 6º ano	12
Projeto Araribá História – 6º ano	11
Projeto Araribá Geografia – 6º ano	3

Diálogo L. Portuguesa – 7 º ano	33
Projeto Araribá História – 7º ano	11
Vontade de Saber Matemática – 7º ano	46
Projeto Araribá Geografia – 7º ano	8
Perspectivas Geografia – 7º ano	42
Saber e Fazer História – 7º ano	35
Ciências Integradas – 7º ano	39
Links Língua Inglesa – 7º ano	34
A Conquista da Matemática – 7º ano	6
Linguagens L. Portuguesa – 7 º ano	7
Vontade de Saber Matemática – 8º ano	1
Vontade de Saber Matemática – 9º ano	1
Links Língua Inglesa – 9º ano	21
Saber e Fazer História – 9º ano	3
Ciências Naturais – 9º ano	6
TOTAL	**438**

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2.1.3.3. Constatação:

Recebimento de livros didáticos após o início do ano letivo.

Fato:

Em entrevistas realizadas na Unidade Escolar Olavo Bilac, constatou-se que a escola recebeu a totalidade dos livros do PNLD vigentes somente após o início do ano letivo.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2.1.3.4. Constatação:

Ações insuficientes por parte das escolas para garantir a devolução do Livro Didático.

Fato:

Durante as visitas realizadas nas escolas Miguel Nery, Nossa Senhora das Graças e Olavo Bilac, constatou-se o baixo percentual médio de devolução do material didático reutilizável. A situação encontrada em cada escola está descrita na tabela abaixo.

Escola	Percentual Médio de Devolução
Miguel Nery	70,00%
Nossa Senhora das Graças	40,00%

Olavo Bilac	80,00%

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

2.1.3.5. Constatação:

Existência de aluno que não recebeu os livros didáticos de todas as matérias.

Fato:

Durante entrevista realizada com dez alunos da escola Miguel Nery, constatou-se que o aluno W. L. G., estudante da 3ª Série, Turma 1, não recebeu os livros de todas as matérias da grade curricular. O aluno relatou que não recebeu os livros das seguintes disciplinas: Ciências, Matemática e Geografia.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

Ação Fiscalizada
Ação: 2.1.4. 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica **Objetivo da Ação:** Cumprir as normas e orientações relativas à execução do programa; Executar os recursos repassados pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar em conformidade com a legislação contábil, financeira e licitatória; Garantir a qualidade da alimentação fornecida; Fornecer contrapartida complementando os recursos federais recebidos; Disponibilizar informações ao gestor federal para cadastro de conselheiros, profissionais de nutrição e outras informações solicitadas.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215523	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 635.728,00
Objeto da Fiscalização: Ente Estadual/Municipal executor da ação Processo de aquisição de alimentos e distribuição dos gêneros às escolas das redes estadual/municipal de ensino. Regular oferta de alimentação nas escolas de acordo com a legislação do programa em vigor. Correta constituição e atuação dos conselhos no acompanhamento da execução do programa.	

2.1.4.1. Constatação:

Aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar em percentual abaixo de 30% dos recursos repassados e sem justificativa para o ocorrido.

Fato:

No período em exame (janeiro/2011 a setembro/2012), a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA recebeu à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE a importância de R$ 635.728,00 (seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais), enquanto que as despesas pagas na aquisição de produtos alimentícios somaram R$ 546.424,24 (quinhentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos). O quadro seguinte ilustra, por ano, os recursos recebidos e as despesas pagas na aquisição de produtos alimentícios:

Ano	Recursos recebidos	Despesas pagas c/ aquisição de produtos alimentícios
2011	351.360,00	344.250,24
2012	284.368,00	202.174,00
Total	635.728,00	546.424,24

No exercício de 2011, todos os produtos alimentícios destinados à merenda escolar foram adquiridos da empresa R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35, conforme o demonstrativo abaixo:

Aquisição de produtos alimentícios em 2011			
OP	Data	Valor	Fornecedor
3150	24/03/11	1.788,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3151	24/03/11	20.058,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3153	24/03/11	4.410,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3152	24/03/11	5.046,64	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3187	13/04/11	4.410,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3189	13/04/11	1.788,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3154	19/05/11	5.064,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3155	19/05/11	4.410,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3156	19/05/11	1.788,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3157	19/05/11	20.058,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3159	14/09/11	62.640,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3160	11/10/11	18.594,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3161	13/10/11	75.366,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3158	20/12/11	62.640,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3147	24/03/11	3.798,60	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3148	13/04/11	3.816,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3149	19/05/11	3.816,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3162	14/09/11	7.632,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3163	11/10/11	11.448,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3164	20/12/11	7.632,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3174	24/03/11	750,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3173	24/03/11	1.800,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3175	13/04/11	3.360,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
3176	17/05/11	12.137,00	R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35
Total		344.250,24	

No período de janeiro a setembro de 2012, a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA adquiriu produtos alimentícios de dois fornecedores, a saber:

Aquisição de produtos alimentícios em 2012			
OP	Data	Valor	Fornecedor
1497	10/09/12	23.536,80	D.W. Costa Mendes, CNPJ 07.897.605/0001-76

1494	08/08/12	23.536,00	D.W. Costa Mendes, CNPJ 07.897.605/0001-76
1499	19/06/12	33.624,00	D.W. Costa Mendes, CNPJ 07.897.605/0001-76
1493	26/06/12	20.630,00	D.W. Costa Mendes, CNPJ 07.897.605/0001-76
1490	04/05/12	13.449,60	D.W. Costa Mendes, CNPJ 07.897.605/0001-76
1489	02/04/12	33.624,00	D.W. Costa Mendes, CNPJ 07.897.605/0001-76
Total		148.400,00	

Aquisição de produtos alimentícios em 2012			
OP	**Data**	**Valor**	**Fornecedor**
1495	16/08/12	10.087,00	Associação dos Produtores Rurais
1496	16/08/12	10.087,00	Associação dos Produtores Rurais
1491	19/06/12	13.440,00	Associação dos Produtores Rurais
1492	16/06/12	20.160,00	Associação dos Produtores Rurais
Total		53.774,00	

Nos termos da Resolução FNDE nº 18/2009, Artigo 18, pelo menos 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros repassados pela União deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade.

Da análise dos demonstrativos acima, constata-se que a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA não está cumprindo a Resolução FNDE nº 38/2009, Artigo 18, pelo seguinte:

a) No exercício de 2011, todas as aquisições de produtos alimentícios foram realizadas de um único fornecedor, a empresa R. José Mendes Comércio e Rep., CNPJ 23.613.623/0001-35; e

b) No período de janeiro a setembro de 2012, registra-se a aquisição de R$ 53.774,00 (cinquenta e três mil, setecentos e setenta e quatro reais) da "Associação dos Produtores Rurais", o que representa 26,60% (vinte e seis vírgula sessenta por cento) do total de despesas pagas. Porém, na prestação de contas, não há registro comprobatório de que tal Associação seja "agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações", além de não haver comprovação do cumprimento dos procedimentos referentes à chamada pública de compra, estabelecidos no artigo 21 da mesma Resolução.

Manifestação da Unidade Examinada:

"A Administração Pública de Bacuri entende que a norma contida na Resolução FNDE n. 18/2009 (sic)é de conteúdo programático. Ou seja, expressa uma intenção de cumprir uma meta, um alvo, um objetivo que pode, perfeitamente, ser inatingível, em determinada quadra histórica, por razões objetivas.

Deve haver, pois, justas ressalvas decorrentes da eventual impossibilidade de seu entendimento pela Gestão Pública, em razão de forças alheias à sua vontade, como por exemplo, ausência de produção local suficiente para atender à demanda, no quantitativo estipulado pela norma.

Ou ainda, ausência de candidatos ao fornecimento dos referidos alimentos na proporção almejada.

Ora, a economia é uma atividade espontânea, que não corre de "cima para baixo", ou seja, não adianta pretender incitá-la e, às vezes até mesmo controlá-la, apenas com a edição de leis.

Bacuri, por seu turno, é um município pobre, cuja economia é diminuta e se centra na produção de pescado. Não há produção agrícola, exceto o estritamente necessário para a subsistência das famílias.

Nesse quadro, não se mostrou possível atender à norma da Resolução n. 18/2009 (sic), razão pela qual a Administração optou pela garantia do fornecimento integral e regular da merenda escolar, visando assegurar o cumprimento da finalidade do programa."

Análise do Controle Interno:

Desconsidera-se a justificativa dos gestores municipais do Programa, no tocante ao entendimento de que o conteúdo da Resolução FNDE nº 38/2009 é essencialmente programática. Conforme o disposto no Artigo 1º do referido comando legal, "a execução técnica e administrativa do PNAE e para a transferência de recursos financeiros, em caráter complementar, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades federais, para a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios."

Noutro passo, não procede o argumento da Administração Municipal de que, em razão "ausência de candidatos ao fornecimento dos referidos alimentos na proporção almejada"... "optou pela garantia do fornecimento integral e regular da merenda escolar, visto que, no período de janeiro a setembro de 2012, os gestores municipais do Programa adquiriram, mesmo sem comprovação de que as unidades produtivas sejam da "agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, R$ 53.774,00 (cinquenta e três mil, setecentos e setenta e quatro reais) da "Associação dos Produtores Rurais", o que representa 26,60% (vinte e seis vírgula sessenta por cento) do total de despesas pagas.

Ponto mantido.

2.1.4.2. Constatação:

Instalações em condições inadequadas para garantir o bom condicionamento dos produtos alimentícios.

Fato:

Da verificação "in loco" das condições de armazenamento dos alimentos da merenda escolar em 05 (cinco) escolas da Educação Básica do município de Bacuri/MA, constatou-se o que segue:

a) Condições precárias de armazenamento dos produtos alimentícios. Ressalte-se que a nutricionista da Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, na emissão de seu laudo técnico dos produtos armazenados, de maio/2012, registrou as seguintes irregularidades em algumas escolas do Município:

a1) Escassez de armários e prateleiras;

a2) As paredes não possuem revestimentos apropriados;

a3) Piso inadequado;

a4) Ausência de forros;

a5) As janelas não possuem telas milimetradas para impedir acessos de vetores e pragas:

a6) Falta de divisão de parede para separar gêneros perecíveis dos produtos de limpeza;

a7) Falta de estrutura para armazenamento.

b) Infra-estrutura física dos depósitos são inadequadas para o acondicionamento dos alimentos, principalmente por serem espaços utilizados também para a guarda de livros, botijões de gás e material de limpeza.

Os registros fotográficos a seguir evidenciam as inadequações relatadas:

Depósito da UE Tancredo Neves	Depósito da UI José Estevão dos Santos

Manifestação da Unidade Examinada:

A conclusão esposada pela equipe de fiscalização acima estampada tem conteúdo puramente interpretativo. Enseja, portanto, juízo de valor que pode ser objeto de discordância.

A Administração Pública de Bacuri não concorda com a referida conclusão. Repita-se que Bacuri é um município pobre, dos mais pobre da federação.

Derivam daí limitações de toda ordem, econômica, financeira e até de material humano.

Nesse quadro, age a Gestão Pública, dentro do que lhe é possível fazer, em face das condições materiais disponíveis, reveladas pela estrutura física das escolas e pela disposição e atuação das pessoas que compõem a comunidade escolar.

Por isso que, em que pese sejam frequentemente passadas orientações sobre armazenamento e formas de preparo da alimentação escolar, muitas vezes não são cumpridas pelos destinatários.

Por fim, o laudo técnico da nutricionista do Município, a que alude o relatório, data de maio/2012 e aponta a necessidade de adequação na infra-estrutura física, o que implica em reformas das instalações.

Ora, a fiscalização foi em outubro/12, ou seja, cerca de cinco meses da emissão do laudo, tempo claramente insuficiente para a realização de qualquer reforma de instalações.

Por outro lado, não procede também a inferência de que não há controle de estoque do fornecimento da merenda escolar.

O controle existe. Não se pode exigir que, no nível cultural do ambiente escolar das escolas públicas de Bacuri, haja e se exija controles padronizados, baseados em sofisticadas técnicas contábeis (PEPS ou similar), porque agir assim seria miragens não factíveis.

Se é certo que o ambiente faz o homem, não menos certo também é que o homem faz o ambiente. As limitações de ambos são mutuamente reflexíveis."

Análise do Controle Interno:

Não procede a justificativa dos gestores municipais do Programa de que o ponto "tem conteúdo puramente interpretativo", já que as inconsistências relacionadas às condições inadequadas de armazenamento, controle e preparo da merenda escolar foram decorrentes de vistoria "in loco" realizadas pela equipe de fiscalização da CGU/MA às dependências dos imóveis das unidades escolares, com os devidos registros fotográficos, e de relatório emitido pela nutricionista contratada

pela Administração Municipal.

Sobre o tempo exíguo para melhoria da infra-estrutura, registrado nas alegações dos gestores municipais do Programa, com base nas irregularidades apontadas pela nutricionista em seu relatório de maio/2012, não há registro documental nem físico de obras e serviços com vista à adequação das instalações dos imóveis das unidades escolares às condições estabelecidas na Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009.

Ponto mantido.

2.1.4.3. Constatação:

Não aplicação de teste de aceitabilidade durante o período examinado.

Fato:

Da análise da documentação disponibilizada pelo Gestor municipal e da vistoria "in loco" realizada em 05(cinco) unidades escolares da Educação Básica do município, constatou-se que a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, no tocante ao controle de qualidade dos produtos alimentícios destinados à alimentação escolar, não realiza o que se segue:

a) Teste de aceitabilidade dos alimentos;

b) Desinfestação dos locais de armazenamento dos alimentos; e

c) Controle periódico de saúde dos profissionais que preparam a merenda escolar.

Manifestação da Unidade Examinada:

"Analogamente, a conclusão esposada pela equipe de fiscalização acima estampada tem conteúdo puramente interpretativo, juízo de valor que desafia a discordância da Administração Pública, que não concorda com a referida conclusão.

a) teste de aceitabilidade dos Alimentos:

O teste de aceitabilidade é efetivamente feito, visto que a Prefeitura precisa ter a certeza de ser aceita a merenda escolar pelos alunos da rede pública municipal para que não incorra no erro de promover despesa com gêneros alimentícios recusados pelo gosto dos estudantes, o que representaria um gasto desperdiçado. Sendo assim, quando da elaboração do cardápio são realizados testes de aceitabilidade a fim de ser oferecida alimentação escolar do agrado e de qualidade nutritiva para os alunos.

O Gestor sempre está preocupado com a educação do Município, investindo os recursos em seus destinos legais com o objetivo de cumprir a legislação e atender às necessidades da população estudantil. Por esse motivo, requeremos a reavalidação deste item, apontando para a desconsideração do mesmo, visto tratar-se de falha formal que em nada compromete os serviços prestados."

Análise do Controle Interno:

Segundo a manifestação dos gestores municipais do Programa, o ponto do Relatório da CGU/MA "tem conteúdo puramente interpretativo, juízo de valor que desafia a discordância da Administração Pública" que "sendo assim, quando da elaboração do cardápio são realizados testes de aceitabilidade a fim de ser oferecida alimentação escolar do agrado e de qualidade nutritiva para os alunos". Porém, quando dos trabalhos de campo realizados pela Equipe da Fiscalização da CGU/MA e na emissão da justificativa a respeito da irregularidade apontada, não apresentou comprovação documental sobre a realização dos testes de aceitabilidade dos alimentos.

Sobre a desinfestação dos locais de armazenamento dos alimentos e controle periódico de saúde dos

profissionais que preparam a merenda escolar, os gestores municipais do Programa não se manifestaram.

Ponto mantido.

2.1.4.4. Constatação:

Favorecimento/direcionamento de empresas em processos licitatórios.

Fato:

No período em exame (janeiro/2011 a setembro/2012), a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA contratou, mediante a instrução de 02 (dois) processos licitatórios, modalidade Pregão Presencial, a aquisição de merenda escolar destinada à rede municipal da Educação Básica, cujo valor total foi de R$ 1.417.966,00 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e seis reais). O quadro abaixo informa os dados básicos das contratações:

Programa	Licitação	Contrato	Objeto	Valor	Empresa contratada	
					Denominação	CNPJ
Pnae	Pregão Presencial nº 04/29011/CPL	Nº 13/PP/04 /2011/CPL	Aquisição de gêneros alimentícios	744.590,00	R. José Mendes Comércio	23.613.623/0001-35
	Pregão Presencial nº 08/29012/CPL	Nº 210/PP /08/2012/CPL	Aquisição de gêneros alimentícios	673.376,00	W. Costa Mendes	07.897.605/0001-76
Total				1.417.966,00		

Da análise dos processos referentes aos 02 (dois) Pregões Presenciais inseridos no demonstrativo acima, constataram-se irregularidades que apontam para o direcionamento da licitações:

a) Os certames foram conduzidos pelo pregoeiro Linelson Ribeiro Rodrigues (designado pelas Portarias nº 02/2011-GP e n° 01/2012-GP), que não é servidor da prefeitura – presta serviços por meio de escritório de assessoria (Lei nº 10.520/2002, art. 3º, IV);

b) Os pareceres jurídicos, da lavra do advogado Luiz Henrique Falcão Teixeira (OAB-MA nº 3.827), limitam-se a informar que "após análise da minuta do edital e da minuta do contrato, dou PARECER REGULAR do ponto de vista jurídico (sic) foram obedecidas as exigências da Lei n.º 8.666/93 de 21 de Junho de 1.993 (sic), e suas alterações,". Cuida-se de peças sucintas, com texto padrão presente em vários outros processos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, que não adentra efetivamente na análise das minutas disponibilizadas, e que sequer analisa o enquadramento jurídico da contratação. De se notar que, conforme será mostrado a seguir, os editais contêm uma série de vícios, inclusive com cláusulas restritivas à competitividade; e

c) Além do exposto acima, outro fato que sinaliza para o direcionamento das contratações é que em ambos processos, cujos objetos licitados envolveram valores expressivos, ocorreu a participação de uma única empresa.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o prefeito municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Mais uma vez, a conclusão esposada pela equipe de fiscalização acima estampada tem conteúdo puramente interpretativo, juízo de valor que desafia a discordância da Administração Pública de Bacuri, que não concorda com a referida conclusão.

"A assertiva de ausência de pesquisa preliminar de preços não corresponde à realidade. Segundo a legislação aplicável, é permitido ao órgão licitante dispor e se valer de um banco de dados evolutivo

dos preços praticados no mercado, sobremodo quando se tratar de procedimentos licitatórios rotineiros, como é o caso da aquisição da merenda escolar, que se repete anualmente.

"Por tais razões, pode o ente federado, ao acompanhar rotineiramente a evolução dos preços de mercado, valer-se desse banco de dados como parâmetro para suas avaliações e procedimentos.

"Não houve condução do certame pelo pregoeiro Linelson Ribeiro Rodrigues, mas simples assessoramento técnico deste à Comissão Permanente de Licitação, que é composta por servidores integrantes do Quadro de Funcionários do Município de Bacuri.

"O assessoramento externo à CPL se deu pela necessidade de que os procedimentos licitatórios – sabidamente de alta complexidade – fossem assessorados por pessoa especializada junto à Comissão Permanente de Licitação.

"Assim, a atuação do Sr. Linelson Ribeiro Rodrigues, enquanto assessor, não revela nenhuma ilegalidade.

"A inferência de que os pareceres jurídicos não cumprem sua finalidade são também uma interpretação unilateral da equipe de fiscalização que não tem a atribuição de substituir o gestor e/ou o servidor no desempenho de suas funções.

"O servidor tem direito de agir legitimamente dentro da esfera de suas atribuições.

"A assertiva de que o edital não pode se socorrer supletivamente da incidência do Decreto n. 3.555/2000, por se tratar de ato regulamentar de âmbito federal é uma ilação sem conteúdo jurídico.

"O entre federado possui, enquanto tal, autonomia para regulamentar livremente seus procedimentos internos, inclusive em caráter suplementar, quando entender necessário.

"Neste contexto, pode, se entender oportuno, evocar a incidência de normativos de caráter federal, para que sirvam como suporte jurídico supletivo aos procedimentos da Administração Municipal.

"Nisto não há nenhuma irregularidade.

"A ilação de que exigência de presença física do licitante (sic) no certame é uma cláusula de barreira não tem procedência.

"A uma porque o licitante é o ente federado que patrocina a licitação.

"A duas, porque por definição, a modalidade optada pela Administração foi "PREGÃO PRESENCIAL".

"A três, porque é ônus das empresas que pretendem participar de certames públicos dispor de pessoal para participar dos certames.

"A quatro, porque a exigência foi genérica, abstrata e uniforme, ou seja, atingiu a todos os interessados de modo igual.

"A cinco, porque a Administração Pública pode sim, impor, como condição de validade, para garantia da fiscalização correta dos procedimentos, que os candidatos à licitação se façam presentes nos atos do certame, sendo esta uma condição de lisura e transparência.

"Tudo isto se repete às exigências de comprovação de qualificação técnica presentes no Edital, que simplesmente expressam o desiderato da Administração Pública de garantir a consecução da finalidade do ato.

"Por fim, a Administração Pública não possui nenhum controle e/ou ingerência na participação de interessados em licitações públicas, sendo irrelevante, para si, que tenham se apresentados [sic] um, dois ou mais interessados.

“Por todas estas razões, não há que se falar em direcionamento ou irregularidade nos processos licitatórios em epígrafe".

Análise do Controle Interno:

Justificativa não acatada. Ponto mantido.

Quanto ao fato de Linelson Ribeiro Rodrigues atuar como pregoeiro da prefeitura, destaque-se, novamente, que ele foi designado pela Portaria GP nº 01/2011, a qual, inclusive, consta do processo em tela. Ademais, não afasta o ponto a informação de que ele presta "simples assessoramento técnico à Comissão Permanente de Licitação", eis que não há que se falar em CPL na modalidade Pregão. Por fim, de se notar que o gestor corrobora a informação de que o Sr. Linelson não é servidor da prefeitura, o que pode ser confirmado também por meio da GFIP e da RAIS.

Quanto aoconteúdo do parecer jurídico, é patente que tal documento não cumpriu seu objetivo fundamental: constituir-se em elemento de análise confiável sobre as cláusulas editalícias. O texto padrão do documento, presente em outros processos licitatórios do município, sugere que todas as minutas de editais tiveram o mesmo conteúdo, o que, naturalmente, não é verdade, até porque os objetos das diversas licitações foram distintos. Como consequência, o edital restou contaminado com várias cláusulas restritivas à competição. Aliás, veja-se o que diz o Acórdão TCU nº 2.333/2011 - Primeira Câmara: faça constar em seus pareceres jurídicos eventuais posições jurídicas divergentes sobre o tema em análise, de forma a fornecer aos gestores melhores subsídios às tomadas de decisões.

2.1.4.5. Constatação:

Falta de capacitação dos membros do CAE.

Fato:

Durante reunião realizada com os membros do Conselho de Alimentação Escolar, constatou-se que os mesmos não foram capacitados para o exercício de suas atribuições, contrariando o art. 54 da RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009. O dispositivo citado apresenta a seguinte redação: “A equipe técnica do PNAE desenvolverá material de apoio adequado à clientela a ser atendida, bem como cursos de capacitação, visando à melhor operacionalização do Programa e atuação do CAE”.

Manifestação da Unidade Examinada:

“Todos os membros do Conselho de Alimentação Escolar, durante a instalação dos seus trabalhos no início de seus mandatos, participaram de reunião para compreensão do papel do conselheiro do CAE.

Entretanto, cabe ressaltar que pela própria natureza não remunerada dos conselhos de controle social, de um modo geral, em que os mesmos precisam ter outras atividades remuneradas e mantenedoras do sustento de cada um deles e de suas famílias, o tempo dispensado às suas atribuições de conselheiro é suficiente apenas para fazer o acompanhamento e o controle social da alimentação escolar dentro de uma lógica razoável de um cidadão consciente, não sobrando portanto tempo para o mesmo se profissionalizar em uma profissão que sabe não decorrer dela o sustento de sua família.”

Análise do Controle Interno:

Conforme a manifestação dos gestores municipais do Programa, “durante a instalação dos seus trabalhos no início de seus mandatos, participaram de reunião para compreensão do papel do conselheiro do CAE.”

Porém, na documentação encaminhada à Equipe de Fiscalização da CGU/MA, não consta

comprovação documental de trabalho formativa realizado no início dos mandatos dos Conselheiros do CAE.

Ponto mantido.

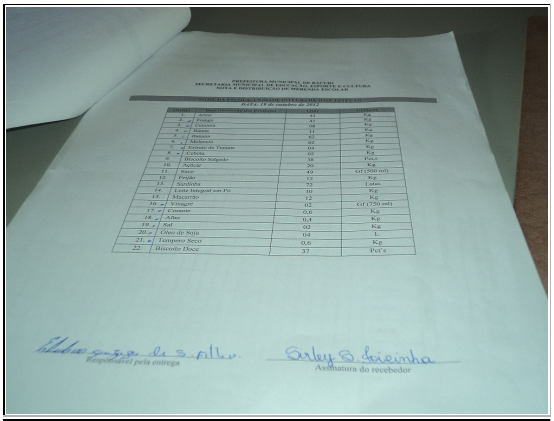
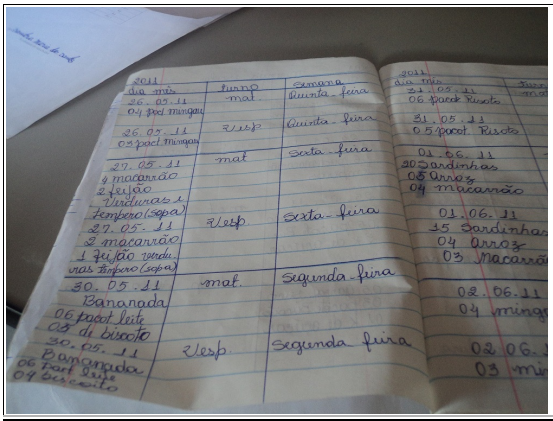
<u>2.1.4.6. Constatação:</u>

Inexistência de controle de estoque para o armazenamento dos alimentos.

Fato:

Da verificação "in loco" dos controle de estoque da merenda escolar em 05 (cinco) escolas da Educação Básica do município de Bacuri/MA, constatou-se a precariedade dos registros disponibilizados. Na entrada, os diretores assinam uma folha na qual consta os quantitativos de produtos alimentícios recebidos. Na saída, os diretores, por sua liberalidade, fazem anotações não padronizadas em cadernos sobre os produtos alimentícios a serem consumidos. No depósito da Prefeitura, também não existem documentos formais de registro das entradas e dos saldos em estoque dos produtos adquiridos. Foram apresentados somente mapas de distribuição dos gêneros alimentícios para as escolas.

Os registros fotográficos a seguir evidenciam as inadequações relatadas:

	
Anotações da saída de produtos alimentícios	Folha de distribuição de produtos alimentícios às unidades escolares

Manifestação da Unidade Examinada:

A conclusão esposada pela equipe de fiscalização acima estampada tem conteúdo puramente interpretativo. Enseja, portanto, juízo de valor que pode ser objeto de discordância.

A Administração Pública de Bacuri não concorda com a referida conclusão. Repita-se que Bacuri é um município pobre, dos mais pobre da federação.

Derivam daí limitações de toda ordem, econômica, financeira e até de material humano.

Nesse quadro, age a Gestão Pública, dentro do que lhe é possível fazer, em face das condições materiais disponíveis, reveladas pela estrutura física das escolas e pela disposição e atuação das pessoas que compõem a comunidade escolar.

Por isso que, em que pese sejam frequentemente passadas orientações sobre armazenamento e formas de preparo da alimentação escolar, muitas vezes não são cumpridas pelos destinatários.

Por fim, o laudo técnico da nutricionista do Município, a que alude o relatório, data de maio/2012 e aponta a necessidade de adequação na infra-estrutura física, o que implica em reformas das instalações.

Ora, a fiscalização foi em outubro/12, ou seja, cerca de cinco meses da emissão do laudo, tempo claramente insuficiente para a realização de qualquer reforma de instalações.

Por outro lado, não procede também a inferência de que não há controle de estoque do fornecimento da merenda escolar.

O controle existe. Não se pode exigir que, no nível cultural do ambiente escolar das escolas públicas de Bacuri, haja e se exija controles padronizados, baseados em sofisticadas técnicas contábeis (PEPS ou similar), porque agir assim seria miragens não factíveis.

Se é certo que o ambiente faz o homem, não menos certo também é que o homem faz o ambiente. As limitações de ambos são mutuamente reflexíveis."

Análise do Controle Interno:

Não procede a justificativa dos gestores municipais do Programa de que o ponto "tem conteúdo puramente interpretativo", já que as inconsistências relacionadas às condições inadequadas de armazenamento, controle e preparo da merenda escolar foram decorrentes de vistoria "in loco" realizadas pela equipe de fiscalização da CGU/MA às dependências dos imóveis das unidades escolares, com os devidos registros fotográficos, e de relatório emitido pela nutricionista contratada pela Administração Municipal.

Sobre o tempo exíguo para melhoria da infra-estrutura, registrado nas alegações dos gestores municipais do Programa, com base nas irregularidades apontadas pela nutricionista em seu relatório de maio/2012, não há registro documental nem físico de obras e serviços com vista à adequação das instalações dos imóveis das unidades escolares às condições estabelecidas na Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009.

Ponto mantido.

2.1.4.7. Constatação:

Instalações físicas/equipamentos inadequados para o preparo das refeições.

Fato:

Da verificação "in loco" das condições de preparo da merenda escolar em 05 (cinco) escolas da Educação Básica do município de Bacuri/MA, constatou-se o que segue:

a) Ausência de espaços apropriados para o preparo da merenda escolar: e

b) Locais não higienizados, com fogões e louças mal cuidados.

Os registros fotográficos a seguir evidenciam as inadequações relatadas:

Cozinha da UE Silvestre Fernandes	Cozinha Casa Escola Arlindo Cunha

Manifestação da Unidade Examinada:

A conclusão esposada pela equipe de fiscalização acima estampada tem conteúdo puramente interpretativo. Enseja, portanto, juízo de valor que pode ser objeto de discordância.

A Administração Pública de Bacuri não concorda com a referida conclusão. Repita-se que Bacuri é um município pobre, dos mais pobre da federação.

Derivam daí limitações de toda ordem, econômica, financeira e até de material humano.

Nesse quadro, age a Gestão Pública, dentro do que lhe é possível fazer, em face das condições materiais disponíveis, reveladas pela estrutura física das escolas e pela disposição e atuação das pessoas que compõem a comunidade escolar.

Por isso que, em que pese sejam frequentemente passadas orientações sobre armazenamento e formas de preparo da alimentação escolar, muitas vezes não são cumpridas pelos destinatários.

Por fim, o laudo técnico da nutricionista do Município, a que alude o relatório, data de maio/2012 e aponta a necessidade de adequação na infra-estrutura física, o que implica em reformas das instalações.

Ora, a fiscalização foi em outubro/12, ou seja, cerca de cinco meses da emissão do laudo, tempo claramente insuficiente para a realização de qualquer reforma de instalações.

Por outro lado, não procede também a inferência de que não há controle de estoque do fornecimento da merenda escolar.

O controle existe. Não se pode exigir que, no nível cultural do ambiente escolar das escolas públicas de Bacuri, haja e se exija controles padronizados, baseados em sofisticadas técnicas contábeis (PEPS ou similar), porque agir assim seria miragens não factíveis.

Se é certo que o ambiente faz o homem, não menos certo também é que o homem faz o ambiente. As limitações de ambos são mutuamente reflexíveis."

Análise do Controle Interno:

Não procede a justificativa dos gestores municipais do Programa de que o ponto "tem conteúdo puramente interpretativo", já que as inconsistências relacionadas às condições inadequadas de armazenamento, controle e preparo da merenda escolar foram decorrentes de vistoria "in loco" realizadas pela equipe de fiscalização da CGU/MA às dependências dos imóveis das unidades escolares, com os devidos registros fotográficos, e de relatório emitido pela nutricionista contratada pela Administração Municipal.

Sobre o tempo exíguo para melhoria da infra-estrutura, registrado nas alegações dos gestores municipais do Programa, com base nas irregularidades apontadas pela nutricionista em seu relatório de maio/2012, não há registro documental nem físico de obras e serviços com vista à adequação das instalações dos imóveis das unidades escolares às condições estabelecidas na Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009.

Ponto mantido.

2.1.4.8. Constatação:

Ausência de realização de pesquisa de mercado dos itens que compõem a planilha de custo da proposta apresentada no edital da Licitação.

Fato:

No período em exame (janeiro/2011 a setembro/2012), a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA contratou, mediante a instrução de 02 (dois) processos licitatórios, modalidade Pregão Presencial, a aquisição de merenda escolar destinada à rede municipal da Educação Básica, cujo valor total foi de R$ 1.417.966,00 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e seis reais).

O quadro abaixo informa os dados básicos das contratações:

Programa	Licitação	Contrato	Objeto	Valor	Empresa contratada	
					Denominação	CNPJ
Pnae	Pregão Presencial nº 04/29011/CPL	Nº 13/PP/04/2011/CPL	Aquisição de gêneros alimentícios	744.590,00	R. José Mendes Comércio	23.613.623/0001-35
	Pregão Presencial nº 08/29012/CPL	Nº 210/PP/08/2012/CPL	Aquisição de gêneros alimentícios	673.376,00	W. Costa Mendes	07.897.605/0001-76
Total				1.417.966,00		

Da análise dos processos referentes aos 02 (dois) Pregões Presenciais constantes do demonstrativo acima, constatou-se a ausência de pesquisa preliminar de preços (Lei nº 8.666/ 1993, art. 43, incisos IV e V; e Acórdãos TCU nºs nº 1.182/2004, 1.945/2006, ambos do Plenário).

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o prefeito municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Mais uma vez, a conclusão esposada pela equipe de fiscalização acima estampada tem conteúdo puramente interpretativo, juízo de valor que desafia a discordância da Administração Pública de Bacuri, que não concorda com a referida conclusão.

"A assertiva de ausência de pesquisa preliminar de preços não corresponde à realidade. Segundo a legislação aplicável, é permitido ao órgão licitante dispor e se valer de um banco de dados evolutivo dos preços praticados no mercado, sobremodo quando se tratar de procedimentos licitatórios rotineiros, como é o caso da aquisição da merenda escolar, que se repete anualmente.

"Por tais razões, pode o ente federado, ao acompanhar rotineiramente a evolução dos preços de mercado, valer-se desse banco de dados como parâmetro para suas avaliações e procedimentos.

"Não houve condução do certame pelo pregoeiro Linelson Ribeiro Rodrigues, mas simples assessoramento técnico deste à Comissão Permanente de Licitação, que é composta por servidores integrantes do Quadro de Funcionários do Município de Bacuri.

"O assessoramento externo à CPL se deu pela necessidade de que os procedimentos licitatórios – sabidamente de alta complexidade – fossem assessorados por pessoa especializada junto à Comissão Permanente de Licitação.

"Assim, a atuação do Sr. Linelson Ribeiro Rodrigues, enquanto assessor, não revela nenhuma ilegalidade.

"A inferência de que os pareceres jurídicos não cumprem sua finalidade são também uma interpretação unilateral da equipe de fiscalização que não tem a atribuição de substituir o gestor e/ou o servidor no desempenho de suas funções.

"O servidor tem direito de agir legitimamente dentro da esfera de suas atribuições.

"A assertiva de que o edital não pode se socorrer supletivamente da incidência do Decreto n. 3.555/2000, por se tratar de ato regulamentar de âmbito federal é uma ilação sem conteúdo jurídico.

"O entre federado possui, enquanto tal, autonomia para regulamentar livremente seus procedimentos internos, inclusive em caráter suplementar, quando entender necessário.

“Neste contexto, pode, se entender oportuno, evocar a incidência de normativos de caráter federal, para que sirvam como suporte jurídico supletivo aos procedimentos da Administração Municipal.

“Nisto não há nenhuma irregularidade.

“A ilação de que exigência de presença física do licitante (sic) no certame é uma cláusula de barreira não tem procedência.

“A uma porque o licitante é o ente federado que patrocina a licitação.

“A duas, porque por definição, a modalidade optada pela Administração foi “PREGÃO PRESENCIAL”.

“A três, porque é ônus das empresas que pretendem participar de certames públicos dispor de pessoal para participar dos certames.

“A quatro, porque a exigência foi genérica, abstrata e uniforme, ou seja, atingiu a todos os interessados de modo igual.

“A cinco, porque a Administração Pública pode sim, impor, como condição de validade, para garantia da fiscalização correta dos procedimentos, que os candidatos à licitação se façam presentes nos atos do certame, sendo esta uma condição de lisura e transparência.

“Tudo isto se repete às exigências de comprovação de qualificação técnica presentes no Edital, que simplesmente expressam o desiderato da Administração Pública de garantir a consecução da finalidade do ato.

“Por fim, a Administração Pública não possui nenhum controle e/ou ingerência na participação de interessados em licitações públicas, sendo irrelevante, para si, que tenham se apresentados [sic] um, dois ou mais interessados.

“Por todas estas razões, não há que se falar em direcionamento ou irregularidade nos processos licitatórios em epígrafe".

Análise do Controle Interno:

Justificativa não acatada. Ponto mantido.

Com relação ao item (a), o dispositivo da Lei nº 8.666/1993 citado acima (art. 43, incisos IV e V) é claro ao prever que as propostas devem estar de acordo com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços. Aqui, não há ressalva legal quanto a "procedimentos licitatórios rotineiros". Em suma, o processo não fora instruído com a devida comprovação de realização de pesquisa preliminar de preços junto a três fornecedores, e ainda que esta não seja a única opção disponível ao gestor, não houve comprovação de balizamento de preços, pela administração, conforme o fixado por órgão oficial competente, ou a partir dos constantes do sistema de registro de preços ou dos praticados no âmbito de outros órgãos e entidades da Administração Pública (art. 15, V). A propósito, nesse mesmo sentido é o Acórdão TCU nº 1.945/2006 - Plenário, citado na constatação, dentre outros.

2.1.4.9. Constatação:

Exigências no Edital que restrigem a competividade dos fornecedores.

Fato:

No período em exame (janeiro/2011 a setembro/2012), a Prefeitura Municipal de Bacuri/MA contratou, mediante a instrução de 02 (dois) processos licitatórios, modalidade Pregão Presencial, a aquisição de merenda escolar destinada à rede municipal da Educação Básica, cujo valor total foi de R$ 1.417.966,00 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e seis reais). O

quadro abaixo informa os dados básicos das contratações:

Programa	Licitação	Contrato	Objeto	Valor	Empresa contratada	
					Denominação	CNPJ
Pnae	Pregão Presencial nº 04/29011/CPL	Nº 13/PP/04/2011/CPL	Aquisição de gêneros alimentícios	744.590,00	R. José Mendes Comércio	23.613.623/0001-35
	Pregão Presencial nº 08/29012/CPL	Nº 210/PP/08/2012/CPL	Aquisição de gêneros alimentícios	673.376,00	W. Costa Mendes	07.897.605/0001-76
Total				1.417.966,00		

Da análise dos processos referentes aos 02 (dois) Pregões Presenciais inseridos no demonstrativo acima, constataram-se irregularidades que restringem à competividade entre os fornecedores:

a) Os editais dos pregões sob análise, em seu preâmbulo, preveem que os certames serão regidos, dentre outros normativos, pelo Decreto nº 3.555/2000. E o mesmo decreto consta como parâmetro normativo para os itens 8.1 a 8.3 dos instrumentos convocatórios. Ora, trata-se de ato regulamentar da referida modalidade em âmbito federal, não aplicável aos municípios;

b) O item 3.7 dos editais prevê que "não serão aceitos os envelopes enviados via correios, transportadora ou outros". Tal previsão, ao exigir (sem autorização legal) a presença física do licitante no certame, constitui verdadeira cláusula de barreira à participação de empresas que não desejem ou não possam enviar representantes à sessão de abertura de envelopes, tendo sido inclusive vedada em deliberações do egrégio TCU (Decisão TCU nº 355/2001 – Plenário, e Acórdão TCU nº 596/2007 – Plenário);

c) Para a comprovação da qualificação técnica, no item 6.6.1 dos editais exigiu-se a apresentação de 02 atestados, o que também se constitui em cláusula restritiva ao caráter competitivo, por fixar quantitativo único (mínimo e máximo) de documentos, a ser observado pelas empresas interessadas (Acórdãos TCU nºs 1.025/2003, 539/2007, 739/2007, 1.706/2007 e 43/2008, todos do Plenário); e

d) No item 6.6.3 dos editais, exigiu-se apresentação de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente como condição para habilitação no certame. Aqui o vício é de interpretação da lei, uma vez que o edital prevê a possibilidade de inabilitação de empresas, entendendo a administração que a licitante deveria apresentar declaração de não haver fato superveniente, quando a lei determina a obrigatoriedade de apresentação de declaração positiva, ou seja, apenas no caso de sobrevir fato impeditivo (Lei nº 8.666/1993, art. 32, §2º).

Por último, registre-se que a falta de competividade é uma prática costumeira, na Prefeitura Municipal de Bacuri/MA. De doze licitações analisadas, dos exercícios de 2011 e 2012, nas modalidades concorrência e pregão, dez atraíram somente uma empresa interessada e nos outros dois certames, somente dois licitantes.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o prefeito municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Mais uma vez, a conclusão esposada pela equipe de fiscalização acima estampada tem conteúdo puramente interpretativo, juízo de valor que desafia a discordância da Administração Pública de Bacuri, que não concorda com a referida conclusão.

"A assertiva de ausência de pesquisa preliminar de preços não corresponde à realidade. Segundo a legislação aplicável, é permitido ao órgão licitante dispor e se valer de um banco de dados evolutivo dos preços praticados no mercado, sobremodo quando se tratar de procedimentos licitatórios rotineiros, como é o caso da aquisição da merenda escolar, que se repete anualmente.

"Por tais razões, pode o ente federado, ao acompanhar rotineiramente a evolução dos preços de mercado, valer-se desse banco de dados como parâmetro para suas avaliações e procedimentos.

"Não houve condução do certame pelo pregoeiro Linelson Ribeiro Rodrigues, mas simples assessoramento técnico deste à Comissão Permanente de Licitação, que é composta por servidores

integrantes do Quadro de Funcionários do Município de Bacuri.

“O assessoramento externo à CPL se deu pela necessidade de que os procedimentos licitatórios – sabidamente de alta complexidade – fossem assessorados por pessoa especializada junto à Comissão Permanente de Licitação.

“Assim, a atuação do Sr. Linelson Ribeiro Rodrigues, enquanto assessor, não revela nenhuma ilegalidade.

“A inferência de que os pareceres jurídicos não cumprem sua finalidade são também uma interpretação unilateral da equipe de fiscalização que não tem a atribuição de substituir o gestor e/ou o servidor no desempenho de suas funções.

“O servidor tem direito de agir legitimamente dentro da esfera de suas atribuições.

“A assertiva de que o edital não pode se socorrer supletivamente da incidência do Decreto n. 3.555/2000, por se tratar de ato regulamentar de âmbito federal é uma ilação sem conteúdo jurídico.

“O entre federado possui, enquanto tal, autonomia para regulamentar livremente seus procedimentos internos, inclusive em caráter suplementar, quando entender necessário.

“Neste contexto, pode, se entender oportuno, evocar a incidência de normativos de caráter federal, para que sirvam como suporte jurídico supletivo aos procedimentos da Administração Municipal.

“Nisto não há nenhuma irregularidade.

“A ilação de que exigência de presença física do licitante (sic) no certame é uma cláusula de barreira não tem procedência.

“A uma porque o licitante é o ente federado que patrocina a licitação.

“A duas, porque por definição, a modalidade optada pela Administração foi “PREGÃO PRESENCIAL”.

“A três, porque é ônus das empresas que pretendem participar de certames públicos dispor de pessoal para participar dos certames.

“A quatro, porque a exigência foi genérica, abstrata e uniforme, ou seja, atingiu a todos os interessados de modo igual.

“A cinco, porque a Administração Pública pode sim, impor, como condição de validade, para garantia da fiscalização correta dos procedimentos, que os candidatos à licitação se façam presentes nos atos do certame, sendo esta uma condição de lisura e transparência.

“Tudo isto se repete às exigências de comprovação de qualificação técnica presentes no Edital, que simplesmente expressam o desiderato da Administração Pública de garantir a consecução da finalidade do ato.

“Por fim, a Administração Pública não possui nenhum controle e/ou ingerência na participação de interessados em licitações públicas, sendo irrelevante, para si, que tenham se apresentados [sic] um, dois ou mais interessados.

“Por todas estas razões, não há que se falar em direcionamento ou irregularidade nos processos licitatórios em epígrafe".

Análise do Controle Interno:

Justificativa não acatada. Ponto mantido.

Com relação ao fato de o edital ser expressamente regido pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, muito embora se trate aqui de um aspecto meramente formal inerente à sua elaboração, o qual inclusive deveria ser objeto de observação pela assessoria jurídica, concorda-se, naturalmente, que (1) o município tem "autonomia para regulamentar livremente seus procedimentos internos, inclusive em caráter suplementar, quando entender necessário", e (2) que eventualmente o ente "pode, se entender oportuno, evocar a incidência de normativos de caráter federal, para que sirvam como suporte jurídico supletivo aos procedimentos da Administração Municipal". *In casu,* porém, nada disso ocorreu. Não há qualquer documento, expediente ou normativo da prefeitura contendo tal previsão. A mera previsão de submissão do edital ao referido decreto, no próprio edital, não se confunde com o ato regulamentar municipal que poderia prever a utilização de texto já existente, a princípio aplicável em outro nível da administração pública, pelo município.

No atinente à cláusula restritiva de exigência de presença física do licitante no certame, destaque-se, inicialmente, que causa espécie a afirmação do gestor, de que "não tem procedência" a constatação, porque "o licitante é o ente federado que patrocina a licitação". A Lei nº 10.520/2002, que trata do Pregão (modalidade da espécie), em todas as oportunidades, refere-se ao "licitante" como sendo o interessado em participar e vencer o certame (art. 3º, IV; art. 4º, XII a XVI, XVIII, XX, XI e XIII; art. 5º, II; art. 12). Na Lei nº 8.666/1993, ocorre o mesmo.

Ademais, o fato de a licitação ser "presencial" não autoriza a administração a exigir a presença física dos representantes das empresas como condição de participação no certame.

Por exemplo, o art. 109, §1º, da Lei nº 8.666/1993 (que somente possui modalidades "presenciais") prevê, para as modalidades abrangidas por esse normativo, que é possível a participação de empresas em licitações sem a presença física de seus representantes ou prepostos: se não houver, na sessão, a presença de pelo menos um representante de empresa participante de licitação regida pela Lei nº 8.666/1993, a administração deve obrigatoriamente publicar na imprensa oficial a informação relativa à habilitação (abrindo prazo para recursos) e, posteriormente, ao julgamento das propostas (abrindo, novamente, prazo para recursos). E conforme o art. 9º da Lei nº 10.520/2002, aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666/1993.

Por isso mesmo, com relação ao Pregão, o próprio TCU, no manual de Licitações e Contratos – Orientações Básicas (Secretaria de Controle Interno, 2003), informa que, nessa modalidade, caso o licitante não tenha interesse em participar da fase de lances verbais, pode remeter os envelopes ao órgão ou entidade licitadora da melhor forma que encontrar.

Com relação à exigência de quantidade mínima de 02 atestados de qualificação técnica, constante do no item 6.6.1 do edital, o gestor informou que "simplesmente expressam o desiderato da Administração Pública de garantir a consecução da finalidade do ato", para depois, afirmar, em contradição, que "a Administração Pública não possui nenhum controle e/ou ingerência na participação de interessados em licitações públicas, sendo irrelevante, para si, que tenham se apresentados [sic] um , dois ou mais interessados" (grifamos). A jurisprudência citada na constatação é uníssona e dispensa maiores comentários.

2.2. PROGRAMA: 2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação Fiscalizada
Ação: 2.2.1. 4014 - CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA **Objetivo da Ação:** Realizar, anualmente, em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, por escola, a coleta de informações estatístico-educacionais referentes a matrículas e docência, para subsidiar o planejamento e a gestão da Educação nas esferas governamentais.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215618	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 31/12/2011

Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Levantamento detalhado das escolas e do aluno da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.	

2.2.1.1. Constatação:

Não conformidade no lançamento de dados no Censo Escolar da Educação Básica: Alunos da amostra não constantes dos registros da escola (diários de classe ou fichas de matrícula).

Fato:

Constatou-se que os seguintes alunos informados no Censo Escolar não constam dos diários de classe ou fichas de matrícula apresentados:

Escola	Sem Diário de Classe	Sem Ficha de Matrícula
UE Branca de Neve	-	V. A. F. I. C. C.
UE João Goulart	-	V. N.
UE Miguel Nery	-	R. S.
UI Valezia Campelo	P. R. T. F. A. F. C. L. C. G.	-

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente sem número, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri (MA) apresentou a seguinte justificativa:

"As não conformidades constatadas se referem a erro material no lançamento de dados do Censo."

Análise do Controle Interno:

O gestor reconheceu a ocorrência das inconformidades relatadas. Assim, a constatação permanece no relatório.

2.2.1.2. Constatação:

Falta de supervisão do Censo Escolar da Educação Básica pelo Conselho do FUNDEB.

Fato:

Da análise da atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, relativamente à tarefa de supervisionar o Censo Escolar da Educação Básica, conforme art. 24 da Lei nº 11.494/2007, constatou-se a ausência de registros de sua atuação nesse processo.

Na análise do livro de atas do conselho, verificou-se que foram realizadas apenas duas reuniões durante o exercício de 2011. As reuniões ocorreram nos dias 12.01.2011 e 14.02.2011. Nesses encontros houve somente a análise da documentação comprobatória das receitas e despesas realizadas em novembro/2010 e dezembro/2010, respectivamente.

Constatou-se, ainda, que não há evidências de que os membros do conselho receberam capacitação para a avaliação do Censo Escolar.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3. MINISTERIO DA SAUDE

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 30/12/2005 a 30/09/2012:

* Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros
* GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL
* PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA
* PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
* IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MUNICÍPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE DE REGIÕES METROPOLITANAS OU REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RIDE)
* IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

3.1. PROGRAMA: 0145 - Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros

Ação Fiscalizada
Ação: 3.1.1. 0145 - Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros **Objetivo da Ação:** Realização de gastos voltados à expansão da estratégia de Saúde da Família e da rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica resolutiva, de qualidade, integral e humanizada.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216428	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 1.405.889,00
Objeto da Fiscalização: Licitações realizadas sem restrição de competitividade às empresas interessadas; materiais e serviços adquiridos a preços de mercado; recursos utilizados exclusivamente na atenção básica em saúde.	

3.1.1.1. Constatação:

Não oferecimento da contrapartida municipal da atenção básica.

Fato:

De 01/01/2012 a 30/09/2012, a União repassou ao Município de Bacuri os seguintes recursos para

aplicação no Bloco de Atenção Básica/SUS:

PAB FIXO						
Competência	**Número da OB**	**Data OB**	**Banco OB**	**Agência OB**	**Conta OB**	**Valor (R$)**
dez/11	800220	05/01/12	1	1485-0	10712-3	31.824,33
jan/12	802808	08/02/12	1	1485-0	10712-3	31.824,33
fev/12	807198	07/03/12	1	1485-0	10712-3	31.824,33
mar/12	811370	05/04/12	1	1485-0	10712-3	31.824,33
mar/12	818380	02/07/12	1	1485-0	10712-3	2.940,25
abr/12	813393	27/04/12	1	1485-0	10712-3	31.824,33
abr/12	821635	01/08/12	1	1485-0	10712-3	2.940,25
mai/12	816145	31/05/12	1	1485-0	10712-3	34.764,58
jun/12	820086	11/07/12	1	1485-0	10712-3	34.764,58
jul/12	824459	14/08/12	1	1485-0	10712-3	34.764,58
ago/12	826864	04/09/12	1	1485-0	10712-3	34.764,58
set/12	831056	05/10/12	1	1485-0	10712-3	34.764,58
TOTAL						**338.825,05**

PAB VARIÁVEL – AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE						
Competência	**Número da OB**	**Data OB**	**Banco OB**	**Agência OB**	**Conta OB**	**Valor (R$)**
jan/12	804630	22/02/12	1	1485-0	10712-3	36.750,00
jan/12	821671	01/08/12	1	1485-0	10712-3	5.929,00
fev/12	807821	14/03/12	1	1485-0	10712-3	26.130,00
mar/12	811558	11/04/12	1	1485-0	10712-3	42.679,00
abr/12	814571	11/05/12	1	1485-0	10712-3	42.679,00
mai/12	817385	15/06/12	1	1485-0	10712-3	42.679,00
jun/12	820308	16/07/12	1	1485-0	10712-3	42.679,00
jul/12	824543	15/08/12	1	1485-0	10712-3	42.679,00
ago/12	828188	14/09/12	1	1485-0	10712-3	42.679,00
TOTAL						**324.883,00**

PAB VARIÁVEL – COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS						
Competência	**Número da OB**	**Data OB**	**Banco OB**	**Agência OB**	**Conta OB**	**Valor (R$)**
dez/11	800407	06/01/12	1	1485-0	10712-3	5.086,18
jan/12	821781	01/08/12	1	1485-0	10712-3	5.308,74
fev/12	821699	01/08/12	1	1485-0	10712-3	5.308,74
mar/12	821727	01/08/12	1	1485-0	10712-3	5.308,74
abr/12	821754	01/08/12	1	1485-0	10712-3	5.308,74
mai/12	824317	13/08/12	1	1485-0	10712-3	5.308,74
jun/12	824344	13/08/12	1	1485-0	10712-3	5.308,74
jul/12	825633	24/08/12	1	1485-0	10712-3	5.308,74
ago/12	828601	18/09/12	1	1485-0	10712-3	5.308,74
TOTAL						**47.556,10**

PAB VARIÁVEL – PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE						
Competência	**Número da OB**	**Data OB**	**Banco OB**	**Agência OB**	**Conta OB**	**Valor (R$)**
dez/11	805632	29/02/12	1	1485-0	10712-3	49.245,00
TOTAL						**49.245,00**

PAB VARIÁVEL – SAÚDE BUCAL - SB						
Competência	**Número da OB**	**Data OB**	**Banco OB**	**Agência OB**	**Conta OB**	**Valor (R$)**
dez/11	800328	06/01/12	1	1485-0	10712-3	22.050,00
jan/12	805479	29/02/12	1	1485-0	10712-3	22.050,00
fev/12	808906	27/03/12	1	1485-0	10712-3	12.600,00
mar/12	812242	16/04/12	1	1485-0	10712-3	22.050,00
mar/12	828924	21/09/12	1	1485-0	10712-3	1.365,00
abr/12	815118	21/05/12	1	1485-0	10712-3	20.070,00
mai/12	817417	15/06/12	1	1485-0	10712-3	23.415,00
jun/12	820462	18/07/12	1	1485-0	10712-3	23.415,00
jul/12	825268	22/08/12	1	1485-0	10712-3	23.415,00
ago/12	828394	18/09/12	1	1485-0	10712-3	23.415,00
TOTAL						**193.845,00**

PAB VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA - SF						
Competência	**Número da OB**	**Data OB**	**Banco OB**	**Agência OB**	**Conta OB**	**Valor (R$)**
dez/11	800270	05/01/12	1	1485-0	10712-3	70.350,00
jan/12	805145	29/02/12	1	1485-0	10712-3	70.350,00
fev/12	807895	15/03/12	1	1485-0	10712-3	40.200,00
mar/12	812175	16/04/12	1	1485-0	10712-3	70.350,00
mar/12	828728	19/09/12	1	1485-0	10712-3	4.515,00
abr/12	815068	18/05/12	1	1485-0	10712-3	74.865,00
mai/12	817463	15/06/12	1	1485-0	10712-3	74.865,00
jun/12	820398	18/07/12	1	1485-0	10712-3	74.865,00
jul/12	824591	17/08/12	1	1485-0	10712-3	74.865,00
ago/12	828224	14/09/12	1	1485-0	10712-3	74.865,00
TOTAL						**630.090,00**

O total de repasses feitos pelo governo federal no período é de R$ 1.584.333,15.

Não houve oferecimento de contrapartida estadual, e não restou comprovado o oferecimento da contrapartida municipal nos meses examinados (Política Nacional de Atenção Básica. Portaria MS nº 2.488/2011, Anexo).

O gestor apresentou à CGU justificativa, na qual afirma que a contrapartida municipal "não é depositada em conta no Bloco de Atenção Básica". Ainda segundo o gestor, "a contrapartida é feita através de investimentos em ações da atenção básica tais como: aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as Unidades Básicas de Saúde, capacitação para Agentes Comunitários

de Saúde e serviços gráficos na confecção de formulários utilizados pelos profissionais da saúde".

Especificamente em relação à capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde, que seria a destinação de parte da suposta contrapartida oferecida, é importante destacar que o gestor informou à CGU, no mesmo documento, que "na Secretaria Municipal de Saúde não existe um processo institucionalizado de educação permanente com projeto pedagógico para os profissionais da saúde", dentre os quais se insere o ACS. De acordo com o gestor, "no entanto, a Secretaria dá as condições para os mesmos participarem de capacitações, cursos promovidos pela Secretaria de Estado da Saúde, Ministério da Saúde e Prefeitura". Faz referência, ainda, à Jornada Pedagógica realizada pela Secretaria Municipal de Educação, nos dias 28/05 a 01/06/2012, na qual foram realizadas "oficinas temáticas" para os profissionais da saúde.

Ora, o fato de o evento referido ter sido organizado pela Secretaria Municipal de Educação, tendo o "Comprometimento, cidadania e diversidade na Educação" como tema, e apenas tangencialmente abordado a área da saúde (e ainda assim não sendo voltada especificamente para atenção básica), não torna as despesas realizadas pela prefeitura nessa jornada elegíveis para o efeito de oferecimento de contrapartida do Bloco sob análise.

Muito especificamente em relação ao pagamento da remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde, o Município tem pago a esses profissionais o valor repassado pela União, que atualmente é de R$ 871,00/mês, além do incentivo adicional nesse mesmo valor a título de 13º salário, também recebido da União. No entanto, nenhum dos ACS recebeu, em 2012, quando do gozo das férias, 1/3 adicional (CF/1998, art. 7º, XVII; e Lei Municipal nº 131/1997, art. 76), parcela que ficaria a cargo do Município.

Não foram apresentados à CGU os documentos comprobatórios de nenhuma das despesas indicadas a título de contrapartida.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.1.1.2. Constatação:

Pagamento com crédito em conta de titular divergente do fornecedor ou prestador de serviço.

Fato:

De acordo com o Decreto Federal nº 7.507/2011, os recursos da saúde devem ser mantidos na conta específica aberta para o bloco, ou seja, vedada a transferência para outras contas. Além disso, a movimentação dos recursos deve ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

Não obstante, foram identificados os seguintes repasses feitos da conta nº 10712-3 para outras contas que não as dos respectivos fornecedores ou prestadores de serviços, quais sejam:

BENEFICIÁRIO	CONTA CREDITADA	DATA	TITULAR DA CONTA	VALOR (R$)
Malba Barros Costa	Banco 001 Ag. 2953 c/c 10387-X	13/01/12	Reginaldo Pereira Fonseca	9.000,00
		05/03/12		9.000,00
		25/05/12		9.000,00
		22/06/12		9.000,00

		25/07/12		9.000,00
		27/08/12		9.000,00
TOTAL				**54.000,00**
Silvana Francelina dos Santos Augenstein	Banco 001 Ag. 1485-0 c/c 9565319-8	12/06/12	Volnei Augenstein	2.500,00
		18/07/12		2.580,00
		27/08/12		2.500,00
		27/08/12		580,00
TOTAL				**8.160,00**

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Expediente S/N, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Os pagamentos foram feitos corretamente na conta corrente do titular. Ocorre que os beneficiários possuem conta corrente conjunta com seus respectivos cônjuges, que são os primeiros titulares das aludidas contas. Todavia, os pagamentos foram feitos para quem de direito".

Análise do Controle Interno:

Justificativa não acatada. Ponto mantido.

O gestor não comprovou informação segundo a qual as contas seriam conjuntas.

3.1.1.3. Constatação:

Realização de pagamentos sem a devida comprovação de despesa (recibos, notas fiscais etc.).

Fato:

De 01/01/2012 a 30/09/2012 foram realizados os seguintes débitos na conta nº 10712-3, sem a devida comprovação da despesa (recibos, notas fiscais etc.):

DATA	CONTA CREDITADA	TITULAR DA CONTA	VALOR (R$)
13/01/12	Banco 001 Ag. 3650 c/c 8822-6	Maykiely Thais Garcia Ribeiro	3.000,00
05/03/12	Banco 001 Ag. 3650 c/c 8822-6	Maykiely Thais Garcia Ribeiro	3.500,00
25/05/12	Banco 001 Ag. 1639 c/c 12506-7	Wilson Pereira de Carvalho Filho	5.000,00
25/05/12	Banco 001 Ag. 2645 c/c 17024-0	Jorgiana Santos da Silva	5.000,00
29/06/12	Banco 001 Ag. 3650 c/c 8822-6	Maykiely Thais Garcia Ribeiro	500,00
02/08/12	Banco 001 Ag. 0566 c/c 20494	D. W. Costa Mendes	15.000,00

27/08/12	Banco 001 Ag. 1485 c/c 8986-9	Valdenor Vicente de Sousa Junior	8.000,00
27/08/12	Banco 001 Ag. 1485 c/c 11291-7	Damires Amorim	3.150,00
27/08/12	Banco 001 Ag. 1485 c/c 11357-3	Paulo Ricardo Morais Silva	1.200,00
31/08/12	Banco 001 Ag. 5784 c/c 669-6	Katheriny Dias Carneito Freire	3.000,00
TOTAL			**47.350,00**

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.1.1.4. Constatação:

Não comprovação de realização de licitação ou da formalização de processo de contratação direta mediante dispensa ou inexigibilidade.

Fato:

De 01/01/2012 a 30/09/2012, foram realizados os seguintes débitos na conta nº 10712-3, relativos a pagamentos de fornecedores e prestadores de serviços que não compõem as equipes do PSF:

BENEFICIÁRIO	DATA DÉBITO c/c 10712-3	CONTA CREDITADA	VALOR (R$)	OBJETO	LICITAÇÃO, DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE
A. M. Silva Clin. Saúde da Mulher (41.477.084/0001-36)	15/06/12	Banco 237 Ag. 1037-5 c/c 21004-8	1.022,27	Leitura de lâminas	**Não disponibilizado**
TOTAL			**1.022,27**		
Centrograf Serv. e Com. (04.151.872/0001-01)	18/07/12	Banco 001 Ag. 1611 c/c 24662-X	3.331,00	Fichas, Banner etc.	**Não disponibilizado**
TOTAL			**3.331,00**		
Dismabel (63.571.095/0001-13)	13/01/12	Banco 001 Ag. 2555 c/c 18898-0	6.260,40	Equip. Médico Hospitalar	Pregão Presencial nº 04/2012
	16/02/12		8.000,80		
	27/04/12		8.000,20		
	14/06/12		1.441,50		
	26/06/12		10.009,20		
	16/08/12		9.985,40		
	12/09/12		15.021,00		
TOTAL			**58.718,50**		

D. W. Costa Mendes (07.897.605/ 0001-76)	02/08/12	Banco 001 Ag. 0566 c/c 20494-3	15.000,00	Material Expediente	Pregão Presencial nº 07/2012
TOTAL			**15.000,00**		
Gidean de Oliveira Souza (794.336.503-87)	13/01/12	Banco 001 Ag. 1485 c/c 11380-8	3.000,00	Transporte	**Não disponibilizado**
	05/03/12		3.000,00		
	27/03/12		3.000,00		
TOTAL			**9.000,00**		
J. J. R. Viana (41.480.591/0001-29)	04/09/12	Banco 001 Ag. 0020 c/c 40281-8	11.125,80	Equip. Médico Hospitalar	**Não disponibilizado**
			9.600,00		
TOTAL			**20.725,80**		
J. V. Sarges (08.885.909/0001-86)	14/06/12	Banco 001 Ag. 0020 c/c 52230-9	8.148,50	Camisas, Jalecos etc.	**Não disponibilizado**
	27/07/12		8.148,50		
TOTAL			**16.297,00**		
L. M. Fonseca (02.561.721/0001-04)	13/01/12	Banco 001 Ag. 2972 c/c 12599-7	5.150,23	Equip. Médico Hospitalar	**Não disponibilizado**
	15/02/12		1.669,38		
	15/02/12		2.374,86		
	15/02/12		7.350,00		
	15/02/12		4.175,70		
	27/04/12		774,20		
	27/04/12		4.615,19		
	27/04/12		3.625,10		
	26/06/12		2.555,46		
	26/06/12		458,20		
	27/07/12		8.982,79		
TOTAL			**41.731,11**		
M. de Sousa Pavão (09.399.095/0001-32)	03/01/12	Banco 001 Ag. 1485 c/c 9609-1	2.784,50	Combustível	Pregão Presencial nº 02/2012
	01/03/12		812,80		
	13/03/12		1.485,80		
	13/04/12		3.087,40		
	27/08/12		3.103,40		
TOTAL			**11.273,90**		
Paulo Ricardo M. Silva (826.996.403-44)	13/01/12	Banco 001 Ag. 1485 c/c 11357-3	1.200,00	Transporte	**Não disponibilizado**
	05/03/12		1.200,00		
	27/03/12		1.200,00		
TOTAL			**3.600,00**		
S. J. S. Mesquita (07.723.054/0001-24)	20/04/12	Banco 001 Ag. 2954 c/c 90000-1	3.830,01	Equip. Informática	**Não disponibilizado**
	14/06/12		1.550,00		
TOTAL			**5.380,01**		

Conforme demonstrado acima, dos onze fornecedores e prestadores de serviço beneficiários de pagamentos com recursos da conta nº 10712-3, apenas três foram contratados a partir de processos licitatórios disponibilizados pela prefeitura de Bacuri à CGU.

Com relação aos demais (oito), cujos valores pagos totalizam R$ 101.087,19, não foi disponibilizado à CGU nenhum processo de licitação, de dispensa ou inexigibilidade, nem os contratos celebrados.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Expediente S/N, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Os processos licitatórios estão sendo apresentados em anexo".

Análise do Controle Interno:

O ponto resta mantido, em função da apresentação dos processos somente após a comunicação ao gestor para a manifestação administrativa (em que pese a solicitação inicial de documentos da CGU se referir a "todos" os processos licitatórios realizados para contratações envolvendo os recursos do programa), e, sobretudo em virtude da necessidade de análise posterior do conteúdo das licitações disponibilizadas.

3.1.1.5. Constatação:

Irregularidades diversas em processo licitatório, tais como ausência de pesquisa preliminar de preços, existência de cláusulas editalícias restritivas ao caráter competitivo do certame, dentre outras.

Fato:

A análise do processo referente ao Pregão Presencial CPL nº 04/2012, que teve por objeto a aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares, revelou as seguintes irregularidades:

a) ausência de pesquisa preliminar de preços (Lei nº 8.666/ 1993, art. 43, incisos IV e V; e Acórdãos TCU nºs nº 1.182/2004, 1.945/2006, ambos do Plenário);

b) o certame fora conduzido pelo pregoeiro Linelson Ribeiro Rodrigues (designado pela Portaria GP nº 01/2011), que, no entanto, não é servidor da prefeitura - presta serviços por meio de escritório de assessoria (Lei nº 10.520/2002, art. 3º, IV);

c) o parecer jurídico, da lavra do advogado Luiz Henrique Falcão Teixeira (OAB-MA nº 3.827), limita-se a informar que "após análise da minuta do edital e da minuta do contrato, dou parecer regular do ponto de vista jurídico. Pois foram obedecidas as exigências da Lei n.º 8.666/93 de 21 de Junho de 1.993, e suas alterações.". Cuida-se de peça sucinta, com texto padrão presente em vários outros processos licitatórios realizados no Município de Bacuri (a exemplo dos Pregões nºs 02, 03, 04 e 07, todos de 2012), que não adentra efetivamente na análise das minutas disponibilizadas e que sequer cita a legislação específica da modalidade Pregão (Lei nº 10.520/2002) ou analisa o enquadramento jurídico da contratação. De se notar que, conforme será mostrado abaixo, o edital contém uma série de vícios, inclusive com cláusulas restritivas à competitividade;

d) o edital do pregão sob análise, em seu preâmbulo, prevê que o certame será regido, dentre outros normativos, pelo Decreto nº 3.555/2000. O Mesmo decreto consta como parâmetro normativo para os itens 8.1 a 8.3 do instrumento convocatório. Ora, trata-se de ato regulamentar da referida modalidade em âmbito federal, não aplicável aos municípios;

e) o item 3.7 do edital prevê que "não serão aceitos os envelopes enviados via correios, transportadora ou outros". Tal previsão, ao exigir (sem autorização legal) a presença física do licitante no certame, constitui verdadeira cláusula de barreira à participação de empresas que não desejem ou não possam enviar representantes à sessão de abertura de envelopes, tendo sido inclusive vedada em deliberações do egrégio TCU (Decisão TCU nº 355/2001 – Plenário, e Acórdão TCU nº 596/2007 – Plenário);

f) para a comprovação da qualificação técnica, no item 6.6.1 do edital, exigiu-se a apresentação de dois atestados, o que também se constitui em cláusula restritiva ao caráter competitivo, por fixar quantitativo único (mínimo e máximo) de documentos a ser observado pelas empresas interessadas (Acórdãos TCU nºs 1.025/2003, 539/2007, 739/2007, 1.706/2007 e 43/2008, todos do Plenário);

g) no item 6.6.3 do edital, exigiu-se apresentação de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente como condição para habilitação no certame. Aqui o vício é de interpretação da lei, uma vez que o edital prevê a possibilidade de inabilitação de empresas, entendendo a administração que o licitante deveria apresentar declaração de não haver fato superveniente, quando a lei determina a obrigatoriedade de apresentação de declaração positiva, ou seja, apenas no caso de sobrevir fato impeditivo (Lei nº 8.666/1993, art. 32, §2º);

A empresa Dismabel Distribuidora de Soros (CNPJ 63.571.095/0001-13), única participante do certame, sagrou-se vencedora em todos os itens, com propostas unitárias que totalizaram R$ 699.804,60. A propósito, convém informar que das doze licitações (que geraram despesas em diversas áreas, incluindo saúde e educação) analisadas pela CGU nas modalidades Pregão e Concorrência (Pregões nºs 02, 04, 05, 06 e 13/2011; 02, 03, 04, 07, 08 e 09/2012; Concorrência nº 01/2011), dez atraíram somente uma empresa interessada – os outros dois processos restantes contaram com apenas duas empresas participantes.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Expediente S/N, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Mais uma vez, a conclusão esposada pela equipe de fiscalização acima estampada tem conteúdo puramente interpretativo, juízo de valor que desafia a discordância da Administração Pública de Bacuri, que não concorda com a referida conclusão.

A assertiva de ausência de pesquisa preliminar de preços não corresponde à realidade. Segundo a legislação aplicável, é permitido ao órgão licitante dispor e se valer de um banco de dados evolutivo dos preços praticados no mercado, sobremodo quando se tratar de procedimentos licitatórios rotineiros, como é o caso da aquisição de medicamentos, que se repete anualmente.

Por tais razões, pode o ente federado, ao acompanhar rotineiramente a evolução dos preços de mercado valer-se desse banco de dados como parâmetro para suas avaliações e procedimentos.

Não houve condução do certame pelo pregoeiro Linelson Ribeiro Rodrigues, mas simples assessoramento técnico deste à Comissão Permanente de Licitação, que é composta por servidores integrantes do Quadro de Funcionários do Município de Bacuri.

O assessoramento externo à CPL se deu pela necessidade de que os procedimentos licitatórios – sabidamente de alta complexidade – fossem assessorados por pessoa especializada junto à Comissão Permanente de Licitação.

Assim, a atuação do Sr. Linelson Ribeiro Rodrigues, enquanto assessor, não revela nenhuma ilegalidade.

A inferência de que os pareceres jurídicos não cumprem sua finalidade são também uma interpretação unilateral da equipe de fiscalização que não tem a atribuição de substituir o gestor e/ou o servidor no desempenho de suas funções.

O servidor tem direito de agir legitimamente dentro da esfera de suas atribuições.

A assertiva de que o edital não pode se socorrer supletivamente da incidência do Decreto n. 3.555/2000, por se tratar de ato regulamentar de âmbito federal é uma ilação sem conteúdo jurídico.

O entre federado possui, enquanto tal, autonomia para regulamentar livremente seus procedimentos internos, inclusive em caráter suplementar, quando entender necessário.

Neste contexto, pode, se entender oportuno, evocar a incidência de normativos de caráter federal, para que sirvam como suporte jurídico supletivo aos procedimentos da Administração Municipal.

Nisto não há nenhuma irregularidade.

A ilação de que exigência de presença física do licitante (sic) no certame é uma cláusula de barreira não tem procedência.

A uma porque o licitante é o ente federado que patrocina a licitação.

A duas, porque por definição, a modalidade optada pela Administração foi "PREGÃO PRESENCIAL".

A três porque é ônus das empresas que pretendem participar de certames públicos dispor de pessoal para participar dos certames.

A quatro, porque a exigência foi genérica, abstrata e uniforme, ou seja, atingiu a todos os interessados de modo igual.

A cinco, porque a Administração Pública pode sim, impor, como condição de validade, para garantia da fiscalização correta dos procedimentos, que os candidatos à licitação se façam presentes nos atos do certame, sendo esta uma condição de lisura e transparência.

Tudo isto se repete às exigências de comprovação de qualificação técnica presentes no Edital, que simplesmente expressam o desiderato da Administração Pública de garantir a consecução da finalidade do ato.

Por fim, a Administração Pública não possui nenhum controle e/ou ingerência na participação de interessados em licitações públicas, sendo irrelevante, para si, que tenham se apresentados um , dois ou mais interessados.

Por todas estas razões, não há que se falar em direcionamento ou irregularidade nos processos licitatórios em epígrafe".

Análise do Controle Interno:

Justificativa não acatada. Ponto mantido.

Com relação ao item (a), o dispositivo da Lei nº 8.666/1993 citado acima (art. 43, incisos IV e V) é claro ao prever que as propostas devem estar de acordo com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços. Aqui, não há ressalva legal quanto a "procedimentos licitatórios rotineiros". Em suma, o processo não fora instruído com a devida comprovação de realização de pesquisa preliminar de preços junto a três fornecedores, e ainda que esta não seja a única opção disponível ao gestor, não houve comprovação de balizamento de preços conforme fixado por órgão oficial competente, ou a partir dos valores constantes do sistema de registro de preços ou praticados no âmbito de outros órgãos e entidades da Administração Pública (art. 15, V). A propósito, nesse mesmo sentido é o Acórdão TCU nº 1.945/2006 - Plenário, citado na constatação, dentre outros.

Quanto ao fato de Linelson Ribeiro Rodrigues atuar como pregoeiro da Prefeitura, destaque-se, novamente, que ele foi designado pela Portaria GP nº 01/2011, a qual, inclusive, consta do processo em tela. Ademais, não afasta o ponto a informação de que ele presta "simples assessoramento técnico à Comissão Permanente de Licitação", eis que não há que se falar em CPL na modalidade Pregão. Por fim, de se notar que o gestor corrobora a informação de que o Sr. Linelson não é servidor da Prefeitura, o que pode ser confirmado também por meio da GFIP e da RAIS.

Quanto ao conteúdo do parecer jurídico, é patente que tal documento não cumpriu seu objetivo fundamental: constituir-se em elemento de análise confiável sobre as cláusulas editalícias. O texto padrão do documento, presente em outros processos licitatórios do Município, sugere que todas as minutas de editais tiveram o mesmo conteúdo, o que, naturalmente, não é verdade, até porque os objetos das diversas licitações foram distintos. Como consequência, o edital restou contaminado

com várias cláusulas restritivas à competição. Aliás, veja-se o que diz o Acórdão TCU nº 2.333/2011 - Primeira Câmara: "faça constar em seus pareceres jurídicos eventuais posições jurídicas divergentes sobre o tema em análise, de forma a fornecer aos gestores melhores subsídios às tomadas de decisões".

Com relação ao fato de o edital ser expressamente regido pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, muito embora se trate aqui de um aspecto meramente formal inerente à sua elaboração, o qual inclusive deveria ser objeto de observação pela assessoria jurídica, concorda-se, naturalmente, que (1) o Município tem "autonomia para regulamentar livremente seus procedimentos internos, inclusive em caráter suplementar, quando entender necessário", e que (2) eventualmente o ente "pode, se entender oportuno, evocar a incidência de normativos de caráter federal, para que sirvam como suporte jurídico supletivo aos procedimentos da Administração Municipal". *In casu,* porém, nada disso ocorreu. Não há qualquer documento, expediente ou normativo da Prefeitura contendo tal previsão. A mera previsão de submissão do edital ao referido Decreto, no próprio edital, não se confunde com o ato regulamentar municipal que poderia prever a utilização de texto já existente, a princípio aplicável em outro nível da Administração Pública, pelo Município.

No atinente à cláusula restritiva de exigência de presença física do licitante no certame, destaque-se, inicialmente, que está equivocada a afirmação do gestor de que "não tem procedência" a constatação, porque "o licitante é o ente federado que patrocina a licitação". A Lei nº 10.520/2002, que trata do Pregão (modalidade da espécie), em todas as oportunidades, refere-se ao "licitante" como sendo o interessado em participar e vencer o certame (art. 3º, IV; art. 4º, XII a XVI, XVIII, XX, XI e XIII; art. 5º, II; art. 12). Na Lei nº 8.666/1993, ocorre o mesmo.

Ademais, o fato de a licitação ser "presencial" não autoriza a administração a exigir a presença física dos representantes das empresas como condição de participação no certame.

Por exemplo, o art. 109, §1º, da Lei nº 8.666/1993 (que somente possui modalidades "presenciais") prevê, para as modalidades abrangidas por esse normativo, que é possível a participação de empresas em licitações sem a presença física de seus representantes ou prepostos: se não houver, na sessão, a presença de pelo menos um representante de empresa participante de licitação regida pela Lei nº 8.666/1993, a administração deve obrigatoriamente publicar na imprensa oficial a informação relativa à habilitação (abrindo prazo para recursos) e, posteriormente, ao julgamento das propostas (abrindo, novamente, prazo para recursos). E, conforme o art. 9º da Lei nº 10.520/2002, aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666/1993.

Por isso mesmo, com relação ao Pregão, o próprio TCU, no manual de Licitações e Contratos – Orientações Básicas (Secretaria de Controle Interno, 2003), informa que, nessa modalidade, caso o licitante não tenha interesse em participar da fase de lances verbais, pode remeter os envelopes ao órgão ou entidade licitadora da melhor forma que encontrar.

Com relação à exigência de quantidade mínima de dois atestados de qualificação técnica, constante no item 6.6.1 do edital, o gestor informou que "simplesmente expressam o desiderato da Administração Pública de garantir a consecução da finalidade do ato", para depois, afirmar, em contradição, que "a Administração Pública não possui nenhum controle e/ou ingerência na participação de interessados em licitações públicas, sendo irrelevante, para si, que tenham se apresentados um , dois ou mais interessados".

A Administração Pública pode exigir atestados para habilitação técnica, a fim de garantir a consecução da finalidade do ato, desde que tal exigência não seja desarrazoada. Exigir número mínimo de atestados implica limitação ao caráter competitivo do certame.

Não houve manifestação sobre o item (g).

3.1.1.6. Constatação:

Despesas inelegíveis realizadas com recursos do PAB.

Fato:

De 01/01/2012 a 30/09/2012, conforme demonstrado anteriormente, foram realizados diversos débitos na conta nº 10712-3, relativos a pagamentos de fornecedores ou prestadores de serviços que não compõem as equipes do PSF, dos quais se destacam os seguintes:

BENEFICIÁRIO	DATA DÉBITO c/c 10712-3	CONTA CREDITADA	VALOR (R$)	OBJETO
J. V. Sarges (08.885.909/0001-86)	14/06/12	Banco 001 Ag. 0020 c/c 52230-9	8.148,50	Camisas, Jalecos etc.
	27/07/12		8.148,50	
TOTAL			**16.297,00**	
M. de Sousa Pavão (09.399.095/0001-32)	03/01/12	Banco 001 Ag. 1485 c/c 9609-1	2.784,50	Combustível
	01/03/12		812,80	
	13/03/12		1.485,80	
	13/04/12		3.087,40	
	27/08/12		3.103,40	
TOTAL			**11.273,90**	
S. J. S. Mesquita (07.723.054/0001-24)	20/04/12	Banco 001 Ag. 2954 c/c 90000-1	3.830,01	Equip. Informática
	14/06/12		1.550,00	
TOTAL			**5.380,01**	

Tais despesas caracterizam-se como inelegíveis e não poderiam ser pagas à conta do PAB, tendo em vista que:

a) De acordo com as Notas Fiscais nºs 111 e 114, os pagamentos realizados à empresa J. V. Sarges se referem à aquisição de 1.000 camisas em malha (algodão) com a logomarca do evento, 30 jalecos com logomarca e 7.000 sacos porta-objeto com "corda na boca". Observe-se, inicialmente, que nenhum evento específico na área da saúde fora relatado à CGU ou teve sua realização comprovada pela Prefeitura, ao passo que é improvável que as ações da atenção básica demandem a aquisição de 7.000 sacos porta-objeto com "corda na boca" - a população do Município, segundo o IBGE, era de 16.687 habitantes em 2011. Por outro lado, em função da sucinta descrição dos produtos especificados nas NFs, não é possível confirmar a finalidade dos jalecos com logomarca.

b) Os pagamentos feitos à empresa M. de Sousa Pavão dizem respeito à aquisição de combustíveis pela Prefeitura de Bacuri. Como a Prefeitura não dispõe de veículos próprios para o transporte de pacientes e membros da ESF em seu território, aluga veículos junto a terceiros (pessoas físicas) e arca com os custos de abastecimento. Os veículos alugados de duas pessoas físicas não são movidos a Diesel, razão pela qual são indevidas as despesas com os 1.812 litros desse combustível, constantes das NF's nºs 127, 147, 154, 161 e 188, no valor de R$ 3.962,35. Ademais, face à ausência de controle dos abastecimentos por secretaria ou por ação de governo, são emitidas notas abrangendo todo o consumo da Prefeitura, nos mais diversos programas, como o transporte escolar, por exemplo. Também em decorrência da inexistência de controles internos da Prefeitura e dos contratados (que recebem quantia fixa por mês, independente da quilometragem percorrida), é impossível aferir a quantidade de gasolina efetivamente utilizada para ações da atenção básica.

c) As despesas pagas à empresa S. J. S. Mesquita referem-se a equipamentos de informática, mais precisamente hardwares, tais como gabinete de CPU, gravadores de DVD, pentes de memória, HDs, *pen-drive*, *notebook* e software (antivírus Kaspersky). Considerando que das seis UBS cadastradas no CNES, cinco não possuem computador, e que a única que dispõe de computador é o Centro de Saúde São João Batista, no qual funciona, exatamente na "sala de computação", a própria Secretaria de Saúde do Município, conclui-se que as aquisições acabam por beneficiar a saúde como um todo (inclusive outras áreas, como apoio administrativo e Vigilância em Saúde, que funciona no mesmo

prédio) e não apenas a atenção básica.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.2. PROGRAMA: 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL

Ação Fiscalizada
Ação: 3.2.1. 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL **Objetivo da Ação:** Cabe ao Conselho Municipal de Saúde atuar na formulação e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social. Para recebimento de recursos federais na área da saúde, os Municípios devem contar com: Fundo de Saúde; Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto n° 99.438, de 7/8/2012; Plano de Saúde; Relatórios de Gestão que permitam o controle da conformidade da aplicação dos recursos repassados com a programação aprovada.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216171	**Período de Exame:** 30/09/2010 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Os municípios e o Distrito Federal, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, competindo-lhes, entre outros: I-organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica dentro do seu território; II-Incluir a proposta de organização da Atenção Básica e da forma de utilização dos recursos do PAB Fixo e Variável, nos Planos de Saúde; III-Inserir preferencialmente a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde; IV-Organizar o fluxo de usuários; V-Garantir infra-estrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (recursos materiais, equipamentos e insumos); VI-Selecionar, contratar e remunerar os profissionais de saúde. (As demais competências dos municípios constam da Portaria 648/2006).	

3.2.1.1. Constatação:

O Plano Municipal de Saúde não tem estrutura e conteúdo conforme legislação.

Fato:

Em resposta à solicitação da CGU, o Gestor disponibilizou o Plano Municipal de Saúde 2010-2013. A análise de conformidade do documento revelou o seguinte:

a) ausência de previsão de contrapartida municipal (Lei nº 8.142/1990, art. 4º, III e V; Decreto nº 1.232/1994, art. 2º; e Portaria MS nº 3.332/2006);

b) ausência de previsão de existência do Plano de Carreira, Cargos e Salários para todos os profissionais da saúde (Lei nº 8.142/1990, art. 4º, VI);

c) ausência de quadros de metas para a saúde (NOAS SUS 01/2002. Portaria MS nº 2.048/2009,

Anexo II. Capítulo III);

d) ausência de programação das ações da Atenção Básica a partir de sua base territorial (Política Nacional de Atenção Básica. Portaria MS nº 648/2006, Anexo, Capítulo I, Item 2.1, VII);

e) ausência de previsão da infraestrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (Política Nacional de Atenção Básica. Portaria MS nº 648/2006, Anexo, Capítulo I, Item 2.1, V);

f) ausência de previsão de aplicação de recursos na Assistência Farmacêutica (Portarias MS nºs 2.982/2009, art. 5º, §2º; e 4.217/2010, art. 14); e

g) ausência de previsão de aplicação de recursos na Vigilância em Saúde (Portaria MS nº 3.252/2009, Anexo, art. 31).

Por fim, observe-se que não houve Programação Anual de Saúde para o exercício de 2010; e, quanto às programações de 2011 e 2012, estas não preveem os recursos orçamentários necessários ao seu cumprimento (Portaria MS nº 3.332/2006, art. 3º, §1º), nem a previsão de recursos para a Assistência Farmacêutica (Portaria MS nº 4.217/2010, art. 14).

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Expediente S/N, recebido em 20/12/2012, o prefeito municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"O Plano Municipal de Saúde é um documento elaborado pela equipe de gesto [sic] da Saúde Municipal, que o confecciona segundo seu conhecimento e avaliação pessoal. A assertiva é, pois, puramente interpretativa."

Análise do Controle Interno:

Justificativa não acatada. Ponto mantido.

Ao contrário do afirmado pelo Gestor, o conteúdo do Plano Municipal de Saúde deve ser elaborado de acordo com a legislação vigente citada no texto da constatação. Não é demais lembrar que "os órgãos federais responsáveis pelos programas conservarão a autoridade normativa e exercerão controle e fiscalização indispensáveis sobre a execução local, condicionando-se a liberação dos recursos ao fiel cumprimento dos programas e convênios" (Decreto-Lei nº 200/1967, art. 10, §6º).

3.2.1.2. Constatação:

O Conselho Municipal de Saúde não respeita a composição paritária na distribuição das vagas dos conselheiros; não tem recebido informações do gestor sobre suas contas e atividades; e o governo municipal não garantiu o pleno funcionamento do CMS, por meio de dotação orçamentária própria, secretaria executiva e estrutura administrativa suficiente para seu funcionamento.

Fato:

A partir de solicitação feita pela CGU, o gestor disponibilizou diversos documentos relativos à designação dos membros do CMS em Bacuri, conforme a tabela abaixo:

CONSELHEIRO	SEGMENTO	MANDATO 12/04/2010 a 12/04/2012*
Titular: G. A. A. G. **Suplente:** J. O. R.	Governo	Portarias GP nºs 26/2010 e 35/2010
Titular: Z. C. de O. **Suplente:** V. M. de M. A. S.	Governo	Portarias GP nºs 27/2010 e 34/2010
Titular: R. S. G. **Suplente:** J. R. de S.	Governo	Portarias GP nºs 28/2010 e 33/2010
Titular: E. M. B. S. **Suplente:** A. Y. F. C.	Trabalhadores da Saúde	Portarias GP nºs 25/2010 e 32/2010
Titular: L. R. de S. **Suplente:** M. J. dos S. N.	Trabalhadores da Saúde	Portarias GP nºs 24/2010 e 31/2010
Titular: A. C. de C. **Suplente:** J. P. L. F.	Trabalhadores da Saúde	Portarias GP nºs 14/2010 e 23/2010
Titular: I. C. C. C. **Suplente:** N. C. F.	Usuários	Portarias GP nºs 17/2010 e 29/2010
Titular: M. R. L. **Suplente:** L. F.	Usuários	Portarias GP nºs 20/2010 e 20-A/2010
Titular: G. J. da S. **Suplente:** A. C. S.	Usuários	Portarias GP nºs 22/2010 e 22-A/2010
Titular: J. F. M. F. **Suplente:** T. D. M. F.	Usuários	Portarias GP nºs 19/2010 e 19-A/2010
Titular: J. L. dos S. C. **Suplente:** C. S. P.	Usuários	Portarias GP nºs 21/2010 e 21-A/2010
Titular: J. L. V. C. **Suplente:** M. J. dos S. C. L.	Usuários	Portarias GP nºs 18/2010 e 18-A/2010

* Todos os mandatos foram prorrogados até 12/04/2013 por meio da Portaria GP nº 13-A/2012.

De acordo com o demonstrado acima, o CMS é composto por 12 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 3 vagas (25%) do segmento "governo", 3 vagas (25%) do segmento "trabalhadores da saúde", e 6 vagas (50%) do segmento "usuários".

Observe-se que, à primeira vista, o CMS parece ter a proporção preconizada pelas Resoluções CNS nºs 333/2003 e 453/2012.

No entanto, análise detida dos nomes dos conselheiros do segmento "usuários" revela que pelo menos 2 deles ocupam cargos de confiança na prefeitura de Bacuri (códigos nºs 255 e 958 da folha de pagamento), o que interfere na autonomia representativa do conselheiro, gerando impedimento da representação do segmento respectivo (Resoluções CNS nºs 333/2003 e 453/2012).

Ademais, a partir de entrevista realizada junto a membros do CMS, foram identificadas as seguintes deficiências na atuação do colegiado:

a) o CMS não dispõe de estrutura administrativa adequada nem apoio técnico, em desacordo com as Resoluções CNS nºs 333/2003 e 453/2012. As reuniões do CMS ocorrem em sala não exclusiva, improvisada na UBS Irmã Clara (sede do município de Bacuri) e que não comporta a totalidade de membros. Não há computador na sala.

Sala não exclusiva de reunião do CMS/Bacuri, localizada na UBS Irmã Clara.

Medicamentos da UBS armazenados na sala de reuniões do CMS.

b) o CMS, nos anos de 2010 e 2011, não contou com dotação orçamentária na LOA (Resoluções CNS nºs 333/2003 e 453/2012);

c) os membros do CMS dos segmentos "não-governo" desconhecem o funcionamento dos programas de saúde executados no município, a ponto de não terem sido capazes de responder, em entrevista realizada, o significado da sigla PAB (Piso de Atenção Básica);

d) os membros do CMS dos segmentos "não-governo" afirmaram nunca ter tido acesso a processos licitatórios, notas fiscais, comprovantes de pagamento e folhas-de-pagamento dos profissionais que compõem as equipes de PSF. E todos os conselheiros (de todos os segmentos) informaram que nunca tiveram acesso aos relatórios mensais da origem e da aplicação dos recursos, ao demonstrativo sintético de execução orçamentária e ao demonstrativo detalhado das principais despesas da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica. Portaria GM nº 648/2006, Anexo, Capítulo III, Item 2; e Portaria MS nº 2.488/2011, Anexo).

Por fim, registre-se o CMS ainda não atualizou o Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde – SIACS (Resolução CNS nº 453/2012; vigência a partir de 06/06/2012).

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.2.1.3. Constatação:

Os Relatórios Anuais de Gestão do anos de 2010 e 2011 não têm estrutura e conteúdo conforme legislação

Fato:

Foram identificadas as seguintes falhas no processo de prestação de contas dos recursos da saúde:

a) não foi realizada audiência pública trimestral na câmara de vereadores, para apresentação de relatório circunstanciado referente a sua atuação no período, entre 30/09/2010 a 15/01/2012 (Lei nº 8.689/1993, art. 12);

b) igualmente, não foi realizada audiência pública na câmara de vereadores nos meses de maio e setembro de 2012 para apresentação de relatório circunstanciado referente a sua atuação no último quadrimestre (Lei Complementar nº 141/2012, art. 36, caput e §5º);

c) a partir de 16/01/2012, não houve ampla divulgação, em meios eletrônicos de acesso público, das

prestações de contas periódicas (quadrimestrais) da área da saúde, para consulta e apreciação dos cidadãos e de instituições da sociedade, com ênfase na comprovação do cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 141/2012, na aplicação de percentual mínimo com ações de saúde; e na avaliação do Conselho de Saúde sobre a gestão do SUS no âmbito do município (Lei Complementar nº 141/2012, art. 31);

d) não foram apresentados ao CMS, quando da prestação de contas e apresentação do Relatório Anual de Gestão dos anos de 2010 e 2011, os relatórios mensais da origem e da aplicação dos recursos, o demonstrativo sintético de execução orçamentária e o demonstrativo detalhado das principais despesas da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica. Portaria MS nº 648/2006, Anexo, Capítulo III, Item 2; e Portaria MS nº 2.488/2011, Anexo);

e) o Relatório Anual de Gestão de 2010 não contém a análise sucinta da execução da Programação Anual de Saúde (Portaria MS nº 3.176/2008, Art. 7º), nem o demonstrativo de aplicação de recursos da Assistência Farmacêutica (Portaria MS nº 4.217/2010, art. 14).

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.3. PROGRAMA: 2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Ação Fiscalizada
Ação: 3.3.1. 20AD - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA **Objetivo da Ação:** Realizar acompanhamento sistemático utilizando as fiscalizações feitas por intermédio dos Sorteios Públicos de Municípios, enfatizando-se a atuação da prefeitura e das Equipes de Saúde da Família ? ESF. Analisar o banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde ? CNES para identificar multiplicidade de vínculos, confrontando-o com a base de dados do SIAPE-DW ou da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215852	**Período de Exame:** 01/01/2012 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Atuação Gestor Municipal Unidades Básicas de Saúde adequadamente estruturadas, materiais e equipamentos disponibilizados aos profissionais, profissionais selecionados e contratados conforme a legislação, dados inseridos corretamente no SIAB e CNES, atendimento prestado adequadamente às famílias, carga horária semanal cumprida pelos profissionais do PSF.	

3.3.1.1. Constatação:

Contratação de profissionais da ESF em desacordo com a legislação vigente, e não oferecimento de curso introdutório a esses profissionais.

Fato:

O Tribunal de Contas da União tem admitido as seguintes formas de contratação dos membros da ESF: Concurso Público (CF, art. 37, II); Termo de Parceria firmado com OSCIP (Lei nº 9.790/1999); e Contrato de Gestão celebrado com Organização Social (Lei nº 9.637/1998). Tal

entendimento consta, por exemplo, dos Acórdãos n°s 1.146/2003 e 1.566/2012 - Plenário, e 2.578/2004 – 1ª Câmara.

As tabelas a seguir trazem os casos de contratação de membros da ESF como autônomos, sem processo de seleção, por meio de contrato por tempo determinado, com a consequente inobservância ao princípio da impessoalidade, uma vez que os profissionais são contratados de acordo com o ânimo do gestor:

ESF São João Batista – Sede		
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**
M. B. C.	MEDICO	Contrato prazo determinado
L. C. P. P.	AUX. SAUDE BUCAL	Contrato prazo determinado
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.		

ESF São João Batista – Povoados Campinho e Santa Maria		
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**
J. S. da S.	CIR. DENTISTA	Contrato prazo determinado
V. P. de S.	ENFERMEIRO	Contrato prazo determinado
V. V. de S. Jr.	MEDICO	Contrato prazo determinado
J. R.	AUX. SAUDE BUCAL	Contrato prazo determinado
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.		

ESF Maria Clara Pereira – Povoado Madragoa		
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**
J. L. A. D.	ENFERMEIRO	Contrato prazo determinado
W. P. de C. F.	MEDICO	Contrato prazo determinado
V. F. S.	AUX. SAUDE BUCAL	Contrato prazo determinado
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.		

ESF Nazaré Borges Pereira – Povoado São Paulo		
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**
S. A. P.	CIR. DENTISTA	Contrato prazo determinado
D. A. A.	ENFERMEIRO	Contrato prazo determinado
J. G. A. S.	MEDICO	Contrato prazo determinado
E. da C. R. M.	TEC. DE ENFERM.	Contrato prazo determinado
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.		

ESF Irmã Clara – Sede		
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**

L. C. P. P. Jr.	CIR. DENTISTA	Contrato prazo determinado
J. O. R.	ENFERMEIRO	Contrato prazo determinado
R. P. F.	MEDICO	Contrato prazo determinado
E. de F. A.	AUX. SAUDE BUCAL	Contrato prazo determinado
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.		

ESF José Lima Portugal – Povoado Portugal		
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**
J. A. L.	ENFERMEIRO	Contrato prazo determinado
W. C. M.	MEDICO	Contrato prazo determinado
N. S.	AUX. SAUDE BUCAL	Contrato prazo determinado
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.		

ESF Rosinha Moreira – Povoado Trajano Marques		
Nome	**CBO**	**VÍNCULO FORMALIZADO**
E. de F. Nasc. B.	ENFERMEIRO	Contrato prazo determinado
A. L. e S.	MEDICO	Contrato prazo determinado
Obs.: Lista extraída do CNES em 08/2012.		

Ademais, não foram oferecidos cursos introdutórios de capacitação aos membros da ESF, incluindo os ACS, em desacordo com a Política Nacional de Atenção Básica (Portarias MS nºs 648/2006 e 2.488/2011) e com a Lei nº 11.350/2006, art. 6º.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Expediente S/N, recebido em 20/12/2012, o prefeito municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"O Município realizou dois concursos públicos visando a seleção e admissão de servidores para essa finalidade. Todavia, nos dois momentos não houve inscritos e/ou aprovados nos aludidos certames. Em face disto, para evitar que os programas fossem desativados, o que representaria maior prejuízo para a população, os profissionais foram contratados sob regime temporário especial".

Análise do Controle Interno:

Justificativa não acatada. Ponto mantido.

O gestor não comprovou ter efetivamente realizado, sem sucesso, dois concursos públicos para a seleção e admissão de membros da ESF.

Além das hipóteses admitidas de contratação para estes profissionais, conforme citado acima, há jurisprudência pacífica vedando sua contratação quer por meio de contrato temporário previsto na CF/1988, art. 37, IX (Adin's STF nºs 1.500 e 3.430), quer por intermédio de Cooperativas (Acórdãos TCU n°s 2.578/2004 e 4.218/2010, Primeira Câmara; RE STF nº 445167), quer através de licitação (Decisões TCU nºs 128/1993, 334/1995, 885/1997, Plenário; Acórdãos TCU nºs 71/2003, 76/2003, 307/2003 e 712/2007, Plenário) - em todos esses casos, principalmente por se tratar de atuação em área finalística: atendimento em saúde.

A contratação de profissional autônomo sem concurso, por meio de contrato firmado diretamente entre a prefeitura e este, sem qualquer processo que assegure a observância aos princípios da legalidade e da impessoalidade, é hipótese que não encontra respaldo na legislação.

Por fim, não houve manifestação sobre o não oferecimento de cursos introdutórios de capacitação aos membros da ESF, incluindo os ACS.

3.3.1.2. Constatação:

Profissionais da ESF com incompatibilidade de horários.

Fato:

Com relação aos membros da equipe de saúde da família que atuam no município de Bacuri, foram identificados os seguintes casos de profissionais com mais de um vínculo e incompatibilidade de horários, a partir de consulta feita ao CNES/Ministério da Saúde:

Nome	Cargo	Estabelecimento	CNES	Município/ Prefeitura	Carga-Horária Semanal
A. B. S. DE C.	CIRURGIAO DENTISTA CLINICO GERAL	CENTRO DE SAUDE CLODOMIR P. COSTA	2464624	SÃO LUÍS	20
	CIRURGIAO DENTISTA CLINICO GERAL	UPA SOCORRINHO I	2697955	SÃO LUÍS	18
	CIRURGIAO DENTISTA PSF	UNIDADE MISTA SAO JOAO BATISTA	2463989	BACURI	40
TOTAL					**78 h**
R. P. F.	MEDICO PSF	CENTRO DE SAUDE IRMA CLARA	3386031	BACURI	40
	MEDICO ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA	HOSPITAL MUN. SOCORRAO II	2308800	SÃO LUÍS	8
	MEDICO ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA	HOSPITAL ESTADUAL TARQUINIO L. FILHO	2646536	SÃO LUÍS	20
	MEDICO ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA	INSTITUTO DE MEDICINA DO MA	5417767	SÃO LUÍS	15
TOTAL					**83 h**
V. V. DE S. JR.	MEDICO CLINICO	UNIDADE MISTA SAO JOAO BATISTA	2463989	BACURI	10
	MEDICO CLINICO	HOSPITAL BIBI MONTELO	3386023	BACURI	20
	MEDICO PSF	UNIDADE MISTA SAO JOAO BATISTA	2463989	BACURI	40
	MEDICO CIRURGIAO GERAL	UNIDADE MISTA SAO JOAO BATISTA	2463989	BACURI	10
TOTAL					**80 h**
W. P. DE C. F.	MEDICO CLINICO	UNIDADE MISTA NOSSA SENHORA DE FATIMA	2306522	APICUM-AÇU	30
	MEDICO PSF	CENTRO DE SAUDE NAZARE B. PEREIRA	3386015	BACURI	40
	MEDICO PSF	UNIDADE BASICA DE SAUDE PORTINHO	2613808	SERRANO DO MA	40
TOTAL					**110 h**

W. C. M.	MEDICO ACUPUNTURISTA	INSTITUTO ACUMPUNTURA DO MA	3266559	SÃO LUÍS	2
	MEDICO CLINICO	HOSPITAL HU-UFMA	2726653	SÃO LUÍS	20
	MEDICO PSF	UBS MARIA CLARA PEREIRA	3386007	BACURI	40
TOTAL					**62 h**

O TCU tem admitido como limite máximo, em casos de acumulação permitida de funções, cargos ou empregos públicos, a jornada de trabalho de 60 horas semanais (Acórdãos TCU nºs 82/2003, 2.860/2004, 155/2005, 667/2008, 1.588/2008, 556/2009 e 1.511/2009, da Primeira Câmara, e 3.294/2006, 54/2007, 371/2007, 380/2007 e 2.035/2007, da Segunda Câmara). A propósito, nos quatro primeiros casos acima, sequer fora obedecido o limite de 2 vínculos públicos por profissional de saúde (CF/1988, art. 37, XVI, c).

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

Ação Fiscalizada
Ação: 3.3.2. 20AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE **Objetivo da Ação:** Apoio à assistência farmacêutica básica mediante transferência de recursos a estados e municípios destinados ao custeio dos medicamentos de uso na atenção básica presentes na RENAME vigente, além do custeio direto pelo MS das insulinas e contraceptivos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215438	**Período de Exame:** 01/06/2011 a 30/09/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 133.836,08
Objeto da Fiscalização: Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS, promovendo o acesso da população aos medicamentos dos componentes básico da assistência farmacêutica.	

3.3.2.1. Constatação:

Irregularidades diversas em processos licitatórios, tais como ausência de pesquisa preliminar de preços, existência de cláusulas editalícias restritivas ao caráter competitivo do certame e indício de conluio entre administração e as empresas participantes, dentre outras.

Fato:

De 30/09/2011 a 30/09/2012, a Prefeitura Municipal de Bacuri realizou os seguintes gastos na aplicação de recursos do Bloco de Assistência Farmacêutica/SUS:

DATA	CONTA DEBITADA	BENEFICIÁRIO	CONTA CREDITADA	VALOR (R$)	nº NF	LICITAÇÃO DE ORIGEM
16/11/2011	Banco 001 Ag. 1485-0 c/c 5411-9	J J R Viana (41.480.591/0001-29)	Banco 001 Ag. 0020-5 c/c 40281-8	25.825,10	1162	Pregão Presencial CPL nº 02/2011
16/11/2011	Banco 001 Ag. 1485-0 c/c 10711-5			16.275,25	1079	
13/01/2012				9.521,35	1408	
28/02/2012				9.000,17	1680	Pregão Presencial CPL nº 03/2012
25/05/2012				9.459,31	2047	
25/05/2012				18,506,55	2056	
27/07/2012				12.891,09	2358	
03/09/2012				15.729,54	2527	
TOTAL				**98.701,81**		

A análise do processo referente ao Pregão Presencial CPL nº 02/2011 revelou as seguintes irregularidades:

a) ausência de pesquisa preliminar de preços (Lei nº 8.666/ 1993, art. 43, incisos IV e V; e Acórdãos TCU nºs nº 1.182/2004, 1.945/2006, ambos do Plenário);

b) o certame fora conduzido pelo pregoeiro Linelson Ribeiro Rodrigues (designado pela Portaria GP nº 01/2011), que não é servidor da prefeitura - presta serviços por meio de escritório de assessoria (Lei nº 10.520/2002, art. 3º, IV);

c) o parecer jurídico, da lavra do advogado Luiz Henrique Falcão Teixeira (OAB-MA nº 3.827), limita-se a informar que "após análise da minuta do edital e da minuta do contrato, dou PARECER REGULAR do ponto de vista jurídico (sic) foram obedecidas as exigências da Lei n.º 8.666/93 de 21 de Junho de 1 993 (sic), e suas alterações, como também a Lei 10520 (sic)". Cuida-se de peça sucinta, com texto padrão presente em vários outros processos licitatórios realizados no município de Bacuri (a exemplo dos Pregões nºs 02, 03, 04 e 07, todos de 2012), que não adentra efetivamente na análise das minutas disponibilizadas, e que sequer analisa o enquadramento jurídico da contratação. De se notar que, conforme será mostrado abaixo, o edital contém uma série de vícios, inclusive com cláusulas restritivas à competitividade;

d) o edital do pregão sob análise, em seu preâmbulo, prevê que o certame será regido, dentre outros normativos, pelo Decreto nº 3.555/2000. E o mesmo decreto consta como parâmetro normativo para os itens 8.1 a 8.3 do instrumento convocatório. Ora, trata-se de ato regulamentar da referida modalidade em âmbito federal, não aplicável aos municípios;

e) o item 3.7 do edital prevê que "não serão aceitos os envelopes enviados via correios, transportadora ou outros". Tal previsão, ao exigir (sem autorização legal) a presença física do licitante no certame, constitui verdadeira cláusula de barreira à participação de empresas que não desejem ou não possam enviar representantes à sessão de abertura de envelopes, tendo sido inclusive vedada em deliberações do egrégio TCU (Decisão TCU nº 355/2001 – Plenário, e Acórdão TCU nº 596/2007 – Plenário);

f) para a comprovação da qualificação técnica, no item 6.6.1 do edital exigiu-se a apresentação de 02 atestados, o que também se constitui em cláusula restritiva ao caráter competitivo, por fixar quantitativo único (mínimo e máximo) de documentos, a ser observado pelas empresas interessadas (Acórdãos TCU nºs 1.025/2003, 539/2007, 739/2007, 1.706/2007 e 43/2008, todos do Plenário);

g) no item 6.6.3 do edital, exigiu-se apresentação de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente como condição para habilitação no certame. Aqui o vício é de interpretação da lei, uma vez que o edital prevê a possibilidade de inabilitação de empresas, entendendo a administração que a licitante deveria apresentar declaração de não haver fato superveniente, quando a lei determina a obrigatoriedade de apresentação de declaração positiva, ou seja, apenas no caso de sobrevir fato impeditivo (Lei nº 8.666/1993, art. 32, §2º);

h) a prefeitura de Bacuri procedeu à publicação do aviso de licitação no DOU de 21/01/2011 fixando a realização do certame para 04/02/2011, ao passo que outro aviso, publicado no DOE-MA também em 21/01/2011, fixou a sessão para o dia 03/02/2011. Diante da divergência entre as datas marcadas, não restaria outra alternativa à administração senão a republicação dos avisos, marcando a licitação para data única, *ex vi* do art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/1993. Além de não ter ocorrido a republicação, soou estranho o fato de o pregoeiro ter encaminhado formalmente às duas únicas empresas que constam como participantes do certame (Castro Comércio e Representações e J. J. R. Viana) comunicados (nºs 03 e 04, respectivamente, ambos datados de 01/02/2011) informando a realização da sessão em 04/02/2011, tudo a constituir indício de conluio no processo, ou, pelo menos, conhecimento prévio das empresas interessadas em participar da disputa, prática esta que, por si só, é rechaçada pelo TCU em diversos julgados (Acórdãos nºs 409/2006, 800/2008, 2.477/2009 e 326/2010 e 3.119/2010, todos do Plenário);

i) as duas empresas participantes do certame sagraram-se vencedoras de itens específicos, tendo sido celebrado contrato com a J. J. R. Viana no valor de R$ 136.450,00, e com a Castro Comércio e Representações (CNPJ 12.103.222/0001-19) no valor de R$ 6.886,50 (Contratos nºs 11 e 12/2011, respectivamente). Os extratos das avenças foram publicados no DOE-MA de 01/03/2011. O extrato do contrato com a Castro Comércio e Representações não trouxe nenhuma informação a respeito da sua vigência. Já o contrato firmado com a J. J. R. Viana vigeu até 15/01/2012, o que, via de regra (hipótese da espécie), é vedado pela Lei nº 8.666/1993, art. 57, caput.

Por fim, a análise do processo referente ao Pregão Presencial CPL nº 03/2012, do qual se sagrou vencedora a empresa J. J. R. Viana, com proposta cujos itens totalizaram R$ 376.481,28, revelou as mesmas irregularidades constantes dos itens (a) a (g) acima.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Expediente S/N, recebido em 20/12/2012, o prefeito municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Mais uma vez, a conclusão esposada pela equipe de fiscalização acima estampada tem conteúdo puramente interpretativo, juízo de valor que desafia a discordância da Administração Pública de Bacuri, que não concorda com a referida conclusão.

A assertiva de ausência de pesquisa preliminar de preços não corresponde à realidade. Segundo a legislação aplicável, é permitido ao órgão licitante dispor e se valer de um banco de dados evolutivo dos preços praticados no mercado, sobremodo quando se tratar de procedimentos licitatórios rotineiros, como é o caso da aquisição de medicamentos, que se repete anualmente.

Por tais razões, pode o ente federado, ao acompanhar rotineiramente a evolução dos preços de mercado valer-se desse banco de dados como parâmetro para suas avaliações e procedimentos.

Não houve condução do certame pelo pregoeiro Linelson Ribeiro Rodrigues, mas simples assessoramento técnico deste à Comissão Permanente de Licitação, que é composta por servidores integrantes do Quadro de Funcionários do Município de Bacuri.

O assessoramento externo à CPL se deu pela necessidade de que os procedimentos licitatórios – sabidamente de alta complexidade – fossem assessorados por pessoa especializada junto à Comissão Permanente de Licitação.

Assim, a atuação do Sr. Linelson Ribeiro Rodrigues, enquanto assessor, não revela nenhuma ilegalidade.

A inferência de que os pareceres jurídicos não cumprem sua finalidade são também uma interpretação unilateral da equipe de fiscalização que não tem a atribuição de substituir o gestor e/ou o servidor no desempenho de suas funções.

O servidor tem direito de agir legitimamente dentro da esfera de suas atribuições.

A assertiva de que o edital não pode se socorrer supletivamente da incidência do Decreto n. 3.555/2000, por se tratar de ato regulamentar de âmbito federal é uma ilação sem conteúdo jurídico.

O entre federado possui, enquanto tal, autonomia para regulamentar livremente seus procedimentos internos, inclusive em caráter suplementar, quando entender necessário.

Neste contexto, pode, se entender oportuno, evocar a incidência de normativos de caráter federal, para que sirvam como suporte jurídico supletivo aos procedimentos da Administração Municipal.

Nisto não há nenhuma irregularidade.

A ilação de que exigência de presença física do licitante (sic) no certame é uma cláusula de barreira não tem procedência.

A uma porque o licitante é o ente federado que patrocina a licitação.

A duas, porque por definição, a modalidade optada pela Administração foi "PREGÃO PRESENCIAL".

A três porque é ônus das empresas que pretendem participar de certames públicos dispor de pessoal para participar dos certames.

A quatro, porque a exigência foi genérica, abstrata e uniforme, ou seja, atingiu a todos os interessados de modo igual.

A cinco, porque a Administração Pública pode sim, impor, como condição de validade, para garantia da fiscalização correta dos procedimentos, que os candidatos à licitação se façam presentes nos atos do certame, sendo esta uma condição de lisura e transparência.

Tudo isto se repete às exigências de comprovação de qualificação técnica presentes no Edital, que simplesmente expressam o desiderato da Administração Pública de garantir a consecução da finalidade do ato.

Por fim, a Administração Pública não possui nenhum controle e/ou ingerência na participação de interessados em licitações públicas, sendo irrelevante, para si, que tenham se apresentados um , dois ou mais interessados.

Por todas estas razões, não há que se falar em direcionamento ou irregularidade nos processos licitatórios em epígrafe".

Análise do Controle Interno:

Justificativa não acatada. Ponto mantido.

Com relação ao item (a), o dispositivo da Lei nº 8.666/1993 citado acima (art. 43, incisos IV e V) é claro ao prever que as propostas devem estar de acordo com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços. Aqui, não há ressalva legal quanto a "procedimentos licitatórios rotineiros". Em suma, o processo não fora instruído com a devida comprovação de realização de pesquisa preliminar de preços junto a três fornecedores, e ainda que esta não seja a única opção disponível ao gestor, não houve comprovação de balizamento de preços, pela administração, conforme o fixado por órgão oficial competente, ou a partir dos constantes do sistema de registro de preços ou dos praticados no âmbito de outros órgãos e entidades da Administração Pública (art. 15, V). A propósito, nesse mesmo sentido é o Acórdão TCU nº 1.945/2006 - Plenário, citado na constatação, dentre outros.

Quanto ao fato de Linelson Ribeiro Rodrigues atuar como pregoeiro da prefeitura, destaque-se, novamente, que ele foi designado pela Portaria GP nº 01/2011, a qual, inclusive, consta do processo em tela. Ademais, não afasta o ponto a informação de que ele presta "simples assessoramento técnico à Comissão Permanente de Licitação", eis que não há que se falar em CPL na modalidade

Pregão. Por fim, de se notar que o gestor corrobora a informação de que o Sr. Linelson não é servidor da prefeitura, o que pode ser confirmado também por meio da GFIP e da RAIS.

Quanto ao pífio conteúdo do parecer jurídico, é patente que tal documento não cumpriu seu objetivo fundamental: constituir-se em elemento de análise confiável sobre as cláusulas editalícias. O texto padrão do documento, presente em outros processos licitatórios do município, sugere que todas as minutas de editais tiveram o mesmo conteúdo, o que, naturalmente, não é verdade, até porque os objetos das diversas licitações foram distintos. Como consequência, o edital restou contaminado com várias cláusulas restritivas à competição. Aliás, veja-se o que diz o Acórdão TCU nº 2.333/2011 - Primeira Câmara: faça constar em seus pareceres jurídicos eventuais posições jurídicas divergentes sobre o tema em análise, de forma a fornecer aos gestores melhores subsídios às tomadas de decisões.

Com relação ao fato de o edital ser expressamente regido pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, muito embora se trate aqui de um aspecto meramente formal inerente à sua elaboração, o qual inclusive deveria ser objeto de observação pela assessoria jurídica, concorda-se, naturalmente, que (1) o município tem "autonomia para regulamentar livremente seus procedimentos internos, inclusive em caráter suplementar, quando entender necessário", e (2) que eventualmente o ente "pode, se entender oportuno, evocar a incidência de normativos de caráter federal, para que sirvam como suporte jurídico supletivo aos procedimentos da Administração Municipal". *In casu,* porém, nada disso ocorreu! Não há qualquer documento, expediente ou normativo da prefeitura contendo tal previsão. A mera previsão de submissão do edital ao referido decreto, no próprio edital, não se confunde com o ato regulamentar municipal que poderia prever a utilização de texto já existente, a princípio aplicável em outro nível da administração pública, pelo município.

No atinente à cláusula restritiva de exigência de presença física do licitante no certame, destaque-se, inicialmente, que causa espécie a afirmação do gestor, de que "não tem procedência" a constatação, porque "o licitante é o ente federado que patrocina a licitação". A Lei nº 10.520/2002, que trata do Pregão (modalidade da espécie), em todas as oportunidades, refere-se ao "licitante" como sendo o interessado em participar e vencer o certame (art. 3º, IV; art. 4º, XII a XVI, XVIII, XX, XI e XIII; art. 5º, II; art. 12). Na Lei nº 8.666/1993, ocorre o mesmo.

Ademais, o fato de a licitação ser "presencial" não autoriza a administração a exigir a presença física dos representantes das empresas como condição de participação no certame.

Por exemplo, o art. 109, §1º, da Lei nº 8.666/1993 (que somente possui modalidades "presenciais") prevê, para as modalidades abrangidas por esse normativo, que é possível a participação de empresas em licitações sem a presença física de seus representantes ou prepostos: se não houver, na sessão, a presença de pelo menos um representante de empresa participante de licitação regida pela Lei nº 8.666/1993, a administração deve obrigatoriamente publicar na imprensa oficial a informação relativa à habilitação (abrindo prazo para recursos) e, posteriormente, ao julgamento das propostas (abrindo, novamente, prazo para recursos). E conforme o art. 9º da Lei nº 10.520/2002, aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666/1993.

Por isso mesmo, com relação ao Pregão, o próprio TCU, no manual de Licitações e Contratos – Orientações Básicas (Secretaria de Controle Interno, 2003), informa que, nessa modalidade, caso o licitante não tenha interesse em participar da fase de lances verbais, pode remeter os envelopes ao órgão ou entidade licitadora da melhor forma que encontrar.

Com relação à exigência de quantidade mínima de 02 atestados de qualificação técnica, constante do no item 6.6.1 do edital, o gestor informou que "simplesmente expressam o desiderato da Administração Pública de garantir a consecução da finalidade do ato", para depois, afirmar, em contradição, que "a Administração Pública não possui nenhum controle e/ou ingerência na participação de interessados em licitações públicas, sendo irrelevante, para si, que tenham se apresentados um , dois ou mais <u>interessados</u>" (grifamos). A jurisprudência citada na constatação é uníssona e dispensa maiores comentários.

Não houve manifestação sobre os itens (g), (h) e (i) acima.

3.3.2.2. Constatação:

Condições inadequadas da armazenagem e controle de medicamentos.

Fato:

A prefeitura armazena seu estoque de medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica em depósito localizado na Praça Bacuri, onde foram identificadas as seguintes irregularidades:

a) inexistem áreas específicas de recepção, de quarentena, de expedição, de estocagem, de administração ou mesmo instalações sanitárias. O imóvel é constituído por espaço único, sem divisão de ambientes;

b) não existe instalação de equipamento contra incêndio;

c) a área interna não está em boas condições físicas; o piso, as paredes e o teto não estão em boas condições de conservação e higiene;

d) não há ventilação nem iluminação suficientes. A servidora responsável não trabalha diariamente no local, que permanece a maior parte do tempo fechado. Na entrada do imóvel, há apenas uma porta de aço de rolar; e no fundo da área construída, apenas 3 pequenos orifícios para passagem de ar e uma porta, que não costuma ser aberta. O local não conta com ar-condicionado e tampouco existe controle da temperatura ambiente;

e) não é adotada a ficha de controle de estoque de modo a comprovar a adoção do regime PEPS/FIFO (Primeiro que entra, primeiro que sai/*First in, First Out*).

f) há pilhas de caixa de medicamentos e estantes encostadas nas paredes, não sendo observada, portanto, a distância mínima devida de 1 metro.

As imagens abaixo são representativas das situações apontadas, as quais tiveram como parâmetro o manual de Boas Práticas de Estocagem de Medicamentos [Ministério da Saúde, CEME, 1989]:

Depósito onde são estocados os medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica em Bacuri.

Piso empoeirado.

Parede com marcas de infiltração, na qual estão encostadas algumas prateleiras.	As mesmas estantes encostadas na parede constantes da foto ao lado, vistas de outro ângulo. Ao fundo da imagem, vêem-se os orifícios para circulação de ar e uma porta.

Pilhas de medicamentos encostadas na parece.	As mesmas pilhas de medicamentos encostadas na parede constante da foto ao lado, vistas de outro ângulo.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.4. PROGRAMA: 2068 - SANEAMENTO BÁSICO

Ação Fiscalizada
Ação: 3.4.1. 10GD - IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MUNICÍPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE DE REGIÕES METROPOLITANAS OU REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RIDE) **Objetivo da Ação:** Obras e/ou serviços em andamento ou executadas, sustentabilidade e manutenção mínimas dos sistemas equacionados.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215901	**Período de Exame:** 31/12/2008 a 07/12/2012
Instrumento de Transferência: Convênio 640426	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 1.545.000,00
Objeto da Fiscalização: Execução do convênio/termo de compromisso, visando à implantação, ampliação ou melhoria de serviços de saneamento básico em município de até 50 mil habitantes, contemplando obras para o controle de doenças e outros agravos, com a finalidade de contribuir para a redução de morbimortalidades ocasionadas pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico.	

3.4.1.1. Constatação:

Atraso na apresentação do Relatório de Andamento do Convênio.

Fato:

A Prefeitura Municipal de Bacuri (MA) celebrou com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) o Termo de Compromisso nº TC/PAC 0799/08 (nº SIAFI: 640426), para a construção de sistemas de abastecimento de água, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor total de R$ 1.545.000,00 (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil reais), dos quais R$ 1.498.000,00 (um milhão quatrocentos e novento e oito mil reais) provenientes do concedente e R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) a título de contrapartida do convenente.

O convênio, publicado no Diário Oficial da União em 12 de janeiro de 2009, iniciou sua vigência em 31 de dezembro de 2008, expirando originalmente em 30 de outubro de 2009. No entanto, sofreu 7 aditamentos, conforme tabela abaixo:

Aditivo	Data	Finalidade
640426-001	30/10/09	Primeiro termo aditivo simplificado de prorrogação de prazo ao TC/PAC 0799/08, por 12 meses.
640426-002	31/12/09	Segundo termo simplificado de indicação orçamentária TC/PAC 0799/08, para transferência da importância de R$ 599.200,00 - NE 001746/09. Visando op cumprimento da cláusula primeira dos recur. financ. do termo de aprovação formal. Pub. no DOU nº 13, de 20/01/10, pg. 276.
640426-003	29/10/10	Terceiro termo de "ofício" nº 01135/10, que visa prorrogar a vigência original do TC/PAC 0799/08 até 28/04/11, tendo em vista o tempo de atraso no pagamento em 180 dias sem ordem bancária. Pub. DOU nº 219, de 17/11/10 pg. 138.
640426-004	14/04/11	Quarto termo de "ofício", que visa prorrogar a vigência original do TC/PAC 0799/08 até 28/04/12, tendo em vista o tempo de atraso no pagamento em 365 dias sem ordem bancária. Pub. DOU nº 78, de 26/04/11 pg. 84.
640426-005	21/07/11	Quinto termo aditivo ao TC/PAC 0799/08, que tem por objeto integrar novo plano de trabalho e adequar o cronograma de desembolso ao que disciplina a portaira FUNASA 623/2010. Pub. DOU nº 141, de 25/07/11, pg. 99.
640426-006	02/04/12	Sexto termo de "ofício" s/nº, que visa prorrogar vigência do TC/PAC 0799/08 até 25/10/12, por atraso no pagamento de 180 dias, conforme ordem bancária nº 805055/805056, de 29/07/11. Pub. DOU nº 09, de 04/04/12, pg. 118.

640426-007	05/10/12	Sétimo termo de "ofício", que visa prorrogar a vigência TC/PAC 0799/08 até 23/04/13, tendo em vista o atraso no repasse dos recursos financeiros.

Somente em 29 de julho de 2011 foi liberada a primeira parcela do convênio, por meio das ordens bancárias 2011OB805055 e 2011OB805056, ambas no valor R$ 299.600,00 (dezentos e noventa mil e seiscentos reais), perfanzendo a importância de R$ 599.200,00 (quinhentos e noventa e nove mil e duzentos reais), que representa 40% do valor do convênio. Os recursos foram creditados na conta-corrente específica do convênio, em 02 de agosto de 2011.

De acordo com a Cláusula 3ª, "b", do Termo de Compromisso, a liberação das parcelas previstas ocorreria conforme estipulado na Portaria FUNASA nº 544/08. Esta Portaria, modificada pela Portaria nº 623/2010, estabelece, em seu art. 1º, §2º, que os convênios e demais termos com valor entre R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), serão liberados em três parcelas, sendo a primeira no valor equivalente a 40% do total pactuado, e as duas restantes, de 30%. Estabelece ainda, em seu art. 2º, que a liberação das parcelas subsequentes é condicionada ao preenchimento do Relatório de Andamento, de responsabilidade do município beneficiário, bem como do Relatório de Visita Técnica, de responsabilidade do órgão concedente.

No entanto, nem o Termo de Compromisso, nem a mencionada Portaria FUNASA nº 623/2010, nem tampouco o Plano de Trabalho, estabelecem qualquer prazo para a apresentação do Relatório de Andamento pelo convenente, ou para a realização de Visita Técnica pela FUNASA. Dessa indefinição resultou, conforme constatado em trabalho de campo, a paralização das obras de construção dos sistemas de abastecimento de água comtemplados na transferência e a desmobilização do canteiro de obras.

Ressalte-se que a FUNASA já realizou 7 (sete) aditamentos prorrogando o prazo do referido Convênio, cuja execução física encontra-se em atraso em relação ao cronograma físico-financeiro proposto no Plano de Trabalho, sem que o referido órgão concedente tenha, em momento algum, oficiado o município beneficiário para que apresente o Relatório de Andamento previsto na Portaria nº 623/2010. Constata-se, portanto, a desídia tanto do gestor municipal em apresentar o Relatório de Andamento das obras, quanto do órgão concedente em exigir esse mesmo Relatório e em realizar a Visita Técnica prevista em seus normativos internos.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"A Gestão Municipal não pode responder por atos do órgão concedente".

Análise do Controle Interno:

A presente constatação não se aplica somente ao órgão concedente, mas também ao gestor municipal. Permanece, portanto, o ponto.

3.4.1.2. Constatação:

Inobservância das normas de administração financeira e orçamentária: pagamento anterior à liquidação.

Fato:

A Prefeitura do Município de Bacuri (MA) realizou pagamentos no valor total de R$ 597.801,82 (quinhentos e noventa e sete mil oitocentos e um reais e oitenta e dois centavos), referentes à execução do convênio nº TC/PAC 0799/08 (nº SIAFI: 640426), para a construção de sistemas de

abastecimento de água, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A equipe de fiscalização requereu, por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201215901-001, de 16 de outubro de 2012, e reiterada em 25 de outubro de 2012, documentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto do convênio, tais como boletins de medição ou relatórios de acompanhamento. Em resposta, o gestor municipal, por meio do Ofício 033/2012-GAP, de 25 de outubro de 2012, encaminhou cópia de documento intitulado "Relatório de Andamento", onde se encontram discriminadas as etapas da obra e o respectivos percentuais de execução e valores devidos.

No entanto, a análise do referido documento revela inobservância das normas de execução financeira e orçamentária, bem como dos dispositivos da Instrução Normativa STN nº 01/1997. Com efeito, o Relatório de Andamento é datado de 16 de outubro de 2012, isto é, do dia do início dos trabalhos de campo da equipe de fiscalização da CGU. Contudo, conforme os extratos bancários da conta específica do Convênio, bem como as notas fiscais nº 26 e 34, emitidas pela empresa beneficiária, os pagamentos foram realizados em fevereiro (R$ 371.763,86) e junho de 2012 (R$ 226.037,96), sendo, portanto, anteriores à verificação de execução do objeto.

Conclui-se que o gestor municipal realizou pagamentos sem prévia liquidação, infringindo o disposto no art. 62 da Lei nº 4.320/64. É no momento da liquidação que se deve verificar o exato cumprimento da etapa da obra, por meio do procedimento de medição, em conformidade com as características do projeto e com o cronograma físico e financeiro que consta do plano de trabalho do convênio, a fim de dar respaldo aos pagamentos, o que não ocorreu na espécie.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Não há que se falar em inobservância das normas que regem a administração financeira e orçamentária, visto que os pagamentoa relativos à execução das obras do referido Convênio foram todos realizados após o empenho e sua devida liquidação, ocorre que o ilustre auditor está a se basear em um Relatório de Andamento, enquanto os pagamentos foram realizados mediante a apresentação da fatura e seu atesto de prestação de serviços nela constante".

Análise do Controle Interno:

Apesar de afirmar que houve liquidação anterior ao pagamento, não foram apresentados à equipe de fiscalização os documentos que comprovem essa liquidação. De resto, a liquidação não consiste apenas na aposição de carimbo de atesto na fatura, mas compreende também a verificação física da execução do objeto. O Relatório de Andamento tem exatamente essa finalidade, razão pela qual o momento oportuno de elaborá-lo é justamente na liquidação. Permanece, portanto, a constatação.

3.4.1.3. Constatação:

Omissão do Município na arrecadação de ISS referente à execução das obras do Convênio, em descumprimento ao art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fato:

A Prefeitura do Município de Bacuri (MA) realizou pagamentos no valor total de R$ 597.801,82 (quinhentos e noventa e sete mil oitocentos e um reais e oitenta e dois centavos), referentes à execução do Termo de Compromisso nº TC/PAC 0799/08 (nº SIAFI: 640426), para a construção de sistemas de abastecimento de água, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os pagamentos foram comprovados por meio das notas fiscais de serviços, emitidas pela Prefeitura Municipal de São Luís, sede da empresa contratada, conforme discriminado na tabela abaixo:

Nota Fiscal	Data	Valor	ISSQN (5%)
26	08/02/12	R$ 371.763,86	R$ 7.435,27
34	01/06/12	R$ 226.037,96	R$ 4.520,75
	Total	**R$ 597.801,82**	**R$ 11.956,02**

No entanto, nos termos da Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, que disciplina a cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), em seu art. 3º, III, combinado com o item 7.02 do Anexo da mesma Lei, o referido imposto será devido no local da execução da obra, quando se tratar de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive perfuração de poços, escavação e drenagem, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos.

Assim, percebe-se que o Município de Bacuri deixou de arrecadar com a execução do objeto do convênio em análise a importância de R$ 11.956,02 (onze mil novecentos e cinquenta e seis reais e dois centados), conduta que não se harmoniza com a responsabilidade na gestão fiscal, conforme dispõe o art. 11 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual determina que "constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação". Trata-se de um dispositivo que visa incentivar os municípios a conquistar maior independência financeira, aliviando sua dependência em relação a transferências dos governos federal e estadual.

Ressalte-se que o Município de Bacuri, quando do preenchimento do formulário de cadastro junto à FUNASA, declarou que instituiu, regulamentou e efetivamente arrecada todos os tributos de sua competência, desde que ocorrido o fato gerador, conforme documento de fls. 04 do Processo nº 25170.009.437/2007-62.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Reconhecemos que houve falha do setor de finanças em não efetuar a retenção de ISS diretamente do prestador de serviços, no entanto esclarecemos que este efetuou o recolhimento do ISS devido pela prestação do serviços através de DAM emitido pela tesouraria, sendo assim não há que se falar em omissão na arrecadação, muito menos que houve pot parte do Município renúncia de receita , desta forma não houve qualquer dano ao erário".

Análise do Controle Interno:

Não consta da prestação de contas do Convênio, nem foi encaminhada à equipe de fiscalização, o Documento de Arrecadação Municipal, a que se refere o gestor. Tudo que consta é a Nota Fiscal emitida pela Prefeitura de São Luís, pelo que se deduz ter sido pago o ISS a este Município, não sendo razoável supor-se que a empresa contratada tenha pago ISS duas vezes. Permanece a constatação.

3.4.1.4. Constatação:

Descumprimento do cronograma físico do Contrato.

Fato:

O Município de Bacuri (MA), por meio da Concorrência nº 01/2011, contratou a empresa Palmares Construções Ltda (11.302.593/0001-67), nos termos do Contrato nº 70/01/C/2011/CPL, para executar as obras de construção dos sistemas de abastecimento de água, conforme o Termo de Compromisso nº TC/PAC 0799/08 (nº SIAFI: 640426). O referido contrato estabelece, na cláusula nona, o prazo de 180 dias para execução das obras, contados do recebimento da ordem de serviço.

No entanto, apesar de emitida a ordem de serviço em 20 de julho de 2011, até a presente data, decorridos mais de um ano e três meses do início das obras, os serviços não foram concluídos, tendo sido executado apenas a perfuração dos poços e a construção dos reservatórios, restando ainda por executar a maior parte do objeto, que inclui: (1) instalações elétricas que alimentarão as bombas do sistema de captação; (2) adutoras de recalque; (3) redes de distribuição; e (4) redes de ligações domiciliares. Em conjunto, a parte da obra que ainda aguarda execução é superior a 60% do valor do contrato.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.4.1.5. Constatação:

Execução do objeto do convênio em desacordo com o Plano de Trabalho.

Fato:

As obras executadas até a presente data, referentes ao convênio nº TC/PAC 0799/08 (nº SIAFI: 640426), para a construção de sistemas de abastecimento de água, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), encontram-se em desacordo com o estabelecido no respectivo Plano de Trabalho, bem como com o Projeto Básico da Concorrência nº 01/2011, que deveriam balizar os trabalhos da empresa executora.

De fato, nos termos do Plano de Trabalho, está prevista a construção de quatro reservatórios de água, erguidos sobre torres de elevação. No entanto, em medição realizada nas obras, constatou-se que, em três reservatórios, as referidas torres de elevação possuíam altura inferior à definida nos respectivos projetos, conforme a tabela abaixo:

Povoado	Capacidade do reservatório	Altura da torre de elevação conforme definido no Projeto	Altura verificada em campo
Santa Rosa	50m3	10m	9m
São Paulo	100m3	10m	9m
Piquizeiro	75m3	12m	9m

Além disso, constatou-se que nenhum dos quatro reservatórios possuía escada de ferro, que daria acesso ao reservatório, conforme projeto gráfico.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.4.1.6. Constatação:

Impropriedades no processo licitatório.

Fato:

Por meio do processo licitatório, na modalidade concorrência nº 01/2011, foi contratada a empresa Palmares Construções Ltda. (11.302.593/0001-67), pelo valor de R$ 1.520.206,00 (um milhão quinhentos e vinte mil duzentos e seis reais), para construção dos sistemas de abastecimento de água do convênio nº TC/PAC 0799/08 (nº SIAFI: 640426).

Analisando a documentação, verificou-se a ocorrência das seguintes impropriedades:

(A) O item 14.4.3 exige do licitante a prestação de garantia de proposta em dinheiro, de 1,5% do valor estimado da contratação. No entanto, o art. 31, III, combinado com § 1ºdo art. 56 da Lei 8.666/93, determina que a garantia de proposta será limitada a 1% do valor estimado da contratação, sendo que o licitante poderá optar pela modalidade (caução em dinheiro ou títulos, seguro-garantia, ou fiança bancária), não podendo a administração impor uma delas. Por seu turno, o item 21.1 do Edital, bem como a Cláusula 21.1 do Contrato nº 70/01/C/2011/CPL fazem a mesma exigência de caução em dinheiro, mas em patamar ainda maior, 5% do valor do contrato.

(B) O Edital não estabelece as condições para recebimento do objeto, infringindo o disposto no art. 40, XVI da Lei 8.666/93.

(C) O parecer jurídico de folhas 119 do processo é superficial, pois não realiza análise da minuta do edital. Com efeito, o parecer jurídico possui apenas três linhas e se limita a declarar que a minuta do edital e do contrato estão conformes à Lei 8.666/93 e à Lei 10.520/02, esta última, aliás, aplicável apenas aos processos de pregão. Trata-se texto padrão presente em vários outros processos licitatórios realizados no município de Bacuri (a exemplo do Convite nº 03/2011 e dos Pregões nºs 02, 03, 04 e 07, todos estes de 2012), que não adentra efetivamente na análise das minutas disponibilizadas, e que sequer analisa o enquadramento jurídico da contratação. Em razão da precariedade da análise jurídica, não se detectaram preventivamente as irregularidades apontadas nos itens anteriores.

(D) Não foi localizada no processo a publicação resumida do instrumento do contrato na imprensa oficial, conforme determina o art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.4.1.7. Constatação:

Restrição à publicidade e à competitividade do processo licitatório.

Fato:

Analisando a documentação referente ao Termo de Compromisso TC/PAC 0799/08 (nº SIAFI: 640426), verificou-se a restrição à publicidade do processo licitatório. Com efeito, a Prefeitura Municipal publicou aviso do edital da referida licitação no Diário Oficial da União e no jornal Atos e Fatos, sendo este um veículo de tiragem reduzida e pouco conhecido do público, não se caracterizando como jornal de grande circulação. Além disso, o aviso foi publicado no referido jornal na edição do dia 21 de maio de 2011, um sábado, edição de consumo ainda menor, uma vez que a edição seguinte, de domingo, já se encontra nas bancas no próprio sábado à tarde.

A pouca visibilidade pública do certame resultou em prejuízo da competitividade, uma vez que apenas um licitante ofereceu proposta, em uma licitação cujo valor estimado de contratação foi de R$ 1.545.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil reais). O fato de um contrato desse vulto não ter despertado o interesse de nenhuma outra empresa certamente teve, como uma das causas, a pouca publicidade dada ao certame pela prefeitura municipal de Bacuri (MA), que optou por não publicar o aviso do edital nos principais jornais do Estado. De fato, a falta de competitividade nos certames licitatórios não é exceção no município de Bacuri (MA), uma vez que dos doze processos licitatórios analisados pela equipe de fiscalização, nas modalidades concorrência e pregão, dez atraíram somente uma empresa interessada, e os outros dois, apenas duas licitantes. Evidencia-se aqui o pouco esforço do gestor municipal em maximizar a divulgação do certame, contrariando o princípio da publicidade, que é um dos princípios da licitação insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Além disso, o item 13.7 do edital determina que "não serão consideradas propostas apresentadas pela via postal, internet ou fac-simile". Tal previsão, ao exigir (sem autorização legal) a presença física do licitante no certame, constitui verdadeira cláusula de barreira à participação de empresas que não desejem ou não possam enviar representantes à sessão de abertura de envelopes, tendo sido inclusive vedada em deliberações do egrégio TCU (Decisão TCU nº 355/2001 – Plenário, e Acórdão TCU nº 596/2007 – Plenário).

Por fim, não foi localizada no processo a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial, conforme determina o art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

Ação Fiscalizada
Ação: 3.4.2. 7652 - IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS **Objetivo da Ação:** Obras e/ou serviços em andamento ou executadas, sustentabilidade e manutenção mínimas dos sistemas equacionados.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215929	**Período de Exame:** 30/12/2005 a 07/12/2012
Instrumento de Transferência: Convênio 558038	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 103.268,00
Objeto da Fiscalização: Execução do convênio/termo de compromisso, visando à implantação, ampliação ou melhoria de serviços de saneamento básico em município de até 50 mil habitantes, contemplando obras para o controle de doenças e outros agravos, com a finalidade de contribuir para a redução de	

morbimortalidades ocasionadas pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico.

3.4.2.1. Constatação:

Ausência de acompanhamento da execução do objeto do convênio, resultando na realização de pagamentos sem prévia liquidação.

Fato:

A Prefeitura Municipal de Bacuri (MA) celebrou com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) o convênio nº EP 2877/05 (nº SIAFI: 558038), para a construção de módulos sanitários, no valor total de R$ 103.268,00 (cento e três mil duzentos e sessenta e oito reais), dos quais R$ 100.000,00 (cem mil reais) provenientes do concedente e R$ 3.268,00 (três mil duzentos e sessenta e oito reis) a título de contrapartida do convenente. A Prefeitura Municipal de Bacuri, por meio do Convite nº 03/2011, contratou a empresa G Sodré Cia Ltda. (09.478.614/0001-58) para executar as obras, realizando pagamento à mesma no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), referente à 1ª medição dos serviços de construção dos módulos sanitários, conforme descrição na nota fiscal de serviços nº 68. A referida nota fiscal contém atesto da Secretária Municipal de Saúde, certificando que os serviços foram realizados.

No entanto, a equipe de fiscalização requereu, por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201215929-001, de 16 de outubro de 2012, e reiterada em 25 de outubro de 2012, documentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto do convênio, tais como boletins de medição ou relatórios de acompanhamento. Em resposta, o gestor municipal, por meio do Ofício 034/2012-GAP, de 25 de outubro de 2012, reconheceu não possuir nenhum documento relativo ao acompanhamento das obras. Além disso, no mesmo Ofício, o gestor admitiu que não dispõe do termo de convênio, nem do respectivo plano de trabalho, incluindo a relação de beneficiários.

Evidencia-se, portanto, que a Prefeitura Municipal de Bacuri não acompanhou de fato a execução das obras, conforme determina o art. 67 da Lei 8.666/93, bem como o art. 23 da Instrução Normativa STN 01/1997. De fato, uma vez que não dispunha do plano de trabalho, nem da relação de beneficiários das obras, o gestor não seria capaz sequer de determinar a sua exata localização, isto é, quais as 26 casas que receberiam os módulos sanitários, quanto mais verificar a conformidade das obras com as características definidas no plano de trabalho.

Conclui-se também que o gestor municipal realizou pagamentos sem liquidação, infringindo o disposto no art. 62 da Lei n. 4.320/64, uma vez que a liquidação pressupõe a verificação do exato cumprimento da etapa da obra, por meio do procedimento de medição, em conformidade com as caracterísitcas do projeto e com o cronograma físico e financeiro que consta do plano de trabalho do convênio. No entanto, conforme reconhece o próprio gestor, a Prefeitura Municipal não possui nem o plano de trabalho, nem boletins de medição que possam respaldar os pagamentos.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"A Gestão Municipal contesta a alegação de Execução em desacordo com o Plano de Trabalho do Convênio. O Convênio foi realizado adequadamente".

Análise do Controle Interno:

O gestor municipal contesta o presente ponto, mas não aduz argumentos ou documentos novos que corroborem sua manifestação, de modo que permanece a constatação.

3.4.2.2. Constatação:

Descumprimento do cronograma físico do Convênio.

Fato:

A Prefeitura Municipal de Bacuri (MA) celebrou com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) o convênio nº EP 2877/05 (nº SIAFI: 558038), para a construção de módulos sanitários, no valor total de R$ 103.268,00 (cento e três mil duzentos e sessenta e oito reais), dos quais R$ 100.000,00 (cem mil reais) provenientes do concedente e R$ 3.268,00 (três mil duzentos e sessenta e oito reis) a título de contrapartida do convenente.

O Município de Bacuri (MA), por meio do Convite 03/2011, contratou a empresa G. Sodré Construtora (09.478.614/0001-58), nos termos do Contrato nº 49/C/03/2011/CPL, o qual estabelece, na cláusula 5ª, o prazo de 90 dias para execução das obras, contados do recebimento da ordem de serviço.

No entanto, apesar de emitida a ordem de serviço em 10 de maio de 2011, até a presente data, decorridos mais de um ano e 5 meses do início das obras, os serviços ainda não foram concluídos, tendo sido construído apenas metade dos 26 módulos sanitários previstos no convênio.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"A Gestão Municipal contesta a alegação de Execução em desacordo com o Plano de Trabalho do Convênio. O Convênio foi realizado adequadamente".

Análise do Controle Interno:

O gestor municipal contesta o presente ponto, mas não aduz argumentos ou documentos novos que corroborem sua manifestação, de modo que permanece a constatação.

3.4.2.3. Constatação:

Atraso na apresentação do Relatório de Andamento do Convênio.

Fato:

Do total de recursos previstos para o presente convênio, foram liberados R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por meio de duas ordens bancárias: 2010OB801205, de 22/02/2010, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e 2010OB804996, de 27 de maio de 2010, no valor de R$ 30.000,00. Juntas representam 50% do valor total do convênio.

De acordo com os artigos 1º e 12 da Portaria nº 623/2010, que dispõe sobre critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros das ações de saneamento ambiental financiadas pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), os convênios celebrados com valor até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) serão liberados em duas parcelas, cada uma de valor equivalente a 50% do total pactuado. E o art. 2º estabelece que a liberação da segunda parcela é condicionada ao preenchimento do Relatório de Andamento, de responsabilidade do município beneficiário, bem como do Relatório de Visita Técnica, de responsabilidade do órgão concedente.

No entanto, nem o Termo de Convênio, nem a mencionada Portaria FUNASA nº 623/2010, nem tampouco o Plano de Trabalho, estabelecem qualquer prazo para a apresentação do Relatório de Andamento pelo convenente, ou para a realização de Visita Técnica pela FUNASA. Dessa indefinição resultaram, conforme constatado em trabalho de campo, a paralização das obras de construção dos módulos sanitários e a desmobilização do canteiro de obras, após a construção de 13 dos 26 módulos previstos.

Ressalte-se que a FUNASA já realizou 10 (dez) aditamentos prorrogando o prazo do referido Convênio, cuja execução física encontra-se em atraso em relação ao cronograma físico-financeiro

proposto no Plano de Trabalho, sem que o referido órgão concedente tenha, em momento algum, oficiado o município beneficiário para que apresente o Relatório de Andamento previsto na Portaria 623/2010. Constata-se, portanto, a desídia tanto do gestor municipal em apresentar o Relatório de Andamento das obras, quanto do órgão concedente em exigir esse mesmo Relatório e em realizar a Visita Técnica prevista em seus normativos internos.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"A Gestão Municipal não pode responder por atos do órgão concedente".

Análise do Controle Interno:

De fato, a presente constatação não se aplica ao gestor municipal, mas ao órgão concedente. Permanece o ponto.

3.4.2.4. Constatação:

Execução em desacordo com o Plano de Trabalho do Convênio, resultando em prejuízo ao erário.

Fato:

A equipe de fiscalização, em atividade de campo, realizou vistoria às obras de construção dos módulos sanitários contempladas com os recursos do Convênio nº EP 2877/05 (nº SIAFI: 558038). Todos os 13 (treze) módulos já construídos foram vistoriados, quanto à conformidade com as especificações constantes do Projeto Arquitetônico, constante das fls. 42 a 46 do Processo nº 25170.008.316/2005-31, e que é parte integrante do Plano de Trabalho do Convênio. Foram identificadas as seguintes desconformidades:

(A) A fossa séptica, que de acordo com o Projeto Arquitetônico deveria possuir as medidas de 2,30m x 1,30m, apresentou medidas inferiores, variando em torno 2,0m x 1,20m, o que representa uma diferença a menor do executado de 19,73%. Considerando que o valor pago pela construção dos tanques sépticos, nos termos da proposta vencedora da licitação (Convite 03/2011), foi de R$ 747,45 (setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) por unidade, a diferença apurada multiplicada pelo número de unidades já construídas representa um prejuízo atual de R$ 1.917,11 (mil novecentos e dezessete reais e onze centavos).

(B) A distância entre o abrigo e a fossa, que deveria ser de 1,5m, apresentou apenas 1,0m.

(C) A distância entre o fossa e o sumidouro, que deveria ser de 1,5m, apresentou apenas 1,0m.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"A Gestão Municipal contesta a alegação de Execução em desacordo com o Plano de Trabalho do Convênio. O Convênio foi realizado adequadamente".

Análise do Controle Interno:

O gestor municipal contesta o presente ponto, mas não aduz argumentos ou documentos novos que corroborem sua manifestação, de modo que permanece a constatação.

3.4.2.5. Constatação:

Habilitação indevida e inconsistência de proposta em processo licitatório.

Fato:

A equipe de fiscalização requereu, por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201215929-001, de 16 de outubro de 2012, documentos referentes à execução do CONVÊNIO nº EP 2877/05 (SIAFI nº 558038), firmado entre Prefeitura Municipal de Bacuri e a FUNASA, visando a construção de 26 (vinte e seis) módulos sanitários, entre eles os processos licitatórios e contratos celebrados.

Em resposta, foram encaminhados os autos do Convite 03/2011. Analisando a documentação, foram identificados indícios de montagem do referido processo, que teria sido simulado, para efeito de prestação de contas dos recursos do convênio. Com efeito, ficou constatado o que segue:

(1) A licitante vencedora deixou de apresentar os seguintes documentos exigidos no instrumento convocatório para a etapa de habilitação: (I) ato constitutivo da empresa (item 15.4, "a" e "b"); (II) prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF (item 15.4, "c"); (III) certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (item 15.4, "d"). Além disso, a declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, exigido no Anexo IV do instrumento convocatório não está assinada pela representante da empresa licitante (fls. 96). A empresa CONSTRUC Comércio e Construções Ltda. (97.373.351/0001-80) deixou de apresentar a prova de regularidade relativa à fazenda estadual, através da certidão negativa de débito relativo aos tributos estaduais e quanto à dívida ativa do Estado, conforme exigido no instrumento convocatório para a etapa de habilitação (item 15.4, "f"). A empresa SERV Obras Serviços de Obras e Construções Civil Ltda. (10.640.595/0001-01) também deixou de apresentar a prova de regularidade relativa à fazenda estadual, materializada nas certidões negativas de débito relativo aos tributos estaduais e quanto à dívida ativa do Estado, conforme exigido no instrumento convocatório para a etapa de habilitação (item 15.4, "f"). Apesar disso, todas as empresas foram habilitadas, sem que houvesse recurso contra a decisão por parte de nenhuma licitante, conduta que não é usual em um ambiente de competição, típico de um processo licitatório.

(2) Analisando as propostas apresentadas pelas empresas, constatou-se que o orçamento sintético da empresa SERV Obras Serviços de Obras e Construções Civil Ltda. (10.640.595/0001-01), classificada em terceiro lugar, contém um erro na totalização dos preços unitários, resultando num valor a menor, exatamente o mesmo apresentado pela proposta vencedora, conforme detalhado na tabela abaixo:

Item	**Preço Unitário**		
	G. Sodré Construtora (09.478.614/0001-58)	CONSTRUC Comércio e Construções Ltda. (97.373.351/0001-80)	SERV Obras Serviços de Obras e Construções Civil Ltda. (10.640.595/0001-01)
Placa de instalação da obra	R$ 678,00	R$ 675,00	R$ 680,00
Banheiro com instalação hidráulica	R$ 2.542,87	R$ 2.609,49	R$ 2.624,14
Tanque séptico	R$ 747,45	R$ 753,24	R$ 753,34

Caixa de inspeção	R$ 63,83	R$ 63,41	R$ 64,19
Sumidouro	R$ 409,52	R$ 411,27	R$ 411,32
Total	**R$ 4.441,67**	R$ 4.512,41	**R$ 4.441,67**

De acordo com os preços unitários apresentados acima, o valor unitário total da proposta da empresa Serv Obras deveria ser de R$ 4.532,99 (quatro mil quinhentos e trinta e dois reais e noventa e nove centavos). No entanto, o orçamento sintético constante das folhas 109 dos autos do Convite informa o valor de R$ 4.441,67 (quatro mil quatrocentos e quarenta e um centavos e sessenta e sete centavos), isto é, exatamente o mesmo valor da proposta vencedora. Se se considerasse que houve um erro de cálculo ou de digitação dos valores, isso seria uma extraordinária coincidência, em se tratando de empresas que não se comunicaram previamente e que desconhecem as propostas dos seus concorrentes, protegidas pelo sigilo.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

3.4.2.6. Constatação:

Ausência de cláusulas obrigatórias em contrato administrativo de execução das obras do convênio.

Fato:

A equipe de fiscalização requereu, por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201215929-001, de 16 de outubro de 2012, documentos referentes à execução do CONVÊNIO nº EP 2877/05 (SIAFI nº 558038), firmado entre a Prefeitura Municipal de Bacuri e a FUNASA, visando à construção de 26 (vinte e seis) módulos sanitários, entre eles os processos licitatórios e contratos celebrados. Em resposta, foram encaminhados os autos do Convite 03/2011, bem como o contrato nº 49/C/03 /2011/CPL. Analisando a documentação, constatou-se que o instrumento contratual foi precariamente redigido, dele não constando diversas cláusulas obrigatórias previstas no art. 55 da Lei nº 8.666/93.

Com efeito, a cláusula 1ª do Contrato não define com clareza o objeto, uma vez que não especifica a quantidade de módulos sanitários a serem construídos, além de possuir uma redação defeituosa. A referida cláusula encontra-se assim redigida: "O contratado obriga-se a executar sob sua inteira responsabilidade contração de empresa [sic] para construção de módulos (kit) sanitários no município de Bacuri, pelo sistema [sic] de empreitada por preço global".

Não constam também do contrato as seguintes cláusulas obrigatórias: (1) o crédito pelo qual correrá a despesa (art. 55, V); (2) as penalidades e valores de multas cabíveis em caso de inadimplemento (art. 55, VII); (3) os casos de rescisão (art. 55, VIII); (4) o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa (art. 55, IX); (5) a vinculação ao instrumento convocatório (art. 55, XI); (6) a legislação aplicável à execução do contrato, especialmente nos casos omissos (art. 55, XII); (7) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório (art. 55, XIII).

Conforme se depreende do exposto, o contrato firmado para a realização do objeto do convênio ora analisado não é capaz de proporcionar segurança jurídica, nem à Administração Pública, nem ao contratado. Trata-se de um texto desconexo e vago, que não se harmoniza com o disposto no art. 54, § 1º da referida lei, o qual determina que: "os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam".

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

4. MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2011 a 31/07/2012:

* TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)
* PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

Detalhamento das Constatações da Fiscalização

4.1. PROGRAMA: 2019 - BOLSA FAMÍLIA

Ação Fiscalizada
Ação: 4.1.1. 8442 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004) **Objetivo da Ação:** Dados cadastrais dos beneficiários atualizados; renda per capita das famílias em conformidade com a estabelecida na legislação do Programa; cumprimento das condicionalidades das áreas da educação e saúde; Programas/Ações municipais complementares ao Bolsa Família; e Instância de Controle Social do Programa atuante.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201216029	**Período de Exame:** 01/01/2011 a 31/07/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 6.054.945,00
Objeto da Fiscalização: Prefeituras Famílias pobres e extremamente pobres do município cadastradas no Cadúnico; Listas de beneficiários do PBF divulgada; Programas sociais complementares disponibilizados às famílias beneficiárias; Técnicos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades designados e atuantes; Registro do acompanhamento das condicionalidades efetuado nos sistemas informatizados; Existência de um órgão de controle social atendendo ao critério de intersetorialidade e paridade entre governo e sociedade.	

4.1.1.1. Constatação:

Alunos não localizados nas escolas informadas no Projeto Presença.

Fato:

Durante as visitas às escolas do município constantes da amostra, ficou evidenciado que os alunos beneficiários abaixo relacionados não se encontravam matriculados nas respectivas unidades de ensino, informadas no Sistema Projeto Presença:

Unidade Escolar	NIS do Aluno
U. E. João Goulart	16516072272
U. I. José Estevão dos Santos	16442531911
	16414549941
	16020347584
C. E. Cristino Pimenta	21035460329
	21035444846
	16675752570
	16311038367
	16270427607
	16143782688
	21009467907
U. E. Arciones Vieira	16620091653

Unidade Escolar	NIS do Aluno
	21239278065

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"A obrigação de atualização cadastral é tanto do município como da família beneficiária e essa atualização por determinação do MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS [sic]. O município deve realizar de dois em dos anos com cada família cadastrada [sic], porém nesse período se por ventura alguma criança mudar de escola a família tem a obrigação de informar o [sic] setor de cadastramento único, porém nem sempre isso é feito".

Análise do Controle Interno:

De acordo com o "Temo de Adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais", peça integrante da Portaria nº 246 de 20/05/2005/MDS, o município compromete-se a manter atualizadas as informações da base de dados do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único.

Portanto, em que pese o dever da família beneficiária de atualizar as alterações cadastrais, essa responsabilidade também recai sobre o município, sobretudo nas situações destacadas nessa constatação, onde as escolas municipais já haviam detectado a ausência de matrícula dos alunos beneficiários do programa, na ocasião em que são informadas a frequência escolar do estudante.

4.1.1.2. Constatação:

Não realização de procedimentos de revisão cadastral das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Fato:

Instado pela SF 201216029-01, o Gestor informou que a prefeitura não realiza nenhuma estratégia de cruzamento dos dados do CADUNICO e a RAIS; não adotou nenhuma estratégia para atualização de dados de famílias remanescentes de quilombo; e o município não tem utilizado o Formulário Padrão de Gestão de Benefícios – FPGB. Por outro lado, embora o gestor tenha afirmado, em resposta ao item 06, da citada Solicitação de Fiscalização, que "a prefeitura faz mobilização para atualização dos cadastros através de reuniões com os diretores de escola, ofícios aos agentes de saúde, etc.", a Equipe de Fiscalização não obteve registro documental que comprove essa informação; ao contrário, tanto na amostra de famílias quanto na de escolas, o índice de desatualização cadastral foi bastante acentuado, conforme constatação específica do presente relatório.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"A revisão cadastral é realizada todos os anos, conforme determinação do MDS, o que não houve nesse ano de 2012, foi a divulgação dessa atualização cadastral via rádio ou carro de som, até porque os beneficiários ao receber o seu benefício, junto recebem o comprovante de saque que vem avisando a família que deve ser realizado a atualização cadastral e depois a mesma se dirige até o

setor de cadastramento. Lembramos que a nova versão do Cadastro Único V7 não funciona, poia a partir das 08:30hs essa versão saí [sic] do ar, porém mesmo com essa dificuldade de acesso ao sistema do CAD. ÚNICO, no município está havendo atendimento, uma vez que os operadores de micro começam a trabalhar as 06:00hs da manhã (horário que o sistema da V7 começa a funcionar) atendendo até o horário em que o sistema funciona".

Análise do Controle Interno:

A lentidão do sistema informatizado adotado pelo MDS para lançamento das alterações de informações de cadastro é uma falha publicamente reconhecida. Contudo, a presente constatação não se refere a esse problema; mas à ausência ou ineficácia das ações municipais para manter atualizadas as informações do Cadastro Único do Programa Bolsa Família.

Na justificativa apresentada, mais uma vez não foi mencionada e comprovada ação proativa do município, com o propósito de garantir efetividade e eficácia ao processo de atualização cadastral. A coordenação local do programa posta-se de forma inercial; à espera da demanda espontânea dos beneficiários.

4.1.1.3. Constatação:

A Instância de Controle Social não exerce suas atribuições.

Fato:

De acordo com o Decreto Municipal nº 03, de 11 de agosto de 2010, a Instância de Controle Social ICS-PBF, no município fiscalizado é o CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social. Este conselho foi criado pela Lei Municipal 121, de 03 de Março de 1997. Por meio do Decreto 004, de 11 de agosto de 2010, foram nomeados os atuais membros da ICS-PBF, com paridade e intersetorialidade. Entretanto, durante reunião realizada entre a Equipe de Fiscalização e o citado conselho, ficou evidenciado que o mesmo não exerce suas atribuições, posto que não dispõe de estrutura, informações e conhecimentos mínimos para tanto. Ressalte-se que a ICS-PBF não acompanha as condicionalidades, procedimentos de gestão e de cadastramento e a oferta de ações complementares. Ainda, conforme informações dos próprios conselheiros, a ICS-PBF não realizou a análise da prestação de Contas do IGD – Índice de Gestão Descentralizada, mas tão somente teve acesso ao demonstrativo de gasto retirado do sistema SUAS-WEB.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"No início do mandato dos conselheiros, existiu uma reunião para explicação de suas atribuições e funções, porém deve-se ser lembrado que a função de conselheiro municipal não é remunerada e que talvez se essa função fosse remunerada os membros do conselho, realmente, exerceriam o seu papel".

Análise do Controle Interno:

O gestor manifestou-se apontando a possível causa da inoperância do Conselho Social. Apesar da pertinência de sua justificação, é papel do gestor municipal, mesmo com o obstáculo apontado, manter os membros do Conselho motivados para o papel de suas atribuições, mormente os representantes da Administração.

4.1.1.4. Constatação:

Falta de divulgação da relação dos beneficiários.

Fato:

As ações do Programa Bolsa Família são realizadas na sede da Secretaria de Assistência Social e atualmente, também, na Secretaria Municipal de Educação, onde, nesta última, são realizados os procedimentos de atualização cadastral. Conforme resposta à SF 201216029-01, o gestor informou que as informações aos beneficiários são dadas diretamente no sistema, e que " ao chegar novos cartões no Correio a Coordenação do Programa pega a relação dos novos beneficiários e fixa [sic] no prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social para os interessados". Entretanto, durante a semana de fiscalização, não houve qualquer evidência de divulgação da relação de beneficiários do programa pelo Gestor Municipal. Ressalte-se que o gestor tem o compromisso de dar ampla divulgação do programa a todos os cidadãos, beneficiários ou não, devendo afixar no mural da Secretaria Municipal de Assistência Social ou outro local que possibilite amplo e irrestrito acesso aos munícipes, a relação com o nome dos beneficiários do programa.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do expediente s/n, recebido em 20/12/2012, o Prefeito Municipal de Bacuri apresentou a seguinte justificativa:

"Foi mencionado pelo coordenador do Programa Bolsa Família que quando chegam nos Correios novos cartões do programa a coordenação pega a relação e fixa no Prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, porém essa relação não estava fixada no prédio no período da auditoria da CGU, porque no último trimestre não chegaram cartões do Programa Bolsa Família no Correio".

Análise do Controle Interno:

Conforme estipula o Decreto nº 5.209/2004, o Poder Público municipal deve dar ampla divulgação à relação de beneficiários do Bolsa Família. Portanto, o dever do município não é divulgar apenas os novos beneficiários, mas os nomes de todos os munícipes que recebem benefício do programa. Dessa forma, a listagem deve ser completa e estar permanentemente afixada em local onde a população conheça.

4.2. PROGRAMA: 2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ação Fiscalizada
Ação: 4.2.1. 2060 - PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL **Objetivo da Ação:** Verificação no âmbito do município da atuação do gestor municipal quanto aos gastos dos recursos da Ação de Governo e a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201215879	**Período de Exame:** 03/01/2011 a 31/08/2012
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA MUNICIPAL	**Montante de Recursos Financeiros:** R$ 85.000,00
Objeto da Fiscalização: SCFV Atuação do gestor municipal no planejamento, execução e acompanhamento das atividades socioeducativas, ofertadas no SCFV, principalmente quanto ao oferecimento de infraestrutura adequada para realização do serviço e quanto à qualidade dos gastos realizados para custeio do serviço, assim como a gestão e o controle das frequências dos beneficiários.	

4.2.1.1. Constatação:

Não inclusão dos dados do PETI no SISPETI.

Fato:

A Equipe de Fiscalização constatou, no confronto com as informações obtidas junto aos instrutores sociais por meio das fichas de frequência e os registros no SISPETI, que há divergência entre os registros deste programa e os documentos de frequência dos beneficiários. Ou seja, o SISPETI não tem sido alimentado pelo Gestor. Dessa forma, em termos quantitativos, temos:

Pólo	Quantitativo Sispeti	Quantitativo real
Cachoeirinha	6	50
Madragoa	20	PÓLO DESATIVADO
Santa Rosa	3	PÓLO DESATIVADO
Sede	22	PÓLO DESATIVADO

Essa constatação foi confirmada pelo Gestor, que em resposta à SF 201215879-01 informou que não atualiza o SISPETI por dificuldades de acesso à Internet e por falta de capacitação para operacionalizar o sistema.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

4.2.1.2. Constatação:

Funcionamento precário do PETI no município de Bacuri.

Fato:

No município fiscalizado a equipe da CGU visitou todos os locais de funcionamento do programa constantes da amostra, quais sejam: Povoado Cachoeirinha, Povoado Madragoa, Povoado Santa Rosa e Sede. Quanto à avaliação estrutural desses locais, constatou-se que:

a) Povoado Cachoeirinha:

- Não há disponibilização de brinquedos e materiais didáticos para as crianças;

- As atividades executadas são preponderantemente na área de reforço escolar;

- O controle de frequência é precário, uma vez que os instrutores não dispõem de Diário de Classe, e a frequência é tomada em folha avulsa.

b) Povoado Madragoa:

- De acordo com informações de populares e das instrutoras sociais, o PETI não funciona nessa

localidade desde Dezembro/2011. Durante o período de fiscalização foram realizadas duas visitas em horários distintos, e em ambas as oportunidades o local encontrava-se fechado, conforme registro fotográfico abaixo:

Pólo do PETI no Povoado de Madragoa – portões fechados	Pólodo PETI no Povoado de Madragoa – inativo desde Dezembro de 2011.

c) Povoado Santa Rosa

- De acordo com populares o local há muito tempo não funciona. A Equipe constatou o abandono do local de execução do PETI, conforme relatório fotográfico abaixo:

Pólo do PETI em Santa Rosa - desativado	Pólo do PETI em Santa Rosa – portões fechados

d) Sede:

- O gestor em resposta à SF 201215879 informou que apenas os povoados de Cachoeirinha, Trajano Marques e Madragoa possuíam jornadas do PETI.

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação sobre este item.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.